



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA DEZANOVE DE
DEZEMBRO DE DOIS MILE VINTE E DOIS**

----- No dia dezanove de dezembro de dois mil e vinte e dois, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes como Primeira Secretária e pela Senhora Isabel Cristina Bento Fernandes como Segunda Secretária. A Sessão teve início às 09 horas e 15 minutos, tendo-se verificado as seguintes faltas: -----

A Senhora Deputada Municipal Amélia Maria da Silva Soares (injustificada); -----
O Senhor Deputado Municipal Mauro Leandro Matos Pinto (justificada). -----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência recebida e expedida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito: -----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. -----

– A Assembleia Municipal de Viseu recebeu vários pedidos de cedência do Salão Nobre. ---

– Foram recebidas as seguintes justificações de faltas à Sessão Ordinária da AM de 23/09/2022: -----

Exmo. Sr. Deputado Municipal Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho; -----

Exmo. Sr. Deputado Municipal Hélder Filipe dos Santos Viana; -----

Exmo. Sr. Deputado Municipal Ricardo Jorge Delgado Coutinho de Abreu; -----

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ribafeita Custódio de Figueiredo Ferreira;

Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Povolide José Manuel de Almeida

Fernandes; -----

– Foi recebida correspondência de entidades, particulares e Membros da Assembleia Municipal referente a assuntos de natureza diversa. -----

– As diversas entidades às quais foram enviadas comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na última sessão acusaram a receção das mesmas. -----

– A Junta de Freguesia de Calde entregou em mão nestes serviços o abaixo assinado remetido à Altice Portugal. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documento relativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o Ano de 2023. -----

– A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas FPC Fonseca, Paiva Carvalho & Associados remeteu via correio eletrónico o relatório sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2022. -----

– A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----

– Foram recebidas várias comunicações de indisponibilidade de presença e pedidos de substituição para a Sessão Ordinária de 19/12/2022. -----

– O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município para a Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----

-- A CIM Viseu Dão Lafões remeteu email referente ao assunto: Plano de Atividades e Orçamento do Exercício Económico de 2023. -----

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA: -----

– Depois de devidamente carimbados e assinados foi remetido ao Exmo. Sr. Presidente de Câmara os seguintes documentos: -----

Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2022 - Revisão nº2. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia da Ata referente à Sessão Ordinária da AM de 27 de junho de 2022 aprovada na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 23 de setembro de 2022. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu cópia de uma Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 23 de setembro de 2022. -----

– Foi remetida via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu o teor da Moção (Pela gratuidade dos transportes Públicos aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 23 de setembro de 2022. -----

– Foi remetida via CTT o teor da Moção (Pela gratuidade dos transportes Públicos aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM realizada no dia 23 de setembro de 2022 às seguintes entidades: -----

Sua Excelência o Presidente da República; -----

Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República; -----

Sua Excelência o Primeiro Ministro; -----

Todos os Ministérios; -----

Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

Deputada única representante de um partido – PAN; -----

Deputada única representante de um partido – Livre; -----

Juntas de Freguesia do Concelho de Viseu; -----

Assembleias de Freguesia do Concelho de Viseu; -----

– Foi remetido via CTT ofício ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Ribafeita no qual se informa que atendendo aos motivos invocados a Falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ribafeita à Sessão Ordinária da AM de 23-09-2022 se encontra justificada. -----

– Foi remetido via CTT ofício ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Povolide no qual se informa que atendendo aos motivos invocados a Falta do Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Povolide à Sessão Ordinária da AM de 23-09-2022 se encontra justificada. -----

– Foram enviadas às diversas entidades comunicações com a informação das deliberações que foram aprovadas na Sessão Ordinária da AM de 23-09-2022. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi disponibilizado o documento enviado pela CMV, relativo ao Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o Ano de 2023. -----

– Foi remetido via EDOC para conhecimento do Exmo. Senhor Presidente da Câmara o relatório sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2022 enviado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas FPC Fonseca, Paiva Carvalho & Associados. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas FPC Fonseca, Paiva Carvalho & Associados referente ao relatório sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços

Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu (SMAS) respeitante ao primeiro semestre do exercício económico de 2022. -----

– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o abaixo assinado remetido à Altice Portugal pela Junta de Freguesia de Calde. -----

– Foi enviada insistência à Exma. Sra. Diretora do Centro Distrital de Viseu do Instituto da Segurança Social, IP, para agendamento de uma reunião com a Mesa da Assembleia Municipal de Viseu e representantes dos Grupos Municipais. -----

– Foi enviado via Edoc à CMV pedido de Parecer Jurídico. -----

– Foram tornadas públicas as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal de Viseu, referentes aos assuntos inscritos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 23-09-2022. -----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital da Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Foram enviadas aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico, Convocatória para Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). -----

– Para conhecimento do Exmo. Sr. Presidente da CMV e dos Exmos. (as) Srs. (as) Vereadores da CMV, via postal e via correio eletrónico, Convocatória da Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022 e credenciais (novo link - utilizador e palavra passe). ---

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e Jornal da Beira, Edital para a publicação da Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022. -----

– Foi enviada via correio eletrónico a todos os Membros da AM a Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara. -----

– Foram enviadas via postal e via correio eletrónico as comunicações de substituição das vagas ocorridas na Sessão Ordinária da AM de 19 de dezembro de 2022 aos membros substitutos bem como às respetivas forças políticas. -----

«– Para conhecimento dos Membros da AM foi remetido via correio eletrónico o email A CIM Viseu Dão Lafões referente ao assunto: Plano de Atividades e Orçamento do Exercício Económico de 2023. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Bom dia a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, Minhas Senhoras e Meus Senhores. -----

Já foi verificada a existência de quórum pelo registo de presenças já efetuado. -----

Por isso, vamos iniciar os nossos trabalhos e como é óbvio cumpre à Mesa prestar algumas informações ao Plenário. -----

Começamos por informar o plenário que, em resposta à convocatória para esta sessão ordinária, recebemos algumas comunicações de impossibilidade de presença e pedidos de substituição para esta sessão. -----

Assim: -----

O Deputado Municipal do PSD, Adolfo César Cardoso Seixas Lopes Pereira, é substituído por Paulo Alexandre Teixeira de Almeida; -----

O Deputado Municipal do PSD, Paulo Jorge de Almeida Pereira, é substituído por Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes; -----

O Deputado Municipal do PSD, Bruno Videira de Albuquerque Fernandes, é substituído por Hélder Filipe dos Santos Viana; -----

A Deputada Municipal do PS, Márcia Maria Alves Marvão Lucas Martins, é substituída por Mauro Leandro Matos Pinto; -----

A Deputada Municipal do PS, Paula Cristina Santos Dias, é substituída por Celina Lourenço Martins Ferreira; -----

A Deputada Municipal do BE, Ana Carolina Damas Gomes, é substituída por Lúcia Maria de Abreu Vilhena; -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Fragosela, António de Almeida Jesus Lopes, informou que se faz substituir por José da Silva Pereira; -----

O Presidente da Junta da União de Freguesias de Barreiros e Cepões, João da Silva Duarte, informou que se faz substituir por Joana Sofia Duarte dos Santos a quem damos também as boas vindas por ser a primeira vez que se encontra nesta Assembleia Municipal. -----

Comunicámos também a todas as forças políticas as vagas ocorridas e o competente preenchimento. -----

Na sequência da receção da informação de que o Vereador eleito pelo Partido Socialista, José Manuel Ferreira Chaves, se encontra substituído no cargo no período de 16 a 23 de dezembro, foi enviada a convocatória à sua substituta Fernanda Maria Oliveira Soares Gilvaia. -----

Recordamos a todos os Senhores Deputados que da correspondência recebida foi feita a difusão dos assuntos considerados pertinentes. -----

Foi também atempadamente disponibilizado on-line para consulta o resumo da correspondência recebida e expedida. -----

Os documentos encontram-se todos, como sabem, no Gabinete de Apoio para consulta. ----

Da correspondência recebida destacamos a receção de um Abaixo-assinado remetido pela Junta de Freguesia de Calde, relativo à insuficiente cobertura de rede de telecomunicações, nomeadamente a inexistência de rede de fibra ótica, do qual enviámos cópia a todos os membros. -----

Não podemos deixar de registar que é incompreensível e neste momento inaceitável que ainda haja territórios onde as comunicações eletrónicas são insuficientes ou inexistentes, o que muito contribui também, todos sabemos, para o agravamento das assimetrias e da desertificação desses territórios. -----

Propomos a esta Assembleia que para efeitos de execução imediata, as deliberações, incluindo as do PAOD, sejam aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Por isso, todas as deliberações sejam aprovadas em minuta. Era esta a proposta. Há algum dos Senhores Deputados que queira intervir? Sobre esta proposta algum dos Senhores Deputados quer intervir? Então, colocávamos à votação: quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, foi aprovado por unanimidade que todas as deliberações incluindo as do PAOD sejam aprovadas em minuta. -----

Votação da Ata: -----

A Ata referente à sessão realizada no dia 23 de setembro foi disponibilizada para análise dos Senhores Deputados em simultâneo com os documentos de suporte aos assuntos que vão ser apreciados na Ordem do Dia. -----

Não chegou até agora qualquer observação aos documentos distribuídos, pelo que estamos em condições de proceder à votação dos mesmos: -----

Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 23 de setembro de 2022. Em relação à Ata algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido iríamos colocar à votação. Os Membros que não estiveram presentes na anterior sessão não podem votar. --- Por isso, em relação à Ata: quem se abstém? Quem vota contra? Por isso, aprovada por unanimidade. -----

Outras informações: -----
De acordo com a comunicação que já foi enviada aos Grupos Municipais informamos que o Portal Municipal já se encontra atualizado no que respeita à composição desta Assembleia, e a sua distribuição por Grupos Municipais, constando também o endereço institucional de correio eletrónico. -----
Informa-se também que, conforme legalmente previsto, o Orçamento e Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o Ano de 2023, foi entregue nos Serviços no dia 29 de novembro, tendo o mesmo sido publicado na área reservada aos documentos da Assembleia Municipal na internet, informação que foi a todos enviada no mesmo dia. -----
Também em cumprimento da Lei, foi entregue no dia 30/11, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório do auditor externo sobre a informação financeira do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu respeitante ao primeiro semestre do Exercício Económico de 2022, e do mesmo dado conhecimento no próprio dia. -----
Conforme informação dada ao plenário na sessão ordinária do dia 27 de junho, a Mesa solicitou a algumas entidades responsáveis por áreas, que pela sua pertinência e impacto na população, devem ter o nosso acompanhamento, nomeadamente a Saúde e a Segurança Social. -----
Na sessão realizada em 23 de setembro, informámos acerca das reuniões realizadas, com: - Santa Casa da Misericórdia de Viseu; -----
ACES Dão Lafões; -----
Centro Hospitalar Tondela Viseu; -----
O Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Viseu, quanto ao pedido enviado ao Instituto da Segurança Social, reitera-se a informação de que: -----
O pedido de reunião efetuado ao Instituto da Segurança Social, foi enviado no dia 28 de julho. -----
No dia 3 de agosto recebemos um email enviado pelo Secretariado da Direção do Centro Distrital de Viseu a informar que a Senhora Diretora, se encontrava de férias, pelo que a reunião solicitada seria agendada em data oportuna. -----
Nessa sequência, não tendo havido qualquer comunicação, enviámos, em 5 de setembro, uma insistência do pedido de agendamento. -----
Perante a falta de resposta, foi enviada nova insistência e pedido de agendamento no dia 3 de novembro, ao qual também não obtivemos qualquer resposta. -----
Recapitulando, estamos a aguardar o agendamento de uma reunião que foi pedida em 28 de julho, cuja única resposta obtida informava que, por motivo de férias, seria agendada oportunamente. -----
Hoje dia 19 de dezembro, decorridos cerca de 5 meses, apesar do envio de duas insistências, não houve qualquer resposta, não tendo sido agendada a reunião solicitada. – Iriamos então iniciar o PAOD, o Período de Antes da Ordem do Dia. -----
Já tenho aqui o alinhamento da parte do PSD, também da parte do PS, não está o Partido Chega, mas perguntava ao Partido Bloco de esquerda se quer intervir no Período de Antes da Ordem do Dia? Não! Então, dava a palavra à Deputada Ana Paula Santana. -----
----- UM – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD): Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia, Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros/Colegas desta Assembleia, Presidentes de Junta, Comunicação Social, e demais pessoas presentes. -----
Eu mesmo antes do PAOD e da intervenção que preparei e que já irei apresentar a Vossas Excelências e à vossa consideração, queria relativamente às informações que o Senhor

Presidente da Assembleia apresentou, pedir-lhe um esclarecimento. Estava aqui enquanto ele falava a consultar a Lei 169/99 sobre o exercício das nossas funções autárquicas, e pelo artigo 77º, nº 4, verifico que a suspensão por uma só vez ou cumulativamente do nosso mandato, se for por período superior, ou melhor, que ultrapasse 365 dias constitui em pleno direito renúncia ao mesmo. Ora, isto conciliar a vida política com a vida familiar, profissional e tudo mais inerente ao desenvolvimento de cada um de nós naquilo que é a nossa cidadania ativa é difícil, todos nós sabemos disso. Mas, quando nos predispomos a tal, obviamente que temos que fazer sacrifícios, opções, porque estamos aqui em prol do serviço público. E, o Senhor Vereador José Chaves, pessoa por quem eu até tenho estima pessoal e amizade, e que considero sobejamente até pelo seu percurso político pessoal e de amizade que nutro por ele, mas, o que é certo é que desde que eu estou nesta Assembleia neste mandato, ele ainda não compareceu em qualquer Assembleia. Na Câmara ao que sei, também tem vindo a pedir substituição. Senhor Presidente, eu gostaria de saber quantos dias é que o Senhor Vereador José Chaves já dedicou a esta Assembleia, órgão máximo da nossa autarquia, órgão representativo de tudo daquilo que foi a vontade do povo, bem como à Câmara? Porque, independentemente da vida que nós desenvolvemos na rua, na família, nas associações e em tudo aquilo que é sobejamente notório, os órgãos máximos da democracia em Portugal, são as autarquias locais e os locais onde nós temos assento. Por isso, era muito importante sabermos quantos dias é que o Senhor Vereador, e todos nós, porque nós temos que dar satisfações a quem nos elegeu, dedicamos aquilo que é verdadeiramente importante que é também estar aqui. Gostava de saber isso porque era importante para darmos satisfações à comunidade. -----
Bom, e agora entrando verdadeiramente no PAOD, eu trouxe aqui dois Votos de Pesar, ou melhor, dois Votos de Louvor e um Voto de Pesar, os quais ponho à vossa consideração e que muito gostaria que todos vós se associassem a eles. -----
Vamos começar pelas más notícias com um Voto de Pesar. Este Voto foi elaborado por mim e pelo Paulo Almeida, porque, Viseu e a Comunicação Social ficaram mais pobres. Mais um que tinha Viseu no coração partiu. -----
Isto porque, o serviço à cidade através do trabalho de informação pela comunicação social, de rigor, de isenção e de imparcialidade perdeu um dos seus. -----
Partiu o Jornalista Manuel Jorge Bastos Martins no passado dia a 29 de novembro. -----
O Jorge Bastos nasceu em Coimbra em 47, mas foi em Viseu que encontrou o seu verdadeiro lar. -----
Passou pelo teatro e pela restauração, mas foi a comunicação social que lhe tornou grande e em grande a sua vida! Era um homem da Rádio que deu os primeiros passos em Angola, na Rádio Clube de Lobito. -----
Mudou-se para Viseu no início dos anos 80 e aí fundou a primeira Rádio na sua própria casa. Mais tarde seria também o cofundador da Rádio Clube do Interior, onde permaneceu até 87, altura em que ingressou na Rádio Comercial em Lisboa, que era então propriedade da Radiodifusão Portuguesa, depois de ter ficado em primeiro lugar num concurso público para jornalistas. -----
Quase dois anos depois regressa a Viseu para chefiar a delegação da RDP. Foi aí que ficou até ao final da sua carreira, fazendo rádio e televisão na RTP. Foi correspondente da Antena 1 e posteriormente com o encerramento da delegação também desta Rádio Televisão Portuguesa. -----
Colaborou com várias publicações no Jornal Correio da Manhã e lançou a nível regional diversos jornais e revistas. Foi responsável por muitos jovens enveredarem pelo jornalismo, um exemplo de vida nesta profissão tão nobre. -----
Foi Presidente da Associação de Jornalistas do Distrito de Viseu hoje já extinta. -----
De tudo fez para projetar Viseu e a região e sempre, com os seus, respeitou tudo e todos,

honrando os seus princípios e os seus deveres profissionais, constituindo-se como um exemplo de causas e de serviço público. -----

Era um homem de carácter e de personalidade ímpares, com uma cultura acima da média, honesto e discreto, mas apaixonado, zeloso e dedicado, vivendo a sua profissão, a sua região e o seu trabalho com uma dedicação intensa, havendo semeado e granjeado amizades em todos os quadrantes da vida social, profissional e política, como exemplo único. -----

Merece hoje por nós ser recordado e homenageado. -----

Assim este Grupo Parlamentar do PSD, a que pede a associação de todos os outros, propõe que a sua memória seja honrada com um Voto de Pesar nesta singela homenagem que lhe é devida *pos mortem* e que por ele se faça minuto de silêncio em sua memória. -----

Deverá ainda ser dado deste Voto conhecimento à família, a quem expressamos condolências sentidas pela sua partida prematura. -----

Depois, e para dar sequência à minha intervenção e não ter que voltar cá neste ponto, proponha dois Votos de Louvor. -----

O primeiro à Graça Maria Barros de Abreu, uma artista conhecida como Maria Barros Abreu que merece este Voto da nossa parte. -----

A Artista Plástica foi agraciada pela Academie Francaise Arts-Science-Lettres, no passado dia 19 de outubro. Esta academia distingue figuras que se evidenciem nos campos das artes, das ciências e das letras. Fundada em 1915 com o alto patrocínio da Presidência da República e do Ministério da Cultura Francês, tem a chancela das mais altas personalidades das artes, das ciências e das letras. -----

E à artista viseense foi entregue a Medalha de Bronze da referida Academia. -----

Trata-se de um reconhecimento internacional de relevo. Que se elogia e que nos deixa felizes e orgulhosos. -----

E, por tal, congratulamos a Maria por esta distinção. -----

Uma artista com obra de qualidade e marca, que honra Viseu. -----

E graças a Deus que Viseu marca nesta academia. Orgulhosamente tem havido desta nobre instituição atenção às gentes de Viseu. Já o Dr. Ruas bem sabe desta valia e desta importância porque em 2009 foi galardoado com a medalha de Ouro. -----

Mas o Voto de Louvor que propomos a Maria Barros de Abreu, não é só por esta distinção mas também pela obreira em que a mesma se transformou, engrandecendo a nossa terra. -

A nossa “Maria” é uma artista única, uma grande pessoa e uma viseense exemplar, em dedicação e empenho às artes e pelas artes. -----

Iniciou o seu percurso artístico com o Curso de Artes do Fogo da Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis, no Porto, seguiu-se o Curso de Pintura da Fundação Ricardo Espírito Santo de Conservação e de Restauro. -----

Lecionou a disciplina de Desenho e Educação Visual em várias escolas do Distrito, sendo ainda formadora de pintura na Associação de Solidariedade Social dos Professores de Viseu e em atelier próprio. -----

Expõe individual e coletivamente desde 94. -----

Colabora com diversas entidades locais como o Conservatório Regional de Música e o Museu Nacional de Grão-Vasco, produz performances de pintura integrada em eventos multidisciplinares, e a exemplo recorde o Festival de Música da Primavera em 2013, e também com o compositor João Pedro Oliveira em 2016, e se bem me recorde desse evento, foi soberbo e único a obra que ela construiu no desenvolvimento de um dos concertos. -----

Em 2016 expôs no Museu Nacional de Grão Vasco integrando nas comemorações do seu centenário. -----

Já recebeu 1º, 2º, 3º prémios e menções honrosas na execução e conceção de diversos

Stands para a Bolsa de Turismo de Lisboa. Em 2000 foi laureada pelo GICAV, recebendo o prémio Anim'Arte pela sua produção artística na área da pintura. -----
A sua obra está representada na Art Institute Gallery em Nova Iorque, bem como em múltiplas coleções particulares. -----
Portanto, da nossa parte, uma palavra de especial admiração por este reconhecimento francês à artista e à sua obra. Ela merece o nosso louvor. O seu desempenho, a sua performance, o seu profissionalismo e o seu mérito, merecem este nosso gesto. -----
A sua pessoa e a sua obra prestigiam Viseu, com mérito artístico e técnico, com projeção nacional e internacional. -----
Louve-se Maria Graça Abreu e que deste ato se lhe dê ulterior conhecimento, por ser merecido. -----
E, que este nosso singelo gesto sirva para que ela continue este fantástico trabalho, para permitir ainda mais orgulho da nossa parte no futuro. -----
Depois, também trago aqui um Voto de Louvor a Jorge Marques. -----
Natural de Viseu. Licenciado em Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho, Pós-Graduado em Gestão, Coordenador e Docente na formação para executivos na Universidade Católica, na Universidade Autónoma e no INA nos domínios da Gestão e dos Recursos Humanos e de Liderança. -----
Trabalhou como executivo no Pão de Açúcar, EDP e na SIC, trabalhou como Consultor em diversas empresas e em vários países, colaborou na Imprensa económica no "Semanário Económico" e no "Jornal de Negócios", com artigos de opinião. É um viseense de palavra e de escrita. -----
É autor de ficção e de Gestão e Liderança. Presidente da APG, da Federação Mediterrânica de Gestão de Recursos Humanos e da Federação Ibero Americana de Capacitação e Desenvolvimento. Recebeu Prémio 1st Generation HR pela universidade europeia, em 2013 e o Prémio APG Mérito em 2014. -----
Foi também galardoado com Prémio AnímarTE Produção Literária, face ao vasto conjunto da sua obra narrativa que desenvolveu. -----
Natural de Viseu, é um autor a destacar, com percurso singular e com vasta obra. -----
E, destaque: -----
As Cores da Memória, Mar das Guitarras, O Canto das Pedras do Rio, A Quinta das Rosas, Vida e Gestão, A Cidade do Amor Secreto, A Graça do Evaristo e tantos outros. ----
Eclético e explorador, viajou e viveu além-fronteiras, em diversos lugares e países, experienciando culturas diversas, o que lhe permite ser único e singular na escrita e na vida. -----
Homem que gosta das pessoas simples e de descobrir a espiritualidade de várias religiões, descreve-se como "um escritor dos lugares, um nómada que escreve". Faz questão de preservar a escrita em modo manual, marcando a literatura. -----
Viseu honra-se por homens assim. -----
Merece o nosso louvor e a ele lhe deve ser dado conhecimento deste gesto. -----
E, deixo assim à vossa consideração. -----
---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Iriamos pôr à consideração da Assembleia o Voto de Pesar em relação ao Jornalista Manuel Jorge Bastos Martins. -----
Tem a palavra o Deputado João Paulo Rebelo. -----
---- DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS): Muito bom dia. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público, muito bom dia a todos. ----
Uma intervenção muito, muito rápida, apenas para dizer que naturalmente nos

associamos a este Voto de Pesar que foi apresentado pela Senhora Deputada Ana Paula Santana ao Jorge Bastos. Eu estou especialmente consternado porque não tinha ainda notícia dessa má notícia e, portanto, naturalmente que nos associamos pelas razões todas evocadas, e eu permitia-me só aqui enfim, fazer uma nota pessoal porque me recordo bem ainda enfim, muito novo de ter começado a minha participação política e cívica também como dizia a Ana Paula Santana há pouco da presença do Jorge Bastos, enfim, numa altura em que de facto a comunicação social em Viseu e a comunicação social regional era um bocadinho mais vigorosa, diria, era mais, enfim, havia mais, sobretudo mais jornalistas, mais órgãos e de facto era uma referência, e eu mesmo muito novinho, apercebi-me logo do respeito que ele granjeava junto dos seus camaradas jornalista, mas de uma forma geral de toda a sociedade viseense, e, portanto, evidentemente que nos associamos, e já agora que aqui vim, também dizer que os Votos de Louvor apresentados pela Senhora Deputada Ana Paula Santana também merecem a nossa simpatia. Muito obrigado.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo iríamos colocar então à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Foi aprovado por unanimidade.*

Iriamos então fazer um minuto de silêncio em sua memória. -----
Cumriu-se um minuto de silêncio. -----

Em relação ao Voto de Louvor à Artista Graça Maria Barros de Abreu, algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido iremos colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso também *aprovado por unanimidade.* Em relação ao Voto de Louvor a Jorge Marques, algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos também colocar à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.*

Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

TRÊS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Muito obrigada Senhor Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente, as Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Fernando Ruas, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Comunicação Social e Público em geral. -----

Eu começo a minha intervenção por felicitar os 19 anos da Polícia Municipal. A Polícia Municipal existe em Viseu, portanto, como eu disse há 19 anos, e pelo seu contributo que tem dado a esta cidade e aos viseenses, nomeadamente nas ações de prevenção em várias áreas e também nas ações de cooperação, portanto, merece aqui o reconhecimento e as felicitações pela parte do Grupo da Assembleia Municipal do Partido Socialista. E, também, uma vez que pelo seu trabalho e pelo seu empenho e por tudo aquilo, pela mais valia que tem sido para esta cidade e para todos nós, também não deixo aqui de fazer uma referência às parcas condições ou instalações onde esta Polícia Municipal está instalada. Sei que é uma reivindicação de há muitos anos por melhores condições de instalações, e, portanto, deixava aqui também este repto ao Senhor Presidente uma vez que também temos que considerar, e muitas das vezes a consideração é precisamente em devolver às entidades aquilo que realmente merecem. -----

Depois, muito rapidamente, mais duas notas que eu aqui gostaria de deixar. -----

A CPCJ dado também o seu trabalho e o seu empenho que tem neste concelho, tem algumas dificuldades nomeadamente enfim, em ter acesso aquilo que é essencial. Eu falo por exemplo: a CPCJ não tem os trabalhadores, ou as pessoas que não são trabalhadores da CPCJ mas estão lá alocados, não têm por exemplo micro-ondas para poderem aquecer as suas refeições, um dos gabinetes não tem ar condicionado e a resposta que foi dada foi que, não tem porque o da Senhora Vereadora também não tem, e além do mais não tem

um carro com condições dignas nem de segurança, e, portanto, quando as famílias são transportadas, as crianças são transportadas, são transportadas em condições muito vulneráveis. Acresce dizer que a CPCCJ tem uma verba da nacional que é transferida para o município, é o município que gere, e depois, até porque nem é gasto na sua totalidade, é devolvida. -----

Portanto, Senhor Presidente deixava-lhe aqui este repto para perceber melhor o que é que está a acontecer com as necessidades da CPCJ. -----

Depois, por último, Bairros Digitais. Os Bairros Digitais são uma medida de grande relevância para o setor comercial nomeadamente para o nosso comércio da zona histórica, também para o desenvolvimento da zona histórica e para a economia. E, os Bairros Digitais a nível nacional foram 191 que se candidataram, 19 foram chumbados entre os quais Viseu. A pergunta que eu deixo ao Senhor Presidente é: porquê? O que é que está a acontecer? Porque que razão foi chumbado? Depois, outra questão ... foi chumbado e, entretanto, também gostaria de perguntar o seguinte: sim, a razão porque foi chumbado, depois eu até gostaria, e se nós estivéssemos a fazer uma transmissão online, aliás, também já desde 2019 que ela foi aprovada neste Regimento e ainda não foi posto em prática aliás, eu agora até permitam-me que diga, que tenha aqui um desabafo, porque em muitos fóruns e aqui neste, muitas das vezes somos confrontados com aquela placa que está no Hospital da radioterapia e que nunca mais a radioterapia avança. Nós sabemos que a radioterapia está a avançar, mas, é curioso é que, como é que se aponta o dedo à radioterapia que está a avançar e não se aponta o dedo a algo tão simples que é pôr em prática aquilo que foi aprovado em 2019 no Regimento que é transmitir estas Assembleias Municipais online. Não entendo e gostaríamos muito de entender, porque se neste momento nós estivéssemos a transmitir esta Assembleia Municipal online, eu perguntava diretamente ao Senhor Presidente para dizer assim: diga aos viseenses porque razão é que os Bairros Digitais, foi chumbado? É bom que se diga porque foi uma oportunidade que as pessoas perderam, que o comércio perdeu e nós gostaríamos de saber porquê. E mais, até porque esta candidatura por norma até está alocada às Associações Comerciais, foi a câmara que muito bem, enfim, teve as suas razões, e assumiu este projeto e a verdade é que neste momento os Bairros Digitais... portanto, foi chumbada a candidatura. -----

Depois, centrava-me aqui nesta questão e, portanto, pergunto aqui mesmo ao Senhor Presidente para que explique aos viseenses, uma vez que ainda não temos a transmissão online, para que explique aqui, e, já agora também gostaria de perguntar para quando é que nós vamos ter a transmissão online? Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Viseu Diamantino Santos. -----

----- **QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** saúdo todas e todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal o meu especial cumprimento, para as Senhoras Secretárias também, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores também são extensivos os meus cumprimentos a todos os Membros desta Assembleia, e em particular também aos meus colegas Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. -- E, permita-me Senhor Presidente que deixe já aqui expresso, ainda que estejamos a uma semana, mas, queria deixar aqui já os votos de umas Boas Festas e que o ano de 2023 seja um ano bom, porque 2022 de alguma maneira não foi um ano tão fácil quanto isso. ----- Senhor Presidente da Câmara, há duas preocupações que eu gostava de lhe transmitir e gostaria que no possível desse a esta Assembleia os esclarecimentos que entenda como possíveis e que têm a ver com o desinvestimento na Cultura da nossa cidade. Todos nós sabemos que Viseu, estamos a falar do concelho, estamos a falar da cidade, é de facto um polo no interior do país de referência naquilo que é a Arte, a Cultura, a Música, enfim, a

Cultura nos seus diferentes e transversais aspetos. E, ultimamente aconteceram dois motivos que nos preocupam sobremaneira Senhor Presidente e que têm a ver com a falta de financiamento a um projeto estruturante e muito colado à nossa cidade que são os Jardins Efémeros. A sua promotora Sandra Oliveira veio recentemente para a comunicação social queixar-se de que a DGArtes não apoiou este projeto que é de facto estruturante. Numa cidade como a nossa que tem um projeto destes, que aloca obviamente muita gente à cidade nesses momentos, que impacta a economia local, que cria alguns empregos, Senhor Presidente esta é de facto uma má notícia que nós recebemos neste final do ano. Gostaria então se possível que nos esclarecesse, é um pedido dos Membros do PSD desta Assembleia que lhe fazem. -----

Uma outra questão também Senhor Presidente, tem a ver com aquilo que também vimos nas notícias com o que se passa com a Companhia de Dança Paulo Ribeiro. Deixo-lhe só ao fim e ao cabo este pedido, que nos diga realmente os motivos porque é que Paulo Ribeiro sai daqui? Ele andou a dizer que ia para Coimbra, agora parece que já vai para Cascais, percebemos que a Companhia também tinha um impacto muito importante na nossa cidade, queríamos perceber os motivos e também já agora perceber se a Companhia Paulo Ribeiro tem previsto ou tem interesse e vontade em continuar a desenvolver espetáculos na nossa cidade? Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. É o Jorge Adolfo? Então tem a palavra o Deputado Jorge Adolfo. -----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO JORGE DE MENESES MARQUES (PS):** Bom dia a todas e a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, caros Colegas. A Bancada do PS pediu para haver aqui uma permuta com o Dr. Gonçalo Ginestal, na medida em que a minha intervenção também era o mesmo tema, o mesmo assunto que o Senhor Presidente da Junta de Viseu já aqui abordou. Portanto, a cidade perde, e pelo que tem saído na comunicação social e que tem sido amplamente publicitado, um evento e um reconhecido promotor cultural, dinamizador cultural, ator cultural como é o Paulo Ribeiro, mas, não é muito claro o que é que se passou, quer num caso quer no outro, aliás, o Senhor Presidente da Junta coloca esta questão ao Senhor Presidente da Câmara mesmo no sentido de esclarecer esta Assembleia porque acho que era importante ficarmos, não só nós, mas passar para a opinião pública efetivamente o que é que se passa com duas situações distintas, e penso que o Senhor Presidente da Junta também sublinhou isso, por um lado o Paulo Ribeiro e a Companhia de Dança sai da cidade para outra localidade, por outro lado os Jardins Efémeros, como já foi referido, a questão tem a ver com um compromisso de financiamento. A Câmara Municipal sempre foi, ao longo de mais de uma década, sempre foi um ator importante no financiamento deste importante evento e, portanto, eu gostaria em nome da Bancada do Partido Socialista de questionar a Câmara sobre qual é neste momento a situação, se efetivamente vamos ter ou não Jardins Efémeros e por onde passa a responsabilidade dos dois grandes financiadores deste evento que é a DGArtes e a Câmara Municipal de Viseu, sublinhando que, de facto, os Jardins Efémeros já se cimentaram, já se sedimentaram na atividade cultural da região, não só da cidade mas da região e, portanto, estamos a ver com alguma preocupação a possibilidade, a eventualidade de não se virem a realizar. Portanto, é esta preocupação que nós aqui deixamos, de alguma forma como também já anteriormente foi expresso pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Cidade, e gostaríamos que efetivamente se pudesse dobrar este “Cabo das Tormentas” e transformá-lo no “Cabo da Boa Esperança”. -----

Muito obrigado. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado.

Iríamos então ao Deputado Hugo Carvalho. -----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO HUGO DANIEL ALVES MARTINS DE CARVALHO (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social. -----

Senhor Presidente o Grupo Municipal do PSD vem apresentar uma Moção que no fundo quero corporizar, que é uma obrigação de um órgão do poder local como é esta Assembleia Municipal e que tem a ver com a necessidade urgente de manutenção das estradas que estão sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal. -----

O Concelho de Viseu é atravessado por um conjunto de estrada do Plano Rodoviário Nacional, todas essas que nós habitualmente chamamos de “estradas nacionais” de “as nacionais” fazem parte do domínio público rodoviário e, portanto, estão na jurisdição do Governo Central, e a sua conservação e manutenção a cargo das Infraestruturas de Portugal. -----

Existe um outro fator comum a todas estas vias que é: o seu elevado estado de degradação, que é o natural resultado do seu abandono por parte do Governo de Portugal. -----

Na semana passada, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões referia em comunicado o agravamento do “estado de degradação do IP5” ao ponto de a circulação constituir um elevado risco para os utentes, que comprova a ocorrência de vários acidentes, alguns dos quais fatais. -----

Não fica, porém, o IP5 isolado nesta matéria, são vários os exemplos de abandono do concelho em matéria de infraestruturas rodoviárias, como a Estrada Nacional 2, a EN229, a EN231 em que os viseenses circulam no dia-a-dia cada vez com maior preocupação, e com aquele desalento de quem todos os dias ali passa e tantas vezes pergunta: será que ninguém trata disto? -----

É conhecido o elevado volume de tráfego rodoviário destas estradas, como é conhecida a sua importância para a mobilidade e para a economia do concelho, como é também reconhecido que estas vias são o acesso de muitas pessoas à cidade de Viseu, que seria o mesmo que dizer, que estas vias são o acesso destas pessoas ao Ensino Superior, aos cuidados de saúde, e tantas e tantas vezes ao seu emprego. -----

A Assembleia Municipal de Viseu exige assim a conservação e manutenção urgente do traçado do IP5 e das estradas EN2, EN229 e EN231, em toda a sua extensão, aprovando esta Moção que será enviada ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação e às Infraestruturas de Portugal, com conhecimento a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. -----

Senhor Presidente muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão esta Moção. Algum Senhor Deputado quer intervir? Deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Reitero os cumprimentos. Apenas para dizer que a Bancada do Partido Socialista, acho que já o fiz aqui uma vez, não tem qualquer constrangimento em votar Moções... faço este esclarecimento porque sei que o mais fácil é olhar-se para a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal e entender, bom, apoiam também o Governo e, portanto, estarão ao lado do Governo. Não se trata disso, trata-se de facto de defender naturalmente, legitimamente, com rigor sobretudo e também com digamos, um espírito reivindicativo só por ser, mas com justiça, e, portanto, é evidente que o que o Senhor Deputado Hugo Carvalho aqui nos trouxe é um assunto que preocupa a região, que nos preocupa a nós também, ainda assim eu gostaria de dizer que tenho ideia de ter havido um protocolo assinado entre as Infraestruturas de Portugal e a Câmara Municipal de Viseu,

enfim, não no tempo do atual mandato, e também gostava de perceber o que é que entretanto a Câmara Municipal, enfim, que desenvolvimentos e que interações tem conseguido com as Infraestruturas de Portugal, também no fundo para alcançarmos os objetivos que todos pretendemos alcançar. Ainda assim, não teremos, como digo, nenhum problema em votar favoravelmente esta Moção, mas, o Senhor Presidente da Câmara também se no final nos seus esclarecimentos e nas informações que nos traz, e nas respostas que dá a este Período Antes da Ordem do Dia, também gostaria de o ouvir sobre esta matéria. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Não havendo nenhuma intervenção íamos colocar à votação a Moção “necessidade urgente de manutenção das estradas que estão sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal”. -----

Por isso, a Assembleia Municipal de Viseu exige assim a conservação e manutenção urgente do traçado do IP5 e das estradas EN2, EN229 e EN231, em toda a sua extensão, aprovando esta Moção que será enviada ao Ministro das Infraestruturas e da Habitação e às Infraestruturas de Portugal, com conhecimento a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República. Quem ... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* já estamos em votação. Pronto, está bem. Eu por acaso não vi. Já estamos em votação não podemos regressar. ----- Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* -----

Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS):** Então, muito bom dia a todas e a todos. -----

Senhor Presidente da Mesa, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público presente. -----

Começo por desejar a todos votos de um Santo Natal e de Boas Festas. -----

Senhor Presidente o assunto que aqui me traz é apenas e só um, o Estádio do Fontelo. ----- São tantas as coisas que se dizem sobre o Estádio do Fontelo que o senhor neste momento é a pessoa mais indicada para nos poder dar a resposta a algumas questões. -----

Senhor Presidente, a Câmara diz à boca cheia “a iluminação do Fontelo está totalmente instalada”, mas tiveram que ser os geradores a assegurar a iluminação do jogo do Académico com o Tondela. Como o Académico se apurou para os quartos de final, felizmente, vai haver necessidade de se realizar um novo jogo amanhã à noite no Fontelo. Falta o essencial, a sua ligação à rede. Quanto é que isto custou ou vai custar aos bolsos dos viseenses? -----

Depois há a questão da pista de atletismo. Temos alguns atletas autorizados a utilizarem a pista em detrimento de outros (compreende-se a questão do atleta paraolímpico Mário Trindade, outros nem por isso). Ontem houve a Christmas Run e que teve o seu ponto de partida e de chegada na pista do Fontelo e que serviu como inauguração segundo constatámos na comunicação social. -----

Ainda sobre a pista, Senhor Presidente. O Senhor confirma que a pista vai ter o nome do nosso maior atleta de todos os tempos, Carlos Lopes? -----

Só mais uma questão: relativamente ao Estádio confirma também que a SAD do Académico de Viseu fez uma proposta para gerir o mesmo? São três questões bastante... acho que simples: -----

Quanto é que vai custar a iluminação? -----

Se a pista do Estádio do Fontelo terá o nome do Carlos Lopes? -----

E, se a SAD do Académico de Viseu fez a proposta para gerir o respetivo estádio? -----
Disse! -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Começar por cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, os Membros da Assembleia, a Senhora e os Senhores Presidentes de Junta, e agradecer as Boas Festas e as solicitações de Feliz Natal ali do Gonçalo e retribuir e desejar também a toda a Assembleia umas Boas Festas e um Feliz Natal. -----

Eu venho aqui com quatro assuntos relacionados com a Saúde. -----

E, queria começar esta intervenção por recordar que há menos de 15 dias atrás foi inaugurada a Unidade de Saúde Familiar da Casa das Bocas. Quero também por isso dirigir umas palavras de felicitação ao anterior executivo, em especial ao anterior Presidente da Câmara, pela opção estratégica que fez de querer edificar no Centro Histórico uma Unidade de Saúde Familiar quando não era responsabilidade do município fazer aquele investimento, construir aquele equipamento, mas por duas razões importante: por uma questão estratégica para o concelho e para a cidade poder ter um equipamento daqueles sediado no Centro Histórico como sendo uma âncora capaz de atrair pessoas e por outro lado capaz de servir aqueles que são mais velhos e que ainda hoje também habitam o Centro Histórico. Isto é sinal de que para o PSD as pessoas estão efetivamente sempre em primeiro lugar nos processos de decisão política, e depois uma palavra também para o Senhor Presidente da Câmara atual que, para além de ter dado continuidade à obra que estava em curso, a concluiu logo que pôde e a devolveu à comunidade para a comunidade poder dela usufruir o mais rápido possível. No entanto, temos que perceber que este equipamento ou este processo de decisão foi feito em 2015 a quando do novo quadro comunitário, ficou no acordo, ou seja, no pacto para o território, celebrado também entre a CIM e o anterior Governo, ou seja, qualquer Governo que viesse a seguir também tinha as suas responsabilidades perante o funcionamento daquela Unidade de Saúde. Da parte do município percebemos que tudo foi feito. Um investimento global de 2,8 milhões de euros, 1,7 foi de FEDER e 1,1 foi da responsabilidade do município. Ao Governo, fosse ele qual fosse, só tinha duas questões para cumprir: meter o equipamento no edifício e garantir o funcionamento através do pessoal. Infelizmente tivemos que esperar 11 meses para que se contratassem 4 auxiliares administrativos para que aquela Unidade de Saúde pudesse funcionar. Mas, percebemos todos, e aqui ao contrário do que disse o Deputado João Paulo Rebelo, quais são as verdadeiras intenções do Partido Socialista, porque aqui nesta Assembleia também o fizeram. Quiseram passar a responsabilidade da contratação dos Assistentes Técnicos para a Câmara Municipal aprovando a “mata cavalos” a transferência de competências na Área da Saúde para poderem dizer que a responsabilidade de um não funcionamento daquele equipamento poderia ser da autarquia, ou então transferir para a autarquia uma responsabilidade que não estaria prevista no acordo anterior porque estes auxiliares não estariam contratados. Mais uma vez se viu aqui que nesta Assembleia quem defende os interesses de Viseu e quem defende os interesses ou está ao lado do governo ou do partido e não tem como prioridade o interesse das pessoas porque senão, o que é que andou o governo a fazer durante 7 anos para poder contratar 4 Assistentes Técnicos. No dia em que a obra foi entregue não havia 4 Assistentes Técnicos. Em 7 anos não houve condições para preparar esse concurso ou para dar esse recurso à Unidade de Saúde Familiar? Aqui se vê a forma como o Partido Socialista e o Governo trabalham na Área da Saúde. Não devemos por isso, os viseenses, nada ao Governo naquela Unidade de Saúde Familiar. Se alguma coisa

lá está é do Orçamento de Estado, é dos impostos dos portugueses, não há dinheiro público como diz Margaret Thatcher. Se lá estão a funcionar e se lá há profissionais de saúde, tal se deve aos impostos que os portugueses, neste caso, que os viseenses pagam e que deveriam ter tido logo o seu retorno com o início da atividade em janeiro deste ano e tal não aconteceu. -----

Outros aspetos que temos aqui a considerar, na outra Assembleia não houve condições, é retomar a visita que fizemos ao Centro Hospitalar e do qual ressalvo duas preocupações e um esclarecimento que também agora se torna em preocupação. Desde logo a nova Unidade de Internamento do Serviço de Psiquiatria. Como nós sabemos esta nova Unidade que vai ser em princípio edificada, vai ser financiada através do PRR, e, nós temos que perceber que o PRR é uma iniciativa da Comissão Europeia para impulso da economia da União Europeia como resposta à pandemia. Deveria o governo ter procurado também direcionar a maior parte desses recursos para a economia privada, para as empresas. Não o fez! Procurou direcioná-lo para o investimento público para corrigir aquilo que durante 7 anos não fez, como é conhecido, como o período de menor investimento público dos últimos 60 anos. Mas, tudo bem, acertou-se que vai fazer-se um investimento numa unidade de internamento na ordem dos 6,2 milhões de euros no perímetro do Centro Hospitalar. A verdade é que fomos confrontados com a ausência de um túnel de ligação entre os dois edifícios, e agora parece, que se está a querer justificar o atraso no processo do projeto ou do concurso, o que quer que seja, com a ausência desse túnel, e porque nós enquanto Assembleia Municipal alertámos para essa ausência. A resposta que nos foi dada é que não havia 600 mil euros para a construção deste túnel. Parece-nos que não pode ser a dignificação ou a dignidade de um doente mental e dos profissionais que lá trabalham 600 mil euros a desculpa para a não construção de um túnel. Foi essa a desculpa que nos deram, porque gerir e governar é tomar opções, o Conselho de Administração também tem que saber tomar as suas opções, e, se são 600 mil euros o custo para a construção de um túnel o Conselho de Administração tem que saber optar entre equipamentos, pessoal, diferenciação técnica e clinica ou então investir em agências de comunicação. O valor que está previsto nos contratos estabelecidos e alguns já pagos com a Agência de Comunicação permitiam em 4 anos pagar os 600 mil euros necessários para a construção do túnel. São opções! A opção não foi fazer o túnel, a opção não foi cuidar do doente de saúde mental, foi procurar certamente comunicar melhor para a população, não sei a que razão, e outra opção é o governo. O governo não tem que esperar apenas pelo financiamento do PRR exclusivamente pelos fundos comunitários para fazer o investimento público. Nós sabemos que ao longo destes anos no Orçamento de Estado de investimento público para Viseu vem zero! Esta tem sido a permanente votação e opção por parte dos Governos Socialistas e dos Membros do Partido Socialista, dos Deputados do Partido Socialista. Pelo menos então que o Governo arranjasse 600 mil euros e que não peça à União Europeia para a construção do túnel de ligação. Dar um bocadinho de dignidade também aos cuidados de saúde mental seria importante. E, por isso, da nossa parte, não nos venham agora com desculpas de que o atraso se deve ao alerta que foi feito para a construção de um túnel quando as opções para a construção do túnel deviam ter sido feitas à priori por quem gere e por quem governa. -----

Depois outra questão relevante, prende-se com a Unidade de Radioterapia. Fomos informados também no dia 9 de agosto que o único investimento que estava garantido com fundos comunitários era o financiamento através do Portugal 20/30 para a construção do edificado do Centro de Ambulatório e Radioterapia. Não é por se chamar de radioterapia que se lá vai fazer tratamentos de radioterapia. Não é por estar construído um bunker que se vai fazer radioterapia. É preciso primeiro comprar também o equipamento, instalar o equipamento e ter profissionais preparados para prestar estes cuidados. E, o que nos foi

dito é que não estava garantido o financiamento para a compra ou para a aquisição desse equipamento, nem é conhecido qualquer modelo funcional para a Unidade de Radioterapia, e esta é a preocupação que trazemos aqui a esta Assembleia. Nós não vamos branquear inaugurações de edifícios que digam ambulatório e radioterapia se não houver uma Unidade de Radioterapia em funcionamento na altura da inauguração. Se for apenas um Hospital de Dia para tratamento de um conjunto de doenças, muito bem, se não for, se não houver uma Unidade de Radioterapia não contém para darmos para este peditório porque não daremos, porque se não houver condições para que o Estado consiga em tempo útil a construção do edifício ter o Serviço de Radioterapia disponível, “não encanem a perna à rã” e procurem outras soluções. Procurem privados que possam em parceria prestar este serviço público que certamente os haverá interessados, porque o mais importante de tudo isto é o serviço que possamos prestar às populações. Não vamos andar aqui mais uma vez a adiar aquilo que já foi conseguido que é uma segunda unidade na Região Centro para prestar cuidados de radioterapia. -----

E, por último, também, os atrasos no Serviço de Urgência. Foi-nos dito de forma perentória que no dia 1 de outubro, dada a preocupação que levantámos com mais um inverno que aí vinha, e não vale a pena estarmos aqui novamente a fazer a arqueologia do atraso de 4 anos com a suspensão da responsabilidade do Governo Socialista, do Partido Socialista e de toda a esquerda parlamentar na suspensão dos investimentos públicos, com a suspensão do concurso que estava em curso em 2016 com todo este atraso que projetou ou adiou para 2022 a conclusão das obras, dizer-vos que nos foi informado que no dia 1 de outubro estaria em pleno funcionamento o novo Serviço de Urgência. Estamos então no final do mês de dezembro, informaram a Assembleia, a Assembleia informou a comunidade. Nós mentimos à comunidade por interposta informação de alguém que já aqui apelidámos de comissário político. Nós temos que fazer as coisas com seriedade. Eu compreendo que possa ter havido atrasos, mas da mesma forma que nos foi dito e que nós comunicámos não apenas à nossa comunidade como também aos profissionais de saúde que lá trabalham naquele serviço, que no dia 1 de outubro o serviço ia estar em funcionamento. Se existe uma Agência de Comunicação para cuidar da imagem, então a Agência de Comunicação que nos informasse a razão do atraso que nós não sabemos. Mas a verdade é que vem aí um inverno difícil, vem aí uma situação muito mais difícil, nós sabemos que antes da pandemia como é que eram os invernos com gripe e com outros vírus desta natureza. Por isso, vai novamente haver muita pressão junto do Serviço de Urgência, e da nossa parte continuamos à espera de respostas por parte do Centro Hospitalar. Temos que olhar para a Saúde como o assunto que mais preocupa os portugueses ou as pessoas e os viseenses em particular e não podemos deixar que ele se trate com esta ligeireza. Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo solicita a palavra. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Interpelação sobre o que é? Condução dos trabalhos? Tudo bem. Senhor Deputado tem a palavra. -----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** É para fazer uso de uma figura regimental Senhor Presidente, e apenas para dizer o seguinte: eu sei que naturalmente não tenho o direito a intervenção neste período, não há uma Moção à discussão, não há nenhum voto, mas ia pedir a compreensão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque de facto o Deputado Pedro Alves, enfim, referiu o meu nome na sua intervenção, falou de um assunto muito específico que se prende com esta questão do Hospital Psiquiátrico. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, não foi referido o seu nome, que eu tenha ouvido. Não, não, não foi, não foi ... -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo retoma a sua intervenção dizendo: isso é fácil, seguramente que os serviços conseguem puxar para a trás a fita e ouvem, porque eu garanto-lhe Senhor Presidente que o meu nome foi referido, inclusivamente o Deputado João Paulo Rebelo. Bom, mas aqui o Senhor Presidente naturalmente fará o juízo que entender. Eu estou aqui a dizer, porque o assunto é importante, e porque naturalmente diz respeito a todos nós, eu acho que esta Assembleia serve para isso não é, para procurarmos esclarecimentos e para falarmos sobre as coisas, eu posso encontrar um momento, por exemplo nas informações do Senhor Presidente para intervir e para falar sobre o assunto. Se o Senhor Presidente entender que faz sentido para todo o esclarecimento desta Assembleia eu poder gastar dois minutos a falar sobre esta questão do corredor do Hospital Psiquiátrico, eu percebi claramente que é uma conversa que vem da Assembleia Intermunicipal e que muitos dos presentes não tendo estado presente nessa Assembleia, portanto, desconhecem ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Sim, o Senhor Deputado tem a palavra, e o Presidente da Mesa como Deputado depois também vai aí. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: muito obrigado. Sim senhor. -----

Bom, então acho que era importante, volto a frisar, para todos termos a mesma informação, e todos termos conhecimento dos mesmos dados e para podermos justamente avaliar esta, enfim, intervenção que o Senhor Deputado Pedro Alves fez relativamente à questão do corredor para o Hospital Psiquiátrico e isso ser uma desculpa, e foi aí que evocou o meu nome e disse que era uma desculpa para o atraso de qualquer obra. ----- Bom, vamos lá ver, eu faço parte desta Assembleia e faço parte também de um grupo como, enfim, saberão todos os Senhores Deputados, que se constituiu para irmos reunir com entidades, de resto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já fez referência a uma reunião que está pedida à Segurança Social, enfim, e houve um conjunto de reuniões que foram tidas com várias entidades nomeadamente na Área da Saúde e também com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, e a determinada altura foi levantada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, julgo que depois também não sei se reiterado pelo Senhor Deputado Pedro Alves, uma pergunta relativamente ao projeto do Hospital de Psiquiatria que ficará situado junto ao atual Hospital, que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal mostrou uma preocupação de que não haveria um corredor de ligação entre este novo Hospital Psiquiátrico e portanto, Hospital, o edifício lá existente. E, eu na altura, nunca tinha ouvido falar sobre o tema, ouvi as respostas do Senhor Presidente do Conselho de Administração que disse que não, efetivamente o projeto não previa este corredor de ligação, e eu como nunca tinha ouvido falar do tema a seguir perguntei ao Senhor Presidente do Conselho de Administração qual era, digamos, o racional para a existência deste dito corredor e nem estava a perceber muito bem. Depois percebi então, que o objetivo e a questão colocada era no sentido de os utentes do Hospital Psiquiátrico irem fazer os tratamentos necessários ao Hospital, enfim, e terem um corredor para não lhes chover na cabeça, para não apanharem sol, e eu perguntei na altura, até fazendo uma graça, ou procurando fazer uma graça com o que o Senhor Deputado Pedro Alves aqui já veio dizer, que é: procurem os privados. Se o estado não consegue ou o público, procurem os privados. Mas nós como não vamos nessa conversa porque ainda agora não nos esquecemos que tivemos uma pandemia e sabemos bem onde é que estiveram os privados, toda a gente sabe não é, onde é que estiveram os privados no combate à pandemia, porque naturalmente os privados tratam da vida deles, só lhes interessa estar no negócio quando é negócio, depois quando não é negócio não lhes interessa estar no negócio. Portanto, nós, os Socialistas acreditamos mesmo é num Serviço Nacional de Saúde público, universal, tendencialmente gratuito para de facto defender os

interesses das pessoas, sobretudo daqueles mais fracos. Bom, mas dito isto, eu até fiz a graça de dizer, perguntei lá ao Conselho de Administração, olhem se isto fosse lá no privado que há ali ao lado do Palácio do Gelo faziam o corredor? Ai, isso de certeza que não faziam. Eu sei que o Senhor Presidente da Câmara percebe bem o que eu estou a dizer, porque ele também é um gestor, ele também gere o dinheiro público, e, ai não, não faziam. Ai eles não faziam? Mas nós queremos que o Estado faça. Eu até perguntei e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembra-se bem. Eu perguntei: desculpem lá, mas então neste momento os doentes estão em Abraveses, quando vêm fazer os tratamentos para o Hospital vêm por algum corredor? Há algum corredor que ligue... estamos sempre a dizer que em Lisboa é que há tudo, há algum corredor que ligue o Júlio de Matos ao Hospital de Santa Maria? Não, não há! Então se calhar mais vale não se porem a inventar, está um projeto feito, até porque os 600 mil euros... ó Senhor Deputado Pedro Alves, eu parece-me que é mais barato comprar uma carrinha e meter a carrinha a transportar todos os dias doentes de um hospital para o outro do que estar a gastar 600 mil euros num túnel. Mais, e o Senhor Presidente da Câmara, hoje, aqui, Presidente da Câmara Municipal, mas na segunda-feira Presidente da Comunidade Intermunicipal também me disse: isso é o caminho para o desastre. Quando nós temos um projeto e alguém começa a suscitar alterações a esse mesmo projeto, isso é mesmo para atrasar. Deixem-se estar, se há um projeto, se há financiamento, faça-se como está. Portanto, quem levantou a questão do corredor foram os Senhores Deputados do PSD. A posição do PS é clara sobre esta matéria, não precisamos de corredor nenhum! Não precisamos gastar 600 mil euros do erário público para evitar que os doentes apanhem chuva ou apanhem sol. Pois com certeza, se se conseguisse. Uma coisa é, pensar as coisas de forma sustentada e dizer assim: Bom, vamos conseguir criar aqui uma sinergia, agora, está um projeto, está um edifício, porem-se a inventar agora uma questão de um túnel, do nosso ponto de vista, é uma coisa extemporânea que não faz sentido, e é um desperdício, aí sim, do dinheiro público, e, portanto, estarem a levantar esta questão aqui põe-me no papel de dizer: todos nós temos que dar o nosso contributo, e, portanto, quando nos queixamos que o governo não faz, o governo não faz, também é preciso ajudar que o governo faça, e todos nós temos que dar essa ajuda. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Senhor Deputado, eu tinha dito que ia intervir, e, para não haver dúvidas peço autorização à Assembleia para intervir como Deputado para não haver dúvidas. -----

----- ONZE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FARIA (PPD/PSD): Senhor Presidente, Senhores Deputados. Um ponto prévio. Sistema Nacional de Saúde é a minha palavra de ordem, e de quem defende sempre o Serviço Nacional de Saúde, porque o Sistema Nacional de Saúde engloba um Serviço Nacional de Saúde forte, um Sistema Nacional de Saúde eficaz e que dê resposta a todos os portugueses, universal, tendencialmente gratuito, é esse o Serviço Nacional de Saúde, mas não o faz sozinho, faz no Sistema Nacional de Saúde, com as farmácias, com os laboratórios convencionados, com as convenções, com os privados, é esse Sistema Nacional de Saúde... com as Misericórdias, é esse Sistema Nacional de Saúde, ou que tem como esqueleto, como coluna principal o Serviço Nacional de Saúde. O que o Senhor Deputado aqui veio, e já vamos aqui... e peço a vossa compreensão, é isto: não é verdade que o projeto não contemple um túnel, não é verdade! O projeto contempla o túnel, mas, o túnel, e a questão que se coloca é a seguinte: a primeira situação que foi colocada, porque é que o tal Centro de Radioterapia tem que ter uma ligação superior ao Hospital? Porquê? Por alguma razão! Por questões logísticas, por questões de interligação, de articulação. Porque é que naquele também se tinha previsto um túnel? Que não é superior, é outro túnel. Porque é que tinha previsto? Pela mesma razão. E, ao contrário do que o Senhor Deputado aqui está a dizer, o

Senhor Presidente do Conselho de Administração ficou ali numa situação, mas o Diretor Clínico defendeu esse túnel. Defendeu ou não defendeu Senhor Deputado? A Administradora que estava presente defendeu ou não defendeu esse túnel? Defendeu esse túnel a Administradora presente, a Dra. Sandra. Estão aqui outras pessoas que também lá estiveram. -----

O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: pronto, defendeu o túnel. Desculpe, defendeu. Porquê? E todos explicaram, e o Diretor Clínico do Conselho de Administração explicou a importância do túnel. A sua ligação e a importância da sua ligação em termos logísticos, em termos de articulação, porque não pode um doente de saúde mental ter uma alta e ter um tratamento diferenciado, porque todos os dias são precisos exames, é preciso ir, e toda a logística está no edifício principal. Logística de hotelaria, logística de exames, e todos os dias estão pessoas a ir para lá e a para cá, e o doente de saúde mental não tem e não pode ter um tratamento diferenciado. Isto estava previsto, e a única questão que foi dita, e posso-lhe colocar outra questão: todo o Departamento de Psiquiatria, o senhor vá lá, e fica aqui registado que o PS não quer o túnel, e vá ter com todos os profissionais, e as associações dos doentes de saúde mental a perguntar se eles devem ter ou não um túnel? A todos os profissionais de psiquiatria. E, houve uma reunião em Lisboa e fico-me por aqui. Certo? Pronto! E, por isso, em relação a esta situação do túnel, foi isto, foram questões logísticas, questões funcionais e dignidade do doente de saúde mental, é isso que está em causa e que o Diretor Clínico do Hospital o defendeu, a Administradora defendeu e o Senhor Presidente do Conselho de Administração nem disse que sim nem que não, disse só que era um problema de dinheiro, e foi na altura que lhe perguntámos quanto é que custava? 600 mil! E, aquilo que eu coloco é assim: o Senhor Deputado, disse que não pode haver 600 mil. Tem que haver! E, porque é que o senhor não diz aqui perante todos porque é que aquele Hospital gasta 140 mil euros num ano em assessorias de comunicação? Porque é que não condena isso? O senhor vá ter com todos os Presidentes do Conselho de Administração anteriores que estão próximos do Partido Socialista, alguns que eram independentes, alguns que eram próximos do PSD, e pergunte: num Hospital que tem um Gabinete de Comunicação e de Imagem, que tem um de Relações Públicas, está a gastar 140 mil. Sabe qual foi a resposta Senhor Deputado que deram aos Deputados do PSD? Foi porque estavam a pensar um Diretos de Serviços, ou seja, se têm um gabinete, não têm nenhum serviço, mas, estamos a pensar contratar um Diretor de Serviço, e então, entre contratar ou não um Diretor de Serviço nós vamos ter um Gabinete de Imagem, vamos contratar uma assessoria. 140 mil! E, não é só isso, com a possibilidade de durante os próximos 3 anos haver renovações, 70 mil a multiplicar por 3 anos Senhor Deputado. E, por isso, em relação a essa situação vamos ficar clarificados. -----

E, agora também outra situação. Eu aqui, vou por aqui, e deixo isto para a discussão futura. Um senhor que é respeitado, que é meu colega e que é atualmente Ministro da Saúde disse aqui isto: quando eu fiz parte do governo até 2011, estava tudo pronto e era só arrancar. Estava-se a referir ao Centro de Radioterapia. Certo? Estava-se a referir ao Centro de Radioterapia, disse-o aqui numa reunião e está aqui o jornal, a quem eu agradeço, não estive cá, mas está isto. Eu desafio pessoalmente aqui que o Senhor Ministro da Saúde diga o que é que estava pronto a arrancar em 2011 em termos de Centro de Radioterapia? -----

----- DOZE – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):

Senhor Presidente, reiterando os cumprimentos, eu só venho aqui, enfim, fazer duas notas. A recordação que eu tenho é que o Diretor Clínico terá dito que naturalmente com o túnel

era a situação perfeita, diria. Olhe, quero um túnel. Ficaria melhor, ficaria melhor. O que eu aqui disse foi: não há possibilidade de o fazer por ora, não quer dizer que mais tarde não se possa fazer. Estar a colocar pauzinhos na engrenagem eu acho que não é boa ideia. Bom, eu não estou a dizer que alguém esteja. Eu estou a dizer que eu prefiro que se faça o Hospital nos termos em que é possível fazê-lo e que depois no futuro, eventualmente se possam fazer melhoramentos. Quanto à Senhora Administradora que também foi aqui nomeada, essa lembro-me absolutamente e com certeza que ela disse-o perentoriamente: a CUF não o faria. Perentoriamente, e isso ninguém me desmente porque eu estava lá. Bom! Porque fui eu que perguntei ...-----

Vários Senhores Deputados intervêm em simultâneo dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: porque fui eu que perguntei. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. ---- O Senhor Deputado tem a palavra. O Senhor Deputado Pedro Alves tem a palavra depois.

- O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo: bom, não vamos entrar de facto em diálogo, até porque este diálogo é de facto prejudicial, porque eu depois queria fazer aqui um outro ponto e último que é o seguinte: o Senhor Presidente da Assembleia Municipal veio aqui falar, enfim, de uma empresa, não sei o quê, de comunicação do Hospital. Eu vi essa pergunta que foi feita pelos Senhores Deputados do PSD na Assembleia da República e também vi a resposta do Governo a essa mesma pergunta. Eu, eu vou dizer aqui uma coisa que nem defende o Governo, nem defende a Assembleia Municipal, apenas defende o João Paulo Rebelo cidadão. Eu não acho inteligente, eu não acho para quem verdadeiramente gosta e defende a democracia desse tipo de ataques, e por acaso hoje a senhora não está cá, mas quem beneficia com esta conversa é tão só o populismo e a demagogia de uns senhores que têm vindo a ganhar terreno infelizmente no nosso país. Eu não me atrevo, eu não me atrevo a, enfim, colocar questões de gastos, e depois porque as pessoas são muito sensíveis lá fora. Ui, 140 mil euros? Eu não sei se 140 mil euros é muito ou se é pouco. Não sei! Não sei! Porque, por exemplo, durante anos nunca vi aqui ninguém falar sobre os gastos das comunicações e publicitários que a Câmara Municipal fez, aliás, honra seja feita ao Senhor Presidente da Câmara atual que veio dizer que parece que foram 15 milhões de euros. Eu sei que não foi em publicidade e comunicação, naturalmente Senhor Presidente, mas que manifestamente houve muito e muito dinheiro a ser gasto em comunicação nos últimos anos, acho que aqui ninguém duvida, ninguém mete aqui em questão isso. Muitas, muitas centenas de milhar seguramente. E, portanto, ganharam as eleições, estavam a governar, o povo fez o seu juízo. Há uma Administração que está a governar o Hospital, pois com certeza que as coisas serão escrutinadas onde têm que ser. Eu sinceramente, eu sinceramente não alinho na conversa do acho que estão a gastar não sei quanto. Digo aqui, não sei se é muito, não sei se é pouco. Não sei o que é a função deles. Pode ser muito se não fizerem nada, pode ser pouco se trabalharem muito em prol, lá está, do nosso bem público. Agora, portanto, estão feitos os dois esclarecimentos. Não acho sinceramente porque se denigrem as entidades, as instituições e as pessoas que estão à sua frente, isso não contribui verdadeiramente para o bem de ninguém, para o bem de ninguém. Vir-se dizer: olhe também podem ... é que qualquer dia depois diz-se que: ai, aquele buraco que está ali no alcatrão, olhe, se o Senhor Presidente da Câmara vender o carro da câmara tapa-se o buraco. É pá, não é conversa, não é caminho, ninguém quer fazer, acho eu. Eu não quero fazer esse caminho. Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reiterar também todos os cumprimentos e também vou procurar ser breve. -----

Primeiro não aceito lições de ninguém, nomeadamente do Deputado João Paulo Rebelo relativamente aquele que é o meu pensamento relativamente ao serviço público e quem o presta. Dizer que eu venho aqui defender interesse dos privados, não! E, longe de não sei quantos em relação aos privados. Por essa ordem de ideias ó Senhor Deputado, nós conhecemos muito bem o passado do Jose Sócrates, das Scuts e companhias e parcerias e o diabo a quatro. Não venha com essa conversa do serviço público e de que não faz nada com os privados, e essa forma de olhar para as contas, como disse aqui, que não olho para as consta e tal. Nós sabemos o que é que isso custou aos portugueses. 74 mil milhões de euros de intervenção da troika. Isso é conversa. O que veio aqui dizer é o perfil claro de um socialista. Dinheiro a perder de vista como se o dinheiro fosse... o dinheiro é dos portugueses, é retirar da mesa dos portugueses para depois gastar da forma como se entenda. É a verdade! Não houve mais nenhum partido e nenhum governo que trouxesse banca rota.... -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* agradecia silêncio. -----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves prossegue a sua intervenção dizendo:* ... banca rota para Portugal que não fossem governos socialistas. São três! Três! É o vosso ADN, o resto é conversa, por isso, não aceito lições... e quanto à questão do Serviço de Radioterapia a ser prestado por privados, há cerca de 30 anos que acontece isso no Hospital de Évora, e nunca ninguém cancelou nem nunca ninguém o substituiu por um público, e já estiveram no governo tanta vez. Não venha com esses preconceitos, venha com o serviço público, já está ... o que era importante era a decisão política. Está tomada, tomou a decisão o Governo de Pedro Passos Coelho, agora executem, há 7 anos nada, nada, e vão-se preparar e vou aqui dizer, vão-se preparar para inaugurar o edifício sem radioterapia se mantiverem este curso. Não tenha dúvidas disso. E, vamos estar aqui a dizer, isto vai ser, daqui a dois anos já está a funcionar. Não está! Está lá o buraquinho, fica lá o bunker e sem acelerador linear, e é isto que nós queremos, e gostava que houvesse mais consenso e que houvesse mais assertividade, e que não andássemos aqui de bandeirinha partidária na mão, que é o que está a acontecer. Aqui foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e é verdade, se o túnel é necessário para ligar ao Centro Ambulatório porque razão se não tem internamento? Alguma razão deverá ter. Então, um Hospital que tem internamento não tem que ter ligação ao edifício central? Se funciona assim, porque é que estamos a mudar? Estamos a mudar para fazer melhor. Se vamos fazer de raiz porque é que não fazemos o ótimo? É isto que estamos a pedir e tratar com o respeito e a dignidade que merece o doente de saúde mental, é só isto. Não tem aqui com adiar, com não sei quantos. Não. Tem a ver, a forma como encaramos. Olhamos para as pessoas e pensamos o melhor para elas, ou olhamos para a gestão, neste caso, política da questão e tratamos politicamente o assunto. Então, fiquem vocês com o assunto político que nós queremos resolver o problema das pessoas, dos utentes, dos profissionais, que é isso que nos importa, e prestar um melhor serviço público, mais nada. A questão que foi colocada foi na defesa do interesse público, não foi na defesa do interesse partidário. Ao contrário, não é criar problemas ou colocar areias na engrenagem, é resolver o problema com a melhor solução, não é criar um problema e resolvê-lo com uma asneira como é típico do Partido Socialista. E, por último eu vou-lhe dar um esclarecimento. Eu pensei que soubesse disto, pensei mesmo que soubesse disto, pensei que vocês no governo, de vez em quando partilhassem as pastas. Teve no governo, é evidente que fez aqui uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara que certamente não estará, ou, pode até estar habilitado, mas não foi no tempo dele e eu acompanhei, relativamente ao protocolo de transferência

do IP5 para o município. Fez há bocadinho essa intervenção da requalificação. Estava previsto, foi protocolado em 2015, governo de Pedro Passos Coelho, Infraestruturas de Portugal. Infraestruturas de Portugal, Governo de Portugal, com o Primeiro Ministro e Câmara Municipal. Veio outro governo não houve investimento público, suspendeu-se tudo. É o que acontece. Não sabe o que aconteceu? Pergunte. Até pode perguntar pessoalmente. Certamente que até pode pegar no telefone e ligar. E, vou-lhe esclarecer, foi ausência de investimento público por parte dos governos anteriores, ou seja, aqueles todos das remodelações, mas todos eles geridos e governados por António Costa. Foi isto: o pior governo de investimento público dos últimos 60 anos. Não sabe porque é que não avançou? Foi essa a razão, não há investimento público. É só. -----
Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Eu agora vou fazer só uma resposta rápida ao Senhor Deputado. -----

----- CATORZE – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA FÁRIA (PPD/PSD): Quero dizer duas coisas ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. Eu pessoalmente sempre demonstrei uma certa isenção e não quero de maneira nenhuma aceitar. Essa história não me condiciona a mim quando vem com o populismo. Eu não tenho nada em relação ao CHEGA, mas está eleito por muitos portugueses e respeito o Partido CHEGA. Tenho o máximo de respeito pelo partido CHEGA, foi eleito pelos portugueses. Agora, outra coisa é condicionar toda a gente com a história do populismo e tentar ligar. Não! Os dinheiros públicos, aqui, na Assembleia da República, em qualquer lado têm que ser... eu faço um desafio, converse com todos os Presidentes do Conselho de Administração antigos do Hospital, Dr. Alexandre, Dr. Luís Carvalho, Dr. Ermida, Dr. Jorge Reis e diga-lhes assim: acha bem gastar 140 mil euros numa agência de comunicação, e prever gastar nos próximos 3 anos o mesmo? E depois de ouvir a resposta deles então aí eu aceito que venha com o populismo. Porque são dinheiros dos contribuintes, são dinheiros dos portugueses. São opções de gestão num Hospital que de vez em quando até tem dadores, que as pessoas dão para lá. A Câmara nunca fez nenhum pedido, de vez em quando até, clubes de serviço que se juntam por causa de... é preciso um ecógrafo, porque às vezes o Hospital não consegue no tempo útil mudar equipamentos. E, então 140 mil euros? São 140 mil euros. É isso, mas fale com os anteriores Presidentes do Conselho de Administração. -----

Agora só uma nota: procure, isto em termos de radioterapia, na tal história, para dizer ao Senhor Ministro da Saúde, ele que mostre uma proposta de despacho, uma proposta de despacho de radioterapia de julho de 2010. Se é isso, não foi publicado. Uma proposta de despacho conjunto entre o Ministro de Estado e das Finanças Teixeira dos Santos e a Ministra da Saúde Ana Maria Teodoro Jorge, onde estava previsto a cedência de exploração de serviços de hospital para a criação de uma Unidade de Radioterapia e uma Unidade de Medicina Nuclear a instalar no Hospital de S. Teotónio, e faço aqui justiça a uma coisa que muitas vezes as pessoas... é uma pessoa que eu admiro e que respeito, que é o Professor Correia de Campos, que em 14 de junho de 2005 e vou amanhã com todo o gosto à apresentação do livro dele, o Dr. António Correia de Campos aprovou o programa funcional para a criação de uma Unidade de Radioterapia em Viseu. Por isso, quando algumas pessoas dizem: foi agora. Não! Foi o Professor Correia de Campos que em 14 de junho de 2005 aprovou o programa funcional. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva solicita a palavra ao Senhor Presidente da Mesa para Defesa da Honra. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Em Defesa da Honra? Ó Senhora Deputada, Defesa da Honra? A Senhora não foi envolvida não foi nada. Defesa da Honra de quê? Desculpe lá não dou a palavra para Defesa da Honra. Se disser outra situação. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir pedindo para fazer uma interpelação à Mesa. -----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Interpelação à Mesa pela condução dos trabalhos? Ó Senhora Deputada, tem a palavra. -----
Julgava que me vinha colocar outra questão que não colocou, mas pronto. -----
- **QUINZE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** mas eu ainda posso colocar. -----
- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção: Bom, mas diga vá, diga, eu estava à espera que a colocasse, mas depois temos tempo. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: mas eu vou mesmo colocá-la, não neste momento, mas depois vou colocá-la. -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: não, não Senhora Deputada, eu julguei que era uma situação dessas, mas tem a interpelação à Mesa, mas pode continuar. Não, não, diga, diga Senhora Deputada. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: ora bem, eu acho que nunca ninguém aqui de... nós não queremos ficar em equívocos nem no meio da ponte e, portanto, eu agora vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia para dizer qual era a questão que achava que eu ia colocar. -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: ah, ah, ah. Não, não. Ó Senhora Deputada, ande lá, ó Senhora Deputada, ó Senhora Depurada, por amor de Deus, ó Senhor Deputada vamos dignificar o Órgão, vamos dignificar o Órgão. Diga lá ó Senhora Deputada senão, senão agradeço que termine. Diga lá. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: ó Senhor Presidente com todo o respeito ... -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: não, a Senhora é que tem que dizer. Vá, continue. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: ó Senhor Presidente com todo o respeito... eu aproximo-o e o Senhor Presidente pergunta-me que achava que eu ia fazer outra pergunta. -----
Bom, muito rapidamente ... -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: a Senhora mandou um mail, mandou um mail, eu julgava que ia na sequência desse mail, que disse que ia colocar, foi na sequência desse mail. Pronto! -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: então se o Senhor Presidente me der autorização... -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: agora não, agora quero a interpelação à Mesa. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: a seguir... -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: desculpe lá, vamos dignificar o Órgão. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: então, eu peço aqui o ponto de ordem, e também eu acho que isto não é nenhum circo para que as pessoas se estejam a divertir, não sei com quê. -----
Se o Senhor Presidente me der autorização, eu coloco a questão que me levou aqui a pedir a palavra e depois então dou a ... -----
- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: a Senhora já teve. Se quiser, quando quiser. A Senhora na próxima sessão, quando quiser, noutros pontos, esteja à vontade. Em relação agora é a interpelação à Mesa e estamos neste ponto. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua

intervenção dizendo: em relação ao mail... então está combinado, portanto, agora faço a aqui a interpelação em relação ao pedido de palavra e depois a seguir em relação ao email vou ter a palavra ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: não, não, já teve a palavra. A Senhora já teve, já esgotou o tempo. Está agora aqui a tentar já as situações. Em relação ao mail a mesma coisa. Desculpe lá, agora tem a palavra. Interpelação à Mesa. Termine a interpelação. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: tenho a palavra, mas, Senhor Presidente há aqui alguma coisa que eu não estou a entender ... -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: interpelação à Mesa. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma novamente a sua intervenção dizendo: sim. Ok. Relativamente a essa questão que está a ser aqui abordada e que já foi anteriormente abordada por causa da questão, enfim, do valor que o Hospital paga à comunicação Senhor Presidente, compete-me a mim dizer que não sei qual será a nossa legitimidade de nos estarmos a imiscuir no exercício das funções de um Conselho de Administração. Tenho algumas reservas, porque em democracia, em democracia as pessoas têm legitimidade para exercer o seu direito, a sua atividade, o seu cargo neste caso, e se pudermos questionar, no momento certo. Agora, dizermos, questionarmos, consideramos que é elevado para aquilo que se faz. Bom, no mandato anterior os Vereadores muitas vezes questionaram os valores que se gastavam, enfim, na comunicação ou e tudo o que dizia a esse aporte, e na verdade nunca ninguém aqui nesta Assembleia questionou fosse o que fosse, muito pelo contrário e, portanto, eu acho que quem vive em democracia e liberdade, nós temos de dar a responsabilidade a quem gere e depois pedir contas, agora vir-nos colocar aqui a questão de: acho que é muito, nós não estamos lá para opinarmos se realmente é muito ou se é pouco, e, portanto, deixar aqui porque acho que isto já está ser uma conversa que vem sendo arrastada e que não nos leva nem dignifica nada este Órgão. Isso sim, não dignifica este Órgão. -----

Relativamente à questão do email Senhor Presidente, quando achar oportuno, então agradecia que me desse a palavra. Muito obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Ó Senhora Deputada, eu dou-lhe a palavra. A Senhora é que devia ter pedido no Período de Antes da Ordem do Dia. Por isso, quando for a Ordem de Trabalhos a senhora se quiser pede a palavra. Quando for outra altura. Esteja à vontade para isso. -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: não tem mais a palavra Senhora Deputada. -----

Agora dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar. Não tenho mais nenhuma inscrição, a Senhora já teve a intervenção. -----

Tenho aqui uma última intervenção. O Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Calde José Fernandes. -----

----- DEZASSEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE CALDE JOSÉ FERNANDES (PPD/PSD): Bom dia a todos. Senhor Presidente, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Colegas, Público em geral. -----

Eu era só mesmo para falar por causa da internet que temos. Já foi falado hoje aqui, enviei para a Câmara Municipal de Viseu e para a Assembleia Municipal. Por causa da internet. Nós temos lá 3 aldeias, em 2021 levaram metade da Freguesia... internet, fibra ótica, e da qual ficaram por ali. Tenho 3 aldeias sempre a reclamarem com toda a razão

porque não temos. Nós queremos que o pessoal, que as pessoas fiquem nas aldeias e não ficam porque têm essa falta. Isto é uma ferramenta muito importante para aqueles que ali habitam, e, agora com o teletrabalho, mais. Tive também alguns jovens a reclamarem que vieram passar o fim-de-semana, queriam fazer trabalhos e não conseguiam fazê-los por não terem internet para os poderem fazer, e assim, tiveram de se ir embora outra vez para onde estavam a estudar para fazer os trabalhos. Agradecia que tivéssemos alguma consideração e algum cuidado para ver se conseguíamos ter lá aquilo que nos falta, porque se queremos fixar pessoas não é desta forma que se conseguem fixar. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu não sei se gostariam, que o Senhor Presidente de Junta tivesse um reforço da Assembleia, até porque enviou-nos um abaixo assinado. Se todos tivessem de acordo, até porque é um problema do concelho, penso que é comum a outras freguesias, e se tivesse de acordo, nós transformávamos no fundo... já foi enviado para todos o abaixo-assinado, tiveram todos conhecimento, transformávamos o abaixo-assinado numa Moção. Se tivessem de acordo transformávamos numa Moção e aquele abaixo-assinado era uma Moção, se todos até concordassem, que seria uma Moção da Assembleia Municipal, no fundo, de acordo com a posição dos Presidentes de Junta de Freguesia. Se estivesse de acordo transformávamos o abaixo-assinado no fundo, foi enviado pela junta, são as populações a pedir, as Juntas de Freguesia, eu li-a o abaixo-assinado que foi enviado e transformávamos o abaixo-assinado numa Moção da Junta de Freguesia, mas é uma Moção da Assembleia para discussão. Se estivessem de acordo com isso. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta de Côtã. -----

----- **DEZASSETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE CÔTA JOAQUIM POLÓNIO LOPES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, caros Deputados desta Assembleia, Presidentes de Junta, Público presente, Comunicação Social, e também aos nossos Funcionários desta Casa. -----

Portanto, isto para dizer que, em Côtã também está a decorrer um abaixo-assinado, e, portanto, muito gostaria realmente que isto fosse transformado numa Moção, porque era essa também a nossa intenção de o virmos a propor futuramente, assim que tenhamos o abaixo-assinado terminado. Portanto, Côtã é uma das principais afetadas com esta falta de cobertura de rede digital e não só, atualmente também os telemóveis têm muita dificuldade de comunicação. A única operadora que está lá com alguma condição diminuiu drasticamente o sinal, e estamos completamente à deriva nestas coisas, e tenho tido muitos problemas na fixação de pessoas por falta destes meios. Tenho pessoas a trabalhar a partir de Côtã, a tentar trabalhar a partir de Côtã para o mundo inteiro e não conseguem, têm que se deslocar para Viseu, ou para outros sítios do nosso concelho e fora do concelho para o conseguirem fazer. Isto hoje, nos tempos em que vivemos é tão fundamental ou mais ainda do que uma boa autoestrada. Por isso mesmo agradecia, ficaria muito grato, se fosse mesmo transformado em vez de nós virmos propor uma à posteriori, que fosse já transformado numa Moção. Obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Nós depois, se entendessem... vou ler tudo, mas depois transformávamos, davam autorização à Mesa, até com os Grupos Municipais, numa reunião transformávamos isto numa Moção. -----

Eu vou só ler porque foi enviado para todos. Era isto: Retirava o que era específico de Calde. A Junta de Freguesia de Calde e aqui Côtã também e outras freguesias manifestam as suas preocupações. E, aqui é que interessa: -----

1 - A existência de redes públicas e comunicação eletrónica de qualidade constitui um fator imperioso para a fixação das populações aos espaços rurais do interior, pelo que, o

alargamento de rede, é fundamental; -----

2 - É imperioso que se proceda à modernização e alargamento destas redes, a fim de evitar que se condenem, definitivamente, estas localidades à desertificação e ao abandono; -----

3 - A cobertura de rede terá que ser total, de forma a gerar coesão social e territorial, em vez de sentimentos de discriminação e revolta que já notámos junto das populações desta freguesia, (nestas freguesias), aqui está Paraduça, Vilar do Monte e Calde mas depois púnhamos freguesias; -----

4 - Esta modernização deverá contemplar, tendencialmente, a eliminação dos inúmeros focos de poluição visual existentes nas zonas rurais; -----

5 - A existência de rede nas restantes localidades da nossa freguesia, não é sinónimo de qualidade de rede, havendo quebras muito significativas na velocidade e desempenho da mesma. -----

Considerando a importância que estas infraestruturas têm nos dias que correm, lamentamos o facto de existirem pessoas que querendo fixar-se nestas aldeias são obrigadas a procurar outros locais. Este, entre outros, são fatores que determinam a desertificação do meio rural e, muito particularmente na nossa freguesia. -----

Certos de que a Altice, na pessoa da Senhora Diretor terá em boa conta ... pronto, o que está aqui em causa, eu penso que o que é fundamental é esta parte. -----

Eu proponha que votássemos esta situação. -----

Todas as Freguesias que tivessem, ou os Senhores Presidentes de Junta que tivessem alguns problemas, aqui, o Senhor Presidente de Junta de Calde foi portador, aqui já estão as zonas dele, mas noutras zonas, Côta e outros Presidentes de Junta queiram, faziam-nos chegar isso e nós transformávamos este texto numa Moção onde iam todas as localidades e freguesias onde este problema é premente. Concordam? Se concordassem, dávamos o benefício de transformar isto numa Moção da Assembleia Municipal aprovada por todos, ou seja, íamos votar este núcleo central e depois todos as freguesias que tenham problemas faziam-nos chegar e nós transformávamos isto numa Moção para fazer chegar à Altice. --- Alguém quer intervir nesta situação? Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, *aprovado por unanimidade*. -----

Agora tínhamos que pedir a vossa autorização para nós redigirmos, com a colaboração das Juntas de Freguesia redigirmos uma Moção para a Altice. Quem vota contra este pedido de autorização? Quem vota contra? Quem se abstém? *aprovada por unanimidade* esta autorização para fazermos uma redação final. -----

Está assim terminado o Período de Antes da Ordem do Dia, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Senhores Deputados. -----

----- **DEZOITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Queria naturalmente cumprimentá-lo, cumprimentar todos os presentes, portanto, Mesa, os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, a Mesa que me acompanha, naturalmente os Senhores Jornalistas e o Público em geral. -----

Depois de 2 horas eu confesso que não tenho aqui grandes perguntas, a maior parte delas ainda por cima eram-me dirigidas, mas penso que tinham outro destinatário. -----

Eu começo pela primeira questão que foi aqui colocada, uma questão que simultaneamente de um Vereador que também é Membro desta Assembleia, portanto, o que tenho que reiterar é que a pessoa em causa apenas foi uma vez à apresentação, tomar posse na Câmara, portanto, eu não sei se tem cobertura legal, mas isso é um problema que, digamos que... trabalho com ele, como com qualquer um dos Vereadores aliás, a Vereadora Fernanda tem estado presente em todas as reuniões, portanto, não posso dizer mais nada para além disso. -----

Depois, sobre os Votos de Louvor que foram aqui apresentados eu gostava de tecer também dois ou três comentários: o primeiro é sobre a Medalha de Bronze da Academie

Francaise Arts-Science-Lettres de Paris, que foi aqui também invocada, só agora é que me vou apercebendo do momento que deixei passar em claro quando me foi atribuída a Medalha de Ouro pela mesma Sociedade, mas, confesso que fico muito satisfeito que haja uma Viseense ainda por cima que trabalha num setor importantíssimo, medalhada com esta Medalha de Bronze nesta mesma Sociedade. -----

Depois também, particular satisfação que tenho em ver aqui a alusão ao meu amigo Jorge Marques, para mim, e ele sabe, o Jorge Seminário, com quem joguei imensas vezes à bola, e é daí o nome o Jorge Seminário, que curiosamente no decurso desta, acaba de me enviar um Voto de Boas Festas, parece que adivinhou que havia aqui um Voto de Louvor na Assembleia Municipal. -----

E, depois o Voto de Pesar pelo Jorge Bastos, pessoa que acompanhei durante muitos anos e que achava de um tratamento pessoal, eu diria, exemplar, e de facto, profissionalmente foi com ele que vimos uma série de coisas, mesmo quando houve aquela mudança para as instalações novas da RTP, e, portanto, sempre nos habituámos a ver o Jorge Bastos, como um expoente do jornalismo aqui. E, já agora, a propósito disso fazer apenas uma referência: nós temos muita consideração, não é por estarem aqui, pelos órgãos de comunicação locais, porque esses ficam cá. Os nacionais, quando há problemas, são os primeiros a irem embora também. É daqui que tiram as sedes, é daqui que não sei quantos, de maneira que, é com eles que contamos, os meus agradecimentos por isso, para difundirem aquilo que vamos fazendo. -----

Depois, a Deputada Lúcia colocou aqui, mas, são dois equívocos. Perguntou-me porque razão... primeiro sobre a Polícia Municipal. A Polícia Municipal, também fui um dos criadores, fui eu que a instalei, e apenas um dos 48 municípios portugueses, portanto, nós sabemos bem da importância da Polícia Municipal. Quantos às instalações? São as possíveis naturalmente, instalações que nós achamos dignas, não serão exatamente piores, antes pelo contrário, de que as instalações nacionais por exemplo da Guarda Nacional Republicana que há por esse país fora. Mas deixe-me dizer, nós resolvemos isso com a Polícia Municipal, assim como resolvemos com grandes encargos no orçamento o aumento de efetivos, resolveremos também esse problema de instalação, mal surjam. Mas, depois, não percebi essa história da CPCJ. É uma preocupação no Natal, fica bem. Micro-ondas, ar-condicionado e carro, eram as preocupações. Eu preocupo-me muito mais com o funcionamento, mas pronto, há-de vir alguma vez tratarmos do micro-ondas, do carro e do ar-condicionado, também não me parece mal. -----

Quanto ao Bairro Digital, errou o alvo. Vem-nos perguntar a nós porque é que o Bairro Digital não foi aprovado? Pergunte lá a quem o reprovou. Não foi nada connosco, nós apresentámos a candidatura... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Senhora Deputada, deixe-me dizer-lhe uma coisa: não vai ter comigo esse tipo de tratamento... -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... eu não lho vou permitir. Eu sei que a Senhora Deputada veio trazer aqui... é pena, não lhe fazia esta pergunta, fazia-lha diretamente se as sessões fossem transmitidas publicamente. Olhe que eu acho que os viseenses agradecem elas não serem transmitidas. De facto, de vez em quando há atuações aqui que não abonam nada aquilo que os viseenses pensam de certas coisas, e, portanto, não me pergunte. -----

Depois, perguntou porque é que não foram aprovados os Jardins Efémeros? Bem, mas, eu vou-lhe responder. (Foi o Deputado João Paulo que trocou com o Deputado Ginestal). -----

Porque é que não foram aprovados os Jardins Efémeros? Nós temos nosso montante de investimento aprovado, e, portanto, têm que pergunta é ao Pedro, ao Ministro Adão e Silva porque é que não aprovou, nem aprovou esta, e, portanto, como também não aprovaram o financiamento para o Paulo Ribeiro. A Câmara disponibiliza o mesmo financiamento e está à espera que o governo através da DGArtes que aprovou uma série de candidaturas, aprove também esta, agora, não nos perguntem a nós que somos vítimas porque é que o governo não aprovou. Tinham outros destinos seguramente a dar aos montantes e não aprovou estas duas candidaturas. Portanto, quando se diz que foi daqui, é verdade, tentaram esvaziar-nos mais com isso, aliás, isto prova que nós só precisamos do governo para o governo fazer só aquilo que é da sua responsabilidade, não para fazer aquilo que é da nossa. Nós tratamos bem das coisas, o governo que trate isso, isso é da responsabilidade do governo. Então, acabou com o financiamento aos Jardins Efémeros, acabou com o financiamento à Companhia Paulo Ribeiro, e eu tenho que vir aqui explicar por que é que se foram embora? Olhe, com muito gosto dava nota de uma mensagem simpatiquíssima que o Paulo Ribeiro me mandou, exatamente a dizer, que fica em aberto esta cooperação com Viseu e que aqui foi sempre tratado com uma lisura impressionante. Aliás, demos provas disso, quem não se lembra da primeira saída do Paulo Ribeiro quando foi convidado para a Ballet Gulbenkian e logo a seguir resolveu voltar a Viseu e nós abrimos-lhe as portas. Foi convidado para a Companhia Nacional de Bailado, e nós abrimos-lhe outra vez as portas. Portanto, não somos nós os responsáveis, façam barulho junto da Cultura. Eu não sei, não sei se essa também está transformada como aquilo que o Ministro Correia de Campos, ou ex-Ministro António Correia de Campos aqui disse sobre o Ministério da Saúde. É também a resposta à maior das perguntas que aqui foram feitas sobre Saúde. Dizia o Senhor Ministro há pouco tempo há menos de duas semanas: transformaram o Ministério da Saúde numa Secretaria de Estado das Finanças. Se calhar é por isso, e, portanto, eu acho que a resposta está dada. -----
O Presidente Diamantino Santos veio também colocar estas questões e eu penso que a resposta está dada desta forma. -----
A mesma coisa com o Deputado Jorge Adolfo. -----
Mas, quando pergunta se eu sei? É curioso é que o Partido Socialista não saiba porque é que foram embora. Há-de haver uma explicação e seguramente que até nos encontros de carácter político-partidário que vão fazendo, porque é que não se questionam? Deixa lá perguntar ao Ministro porque é que não apoiou os Jardins Efémeros e nem apoiou a Companhia Paulo Ribeiro? -----
Depois o Deputado Hugo Carvalho trouxe aqui a história das estradas nacionais, e de facto nós, a Comunidade Intermunicipal tomou posição sobre isto, e tomou posição por os acontecimentos próximos que não nos, digamos, devem, ou melhor devem-nos envergonhar a todos. Uma jovem de Oliveira de Frades que acabou por falecer num desastre naquele itinerário, o itinerário de que estou a falar é o IP5, mas também a forma como estão todas as outras estradas, a Nacional 2, etc., etc. Portanto, a partir do momento em que se fez a A25, no caso do IP5 abandonou-se completamente o IP5 e, portanto, nem sequer... a Moção da Comunidade Intermunicipal é clara, dissemos, requalifiquem e isentem de portagens. Isentem de portagens pelo menos enquanto não houver requalificação, e é o mínimo que se pode fazer, porque, quem não se lembra, há pouco tempo foi com uma facilidade espantosa que isentaram os responsáveis pela Velocidade Furiosa, é assim não é? Isentaram-nos de portagens, porque é que não isentam aqueles que não têm a possibilidade de fazer velocidade furiosa porque têm que andar mesmo devagar senão têm mesmo problemas. -----
Como é que está o protocolo sobre o IP5? Nós aguardamos, está nas Infraestruturas de Portugal e aguardamos resposta. Já agora deixem-me dizer uma coisa porque é bom ter

memória, e quem tem, tem alguns inconvenientes, mas tem algumas vantagens ter o passado. Nós tivemos o IP5 para ser municipalizado em toda a zona de Viseu, e eu aceitava-o, e tínhamos praticamente tudo pronto, mas depois houve aqui um problema, como conhecem, devem conhecer bem, lembram-se, eu fui o padrinho da Bossa do Camelo. Bossa do Camelo que tem depois aqui responsabilidades, pensem comigo: a maior parte do trânsito que aparece no atual IP5 é porque têm dificuldades lá do outro lado, e aqui é muito mais perto, e as dificuldades são conhecidas. Sabem porque é que a Bossa do Camelo se fez? Foi por causa do vinho do Dão, não sei se havia assim tantos problemas, acho que acabava com o Vinho do Dão se fosse o traçado que estava previsto, mas depois arranjou-se a Bossa do Camelo, achou-se que aquilo era uma fonte de receitas impressionante e lá ficou. Esta é que é a verdadeira razão, portanto, se fizessem a A25 como estava previsto nem as pessoas tinham a tentação de ir pela parte de cima, por antigo IP5. Agora, se não o quiseram municipalizar façam o favor de o tratar convenientemente. Foi apenas isto que fizemos e que pedimos ao governo que fizesse. -----

Depois o Deputado Ginestal colocou-me aqui três questões: -----

se está instalada a iluminação elétrica no Fontelo? Está instalada. -----

Funciona? Funciona! -----

Quem é que a pagou? Eu achei piada foi à expressão “dos bolsos dos viseenses”. Então, do seu, do meu, de todos. É aquilo que eu giro. Eu só giro digamos, responsabilidades dos bolsos dos viseenses, e tenho muito cuidado com isso. Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa: conseguimos que o Académico numa atitude de grande abertura financiasse parte da instalação elétrica, e quanto diz foi preciso fazer... claro, foi para um jogo que o Académico tinha que fazer, mas não houve problema, está a instalação elétrica a funcionar, como ninguém sabia, ou não esteve pronta na altura do tal jogo para a Liga, fez-se a instalação provisória e agora há-de se fazer a definitiva. Agora há uma coisa que eu sei, e isso também o tenho dito e não me calarei. Eu espero que uma iluminação elétrica daquela dimensão e daquele valor tenha utilização, e ter utilização é com a justificação que nos foi dada, que é para permitir transmissões televisivas, eu quero ver quantas transmissões é que há, porque senão vou dizer que gozaram com o dinheiro dos outros, e é bom que saibam. O investimento no Fontelo custou 2.7 milhões de euros e, portanto, a instalação elétrica custou 600 mil euros, portanto, é bom saber isso, é uma importância de valor 600 mil euros, portanto ela tem justificação, tem transmissões televisivas? Acho que foi um bom investimento. Não tem, se é para fazer duas/três transmissões por ano, acho também que vale a pena fazer se calhar instalações provisórias. -----

Portanto, confirma se vamos dar o nome... confirma se vamos dar o nome? Eu sou o responsável pela toponímia. Darei o nome que eu propuser e que nós entendermos. Agora, já me está a fixar um nome? Eu não perguntei a ninguém qual era o nome da Praça Carlos Lopes, fui eu que lho dei, agora se entender, como dei de outro viseense famoso o Anacleto Pinto, também fui eu que propus o nome, agora, hei-de propor esse ou outro. Pode haver um outro corredor, agora, não faz sentido perguntar, é já esse? Não, a toponímia tem regras e nós vamos naturalmente utilizá-las, até porque, deixe-me dizer-lhe, a primeira vez que a Pista foi inaugurada foi em junho de 1991, não houve ninguém a requer nome para lá. Nem é normal, é a Pista de Atletismo do Fontelo, agora, nós podemos andar a pôr nomes em tudo, tudo bem, agora, não tenho nenhum problema, nenhum *parti-pris* em relação a isso. Confirma que não sei o quê? Não acho que haja alguma lógica nessa pergunta, mas não há problema nenhum. Podia-me perguntar se era outra pessoa qualquer. Pronto. -----

Depois perguntou-me se a SAD fez a proposta para gerir o Estádio? Bem, nós analisaremos isso sem problemas, mas estamos a falar de uma instituição pública com uma instituição privada e, portanto, vamos aguardar que haja propostas, não é? Não é

assim direto. É que às vezes há assim este hábito. Eu tenho um grande respeito pelo Académico, por muitas razões que conhecem, olhe, e um respeito eu diria, potenciado até por a simpatia extrema e penso pela eficiência do atual Presidente, mas é evidente que o Estádio, eu não perco este tino, é o Estádio Municipal do Fontelo, portanto, não é o Estádio do CAF, não sei se é assim ainda? Agora é Futebol Clube, pois! O Farminhão deu essa ajuda na altura, e, portanto, já nos lembramos todos, mas, portanto, agora não transformemos aquilo no estádio do Académico. É o Estádio Municipal do Fontelo que tem como principal utilizador o Académico, mas já agora deixem-me para os mais novos que não se lembram disso, eu já jogava à bola num clube federado quando o principal clube aqui da cidade era o Lusitano. Eu lembro-me de jogar no Lusitano, quando Lusitano era da segunda divisão e o Académico da distrital, portanto, só para dizer o quê, se por acaso isto alguma vez viesse a acontecer quem é que lá jogava? Se calhar era o outro. Bem, temos que nos entender em relação a isto. -----

Depois o Deputado Pedro Alves trouxe aqui o problema da Casa das Bocas, eu vou falar nisso daqui a um bocadinho aquando da minha intervenção, mas de facto há uma coisa que não tem sido dita e eu penso com grande injustiça. Isto decorreu do Pacto do Território, e é bom que... eu nem sequer tinha nenhuma ligação, na altura não desempenhava funções autárquicas, mas penso que é uma injustiça com a gestão da Comunidade Intermunicipal anterior, porque foi quem abdicou e quem referiu esta intenção como prioritária e, portanto, de vez em quando aparece aí um ou outro arrogar-se desta responsabilidade, mas não, foi este órgão que se disponibilizou para que se atribuísse prioridade à Casa das Bocas e, portanto, eu concordo, aliás disse isso e vou referi-lo daqui a um bocadito, chamei-lhe uma atuação corajosa do município anterior de ter-se substituído à Administração Central e parece que se justifica que não o merecia. A Administração Central não mereceu esta atitude corajosa, porque assinou um ofício e um documento público a dizer que abriria as instalações no dia 1 de janeiro de 2022 e foi preciso chegar a dezembro ou novembro para abrir as instalações. Portanto, mesmo com um documento assinado. -----

Depois falou sobre a nova Unidade de Psiquiatria e do PRR. Também aqui a Comunidade Intermunicipal também diz que é prioritário, agora há uma coisa que eu continuo... já me disseram que não e eu faço votos sinceramente que eu esteja enganado. Eu não estou a ver como é que se executa 6.2 milhões de euros numa coisa que termina, a não ser que se alargue outra vez o prazo, mas isso, estamos a contar que vai terminar no final do próximo ano. -----

Se for possível executar esta obra, nem se conhece ainda, eu não conheço, mas pode ser que já esteja o projeto etc., etc., etc., se acabarem em dezembro com a execução dos 6.2 milhões de euros ficamos todos a bater as palmas. -----

Bem, na construção do túnel, a comunicação, eu penso que já percebemos, há aí uma confusão de comunicações, afinal uns estavam a falar de uma comunicação ou até das avanças da comunicação, pronto, mas é tudo comunicação, não há é garantias do equipamento e disso devemos estar preocupados porque se construímos um equipamento e ele não tem digamos, o equipamento específico para o seu funcionamento, então, acho que temos problemas por isso e ninguém fica satisfeito com esta situação. -----

O protocolo sobre o IP5, já foi aqui referido, eu espero sinceramente que ele saia até porque... já agora deixem-me dizer-vos isto, e o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita deve estar também tão preocupado como nós, a construção do nó da Boa Aldeia está dependente disto e, portanto, é para nós fundamental já que há aí uma área empresarial com grandes potencialidades, já lá tem algumas unidades instaladas e, portanto, é bom que se defina isto, que se atribua de vez, se se quer municipalizar para que se faça o nó... eu não sei se têm essa ideia mas os

Presidentes de Junta seguramente que terão, desse terreno onde se presumem instalar algumas unidades empresariais, à atual A25, demora-se talvez 30 minutos. As voltas que se têm que dar, as coisas que têm que fazer, quando aquilo é direto, portanto, nós estamos à espera da municipalização do troço eventualmente para darmos início à construção do nó, agora, nós receberemos o IP5 nas condições que sempre foram estipuladas em anos anteriores, espero que não caiamos por a urgência em receber o IP5, recebê-lo de qualquer maneira. Eu recebo o IP5 se o Estado o entregar bem requalificado e se der o montante para manutenção futura, ou então dá-nos o montante para nós o requalificarmos convenientemente acrescido do montante para a requalificação futura. Estas são as condições. Eu não faço negócios em nome do... ou acertos em nome do município que prejudiquem o município. Não estou para receber um troço que prejudique o Orçamental Municipal. -----

Depois o Senhor Presidente da Junta de Calde trouxe aqui juntamente com o Senhor Presidente da Junta de Côta a questão da internet, e eu espero sinceramente que haja cobertura total, e espero também, como já ouvi ou já li também em alguns lados, o que é que a Câmara andou a fazer? Só faltava esta! A cobertura da internet também não é uma responsabilidade nossa, sabem bem disso, nós podemos naturalmente pressionar mas isso é o que faremos constantemente, mas é uma responsabilidade Central que aliás, bem patente no aparecimento de uma nova Secretaria de Estado que se chama “Eu Sou Digital” a Senhora Presidente de Repeses e S. Salvador conhece bem isto, sabe do interesse em que esta Secretaria de Estado queira envolver a Câmara e as Juntas de Freguesia e, portanto, eu penso que o problema será resolvido desta forma... -----

A Senhora Presidente de Junta de Repeses e S. Salvador intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: A Senhora Presidente da Junta chegou tarde aqui às funções autárquicas, mas já aprendeu essa forma de interromper. Eu prometo-lhe que não lhe faço isso também Senhora Presidente. Começa-se pelos iniciados, depois pelos juniores e depois os séniores, portanto, também tem que fazer este caminho, não pode já interromper e falar aí de cima porque... -----

- A Senhora Presidente de Junta de Repeses e S. Salvador volta a intervir do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: pronto. Estão aceites, ainda por cima é Natal, não vou ficar aborrecido consigo. -----

Continuando a explicação, há de facto uma Secretaria de Estado nova, de um titular de quem eu particularmente gosto muito e estimo que conheci em Bruxelas, portanto, um homem bom, e tem uma Secretaria de Estado para tratar da cobertura da internet e, portanto, nós esperamos que comece a aparecer, não sei se algum dos Senhores Presidentes de Junta já decorou o nome sequer da Secretaria de Estado, também não sei se sabem da existência, portanto, nós esperamos que ela apareça e que faça a cobertura integral do território que é para isso que ela foi criada. -----

E, ó Senhor Presidente, não tenho que me lembre mais nenhuma questão que me tivesse sido colocada. -----

Os meus agradecimentos. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, cumprindo minimamente as regras regimentais e agradecemos a colaboração de todos. -----

Íamos então iniciar o Período da Ordem do Dia e antes de iniciarmos os trabalhos da Ordem do Dia, cumpre informar os membros da Assembleia da obrigação de cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 14/2011. -----

Assim, alertamos os Senhores Deputados para a importância da sua permanência no seu

lugar durante os trabalhos especialmente no período de votações. -----
Também antes de iniciarmos a apreciação dos pontos agendados recordamos que já aprovamos no início dos nossos trabalhos, no período da manhã, que para efeitos de execução imediata, as deliberações são aprovadas em minuta, conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do Artigo n.º 57, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, consubstanciado pelo disposto no art.º 57º do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. -----

Conforme já foi informado no período da manhã, recordamos também a situação da permanência no lugar. -----

Eu ia só pedir aqui a vossa atenção em relação ao PONTO DOZE (12) que tendo sido detetado um lapso de escrita no texto da Deliberação da Câmara no que concerne à data do ofício da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita, ou seja, onde consta a data de 11 de novembro deveria constar 17 de novembro, é um, um (1) e um sete (7) o que está em causa, o que foi retificado, tendo sido remetido pela Câmara novo documento corrigido o qual vai por todos ser distribuído. Por isso, pedia aos serviços, é o PONTO DOZE (12). Isto como é um processo que vai que ter que ir para a Assembleia da República não pode ter aqui nenhuma situação porque senão haveria documentos que não estavam de acordo, e por isso, a data, se virem, é dezassete (17) e vem onze (11). Pronto. Isto já foi ou vai ser distribuído já, e depois a câmara fará a sua retificação posterior, mas, já foi enviado e por isso, vai ser distribuído um novo documento sobre isto. -----

Também aproveito agora, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, também só para falar um bocadinho sobre as transmissões online. -----

É vontade de toda a gente, e por isso, ninguém aqui tem mais do que qualquer Membro desta Assembleia, todos os Membros desta Assembleia e os Grupos Municipais têm feito essa defesa. No Regimento o que está é: "desde que existam todos os recursos necessários para o efeito" e, isto tem sido explicado em relação à transmissão online, mesmo na atual revisão que está a ser do Regimento vem contemplado a transmissão online, é óbvio que há aqui um problema que já foi transmitido o porquê dele, tem a ver com esta situação que ainda não está eficaz, e por isso, esta situação de transmissão online, tem que ser e é um objetivo de todos tê-la e por isso está neste momento acautelada inclusivamente pela comissão que está a fazer a revisão do novo Regimento. -----

Em relação ao PONTO UM (1) dava de imediato a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para tratar do PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos INFORMAÇÃO MUNICIPAL. Por outro lado, a Informação do Senhor Presidente foi divulgada a todos os Senhores Deputados, e vai constar integralmente da Ata desta Assembleia. -----

Por isso, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara sobre o PONTO UM (1) INFORMAÇÃO MUNICIPAL. -----

----- **DEZANOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, -----

Nos termos dos dispositivos legais, nomeadamente na alínea c) do n.º2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, venho apresentar esta informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no n.º4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal. -----

Na zona histórica, na denominada Casa das Bocas, abriu portas no passado dia 7 de dezembro a Unidade de Saúde Familiar, que servirá no seu pleno funcionamento, cerca de 8100 utentes. -----

É uma excelente notícia porque vai poder dotar de Médico de Família um conjunto de utentes que, à data, não tinham esse serviço. -----

Mas, também devemos lembrar o percurso que levou a uma decisão corajosa do anterior

Executivo, aliás, como aqui já foi referido, aplicar fundos comunitários e orçamento municipal na requalificação de um edifício histórico colocando-o à disposição dos cidadãos. -----

Recorde-se que o imóvel foi adquirido, em 2015 pela Câmara Municipal, depois através de um protocolo estabelecido entre a autarquia e o Ministério da Saúde, para reabilitar o edifício e a instalação de uma Unidade de Saúde Familiar, foi possível o acesso a financiamento comunitário do Programa Operacional CENTRO 2020, abdicando o Município dessa verba que poderia naturalmente ter sido destinada a outros projetos de investimento municipal. -----

Globalmente, o investimento ascende a 2,8 milhões de euros, dos quais 1,7 milhões resultam da comparticipação comunitária sendo que o restante valor de investimento (1,1 milhões de euros) é proveniente dos Fundos Municipais. -----

Eu trago esta coisa à colação por uma razão: às vezes fica-se com a ideia de que há muita gente a achar que os dinheiros comunitários vêm do governo e depois são complementados com o dinheiro das autarquias. Aqui não há um tostão do governo, são dinheiros municipais que vêm através de uma coisa que se chama Desenvolvimento Regional, portanto, tanto são do governo como são das autarquias, são do país. Portanto, aqui há dinheiro europeu, se quisermos ser precisos, e dinheiro nacional, mas do Orçamento Municipal. -----

Recorde-se ainda que, esta inauguração é naturalmente uma ótima notícia para Viseu e para a Área da Saúde. -----

Foi, como disse, um projeto da responsabilidade do Município de Viseu, em substituição da Administração Central que ainda gere esta competência. -----

Este investimento permitiu, também, requalificar o edifício recorrendo a uma reabilitação sustentável, preservando-se e valorizando os elementos históricos e arquitetónicos, mantendo a sua identidade por um lado, e devolvê-lo à comunidade através de um novo serviço na Área da Saúde. -----

Mas, não se pense que tudo correu bem neste processo. -----

A empreitada encontra-se concluída desde janeiro deste ano, sendo que só agora a Saúde reuniu as condições humanas para a sua reabertura. -----

Esta espera, e este impasse por parte do Governo Central vem reforçar aquilo que tantas vezes temos referido. -----

O que o Município de Viseu e os Viseenses necessitam é que o Governo Central faça as atribuições que são da sua competência. -----

As da nossa competência saberemos nós fazer como se viu neste caso, até temos disponibilidade para colaborar nalgumas que são da total responsabilidade da Administração Central. -----

E, permitam-me usar um dado recente que refere que o Município de Viseu é a segunda capital e distrito que menos recorre a ajustes diretos. -----

Temos pelo menos vindo a reduzir em 2022 a percentagem relativamente ao ano de comparação do estudo que é de 2019. -----

Queria salientar isto porque é exatamente uma das coisas que perseguimos. Não queremos fazer tudo por Ajuste Direto, queremos fazer aquilo que é necessário por Ajuste Direto, mas dar e inverter esta posição que consideramos para nós na conceção que temos de gestão, extremamente importante. -----

Voltando ao tema das responsabilidades de cada face do estado, o que não poderemos permitir é que as competências que são da Administração Central não sejam feitas, ou sejam adiadas. -----

Foi isso que me levou a reunir com todos os autarcas das CIM Viseu Dão Lafões e da CIM

da Região de Coimbra que são atravessados pelo IP3, com a participação das Infraestruturas de Portugal. -----

Nessa reunião reiterámos aquilo que já me ouviram defender. Que o projeto que está definido que avance rapidamente. -----

Não se percebe porque não avança já, por exemplo, entre Santa Comba Dão e Viseu. É uma vergonha para o País que não se consiga fazer uma ligação condigna entre duas cidades como Viseu e Coimbra. -----

E, faço também aqui um pequeno parentese para dizer, nós achamos que sabemos quando é que vai começar a ligação Viseu/Santa Comba Dão, ou melhor corrigindo porque é importante, é um pormenor, mas é um pormenor importante. Não é entre Viseu e Santa Comba Dão, é entre Viseu e Vila Pouca, e há-de começar numa altura que depois veremos, aliás, é a parte mais fácil, mas seguramente não resolve o problema do estrangulamento que se vive nas Livrarias do Mondego, nem sequer dos troços em que há duas por uma via em cada sentido. -----

Ainda na área das acessibilidades, para além de uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, estive também presente na apresentação do Plano Ferroviário Nacional. -----

Constater, quer na reunião com o Senhor Ministro, quer na apresentação, que o Corredor Ferroviário Aveiro - Viseu - Salamanca não tem financiamento a prazo, e sobretudo não tem financiamento a médio prazo. -----

Já agora faço um pequeno parentese para referir um facto que é extremamente importante. No último Expresso há uma tomada de posição de uma associação sediada no Pinhão, e essa associação o que veio fazer é defender a ligação por Bragança em detrimento da ligação Aveiro - Viseu - Salamanca. Ainda não vi ninguém levantar a voz sobretudo as pessoas que têm algumas responsabilidades, a dizer, calma lá que nós estamos à espera há muito tempo. Isto é um facto, e, digamos, com um estudo extremamente bem elaborado e a reivindicar que a ligação em vez de Aveiro - Viseu - Salamanca, seja exatamente Aveiro - Bragança e depois com a ligação a Madrid. Espero sinceramente que, quem às vezes pretende trazer boas notícias, traga também esta a dizer que finalmente... embora a gente saiba ... eu espero isto, ainda por cima numa situação privilegiada, porque eu penso que vou durar muitos anos, penso eu, mas seguramente não durarei os anos, nem que seja de bengala, para ir a esta inauguração, e muitos dos que estão aqui também não, não fiquem já à espera, não irão assistir à ligação Aveiro ... mas pelo menos que não a deixemos fugir enquanto objeto e enquanto objetivo de, de, ... aliás, há uma coisa que me custa solenemente e eu vou dizê-lo aqui com todas as letras. O Senhor Ministro defende a ligação Aveiro - Viseu - Salamanca, disse-mo a mim, acho que já o disse em público várias vezes. Os grandes responsáveis, inclusivamente o Engenheiro Leiria Pinto, não sei se todos o conhecem, veio fazer um artigo espetacular a dizer que a Ligação Aveiro - Viseu - Vilar Formoso deveria ter prioridade sobre tudo, e aquilo que nos dizem depois no Plano Ferroviário é que só em 2050. Nós devemos fazer mais alguma coisa, portanto, não podemos olhar para esta realidade e ficarmos todos à espera, porquê? Ainda por cima quais são as razões que são apontadas. Esta estrutura é fundamental só que as fontes de financiamento foram todas esgotadas. Era para se dizer isto, mas isto depois não se diz, mas era, tomámos opção diferente no 2020, tomámos opção diferente no 2030, tomámos opção diferente no PRR e, portanto, a “papa” para a alimentação desta ferrovia acabou. Nós somos a favor, mas não há dinheiro. Bem, isto é uma coisa que ninguém compreende. E, portanto, eu espero sinceramente que estejamos todos do mesmo lado sobretudo quando há pessoas que se apercebem desta importância e que do outro lado já se movimentam a dizer que a ligação para Madrid deve ser por outro lado e daí, digamos, retirarem a importância do corredor ferroviário Aveiro - Viseu - Salamanca. ----

A única coisa que considere “positivo” nesta apresentação do Plano Ferroviário foi que a cidade esteja sinalizada como uma das dez a estar ligada por comboio de alta velocidade, mas não deixo de considerar negativo que a obra não se executará nos próximos anos. ---- Aliás, foi dito também, uma coisa que já me ouviram aqui repetidas vezes dizer, que é a única cidade da Europa com mais de 40 mil habitantes que não tem ligação ferroviária. E, mesmo fora do Plano Ferroviário há uma coisa que ouvimos todos solenemente dizer, e eu acreditei, que iriam todas as Capitais de Distrito estar ligadas por ferrovia. Se isto não se cumpre, só espero que não nos digam que é a ligação à Linha da Beira Alta, não chega. ---- Há anos que se anda a falar do novo corredor entre Aveiro e Espanha, com passagem por Viseu, e que este investimento é referenciado também nas redes transeuropeias. ----- Mas, também é verdade que se anda de adiamento em adiamento, fazendo anúncios em datas próximas de momentos eleitorais, sem que efetivamente tenhamos uma solução. ----- Temos que continuar a exigir que o Governo Central faça o que é da sua competência. Como disse, nós saberemos fazer aquilo que é da nossa competência para continuar a desenvolver o nosso território de uma forma sustentável. -----

Senhor Presidente, -----
Senhoras e Senhores Deputados, -----

Estive também na inauguração dos escritórios de uma empresa de consultadoria e tecnologias de informação. -----

Nessa inauguração pude confirmar a cooperação entre as várias instituições, Município, entidades de Ensino Superior e privados na captação de investimento e na colaboração para a fixação e crescimento em Viseu. -----

A Deloitte disse-nos publicamente, quer ter 400 colaboradores em Viseu nos próximos meses. -----

Sendo que, grande parte dos colaboradores da empresa são da região e são provenientes de alunos do Politécnico de Viseu, mas que o desafio passa também por “atrair” pessoas de fora para se fixarem na região. -----

Recordar que a Deloitte começou há quatro anos apenas com 16 funcionários, sendo que neste momento já são 150 e, como foi referido, esperam-se dentro de pouco tempo 400 funcionários. -----

Além de Lisboa e Porto, a empresa tem este novo escritório em Viseu. -----

Já agora deixem-me dizer-vos uma coisa: é um sentimento misto. Começamos a ver o país dividido desta forma: litoral, áreas metropolitanas, Viseu e o resto. Não é que me agrade muito, mas é assim. Inaugurámos há pouco tempo um *Hub* de carregamento de carros elétricos e o que foi dito foi: para além do litoral este é o primeiro. -----

Agora vemos uma empresa particular que tem escritórios no litoral, Viseu e depois vai para o resto. Para nós ficar em segundo lugar não é mau, mas ser zona de transição é complicado e, portanto, eu também não gostaria muito disto, mas pronto, vamos aguardar que as coisas se invertam. -----

Este exemplo é apenas um entre outros que poderia referir nesta área da dinâmica privada em cooperação com as entidades públicas que têm potenciado o emprego e a dinâmica empresarial na região. -----

É também na nossa opinião, esta a razão que estou a referir que levou a Associação Industrial da Região de Viseu (AIRV) no seu 40.º aniversário a atribuir ao Município de Viseu o Galardão de Mérito. -----

Na receção do Galardão aproveitei para recordar que acompanhámos o crescimento e evolução desta associação e que é com agrado que sentimos o pulsar positivo dos empresários da região. -----

Eu vou fazer aqui uma nota porque tenho achado de uma injustiça impressionante que se andem a apontar exemplos aos lados, aos vizinhos, para justificar a nossa falta de

emprego. É uma injustiça, eu sei que é para apontar o dedo à Câmara de Viseu, mas é uma injustiça aos nossos empresários. Foram publicados dois importantes documentos, agora, recentes, as mil maiores empresas do distrito, e as empresas, as PME Excelência, depois, se fizerem um simples exercício de análise proporcional veem como é que Viseu tem feito o seu trabalho e, portanto, eu acho uma injustiça dizer que os empresários de Viseu que são quem gere as empresas, quem cria empresas, não têm feito o seu trabalho. Têm feito e de que maneira! -----

Eu recordei o investimento, digamos, na receção desse galardão, o investimento que foi feito no Parque de Coimbrões no início da década de 90 e a entrega da Medalha de Ouro da Cidade, que fizemos na altura, à Associação Industrial. -----

Agradei o trabalho dos empresários na construção de um concelho e de uma região melhores. -----

Senhor Presidente, -----

Senhoras e Senhores Deputados, -----

Os Serviços Municipalizados de Água tantas vezes criticado acabam de receber o Prémio e Selo dos Serviços de Águas e Resíduos 2022 (na vertente das Águas). -----

Os SMAS foram distinguidos com a atribuição do Selo de Qualidade. Os Prémios e Selos dos Serviços de Águas e Resíduos 2022 (na vertente das Águas), são uma iniciativa da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos a ERSAR, organizada em parceria com o jornal Água & Ambiente, e visam distinguir as Entidades Gestoras que, no exercício do ano 2021, se destacaram pelo seu bom desempenho. -----

É por isso uma satisfação para todos nós saber que os nossos Serviços Municipalizados cumprem este bom desempenho. -----

Exprimo ainda um voto de congratulação pelos resultados dos nossos empresários. Fiz referência há bocadinho, mas agora quero especificar melhor. -----

Das 1000 maiores empresas do Distrito, e fixem este número, 327 são do Concelho de Viseu, correspondendo essas 327 empresas a 1,6 mil milhões de euros de volume de negócios e a 11.327 empregos diretos. -----

Também na recente lista de PME de Excelência o Concelho de Viseu tem um grande destaque. 49 das 119 empresas, portanto, quase 42% ou seja 41.2 % são do Concelho de Viseu e curiosamente, ao contrário do que muitos pensam são seguidos os Concelhos de Tondela, de Mortágua, Santa Comba Dão, Carregal do Sal, Oliveira de Frades e Lamego. Esta é que é a ordem, não aparece cá mais ninguém. Os nossos sinceros parabéns aos nossos empresários pelos resultados alcançados. -----

Para finalizar, -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Uma vez que esta Assembleia decorrerá a poucos dias do Natal, aproveito naturalmente para desejar uma quadra natalícia em paz e harmonia a todos e que possamos aproveitar a programação que o Município preparou para a época que vivemos. -----

Já agora, deixem-me dizer-vos, parecendo uma coisa secundária, também ficámos muito honrados que na classificação dos municípios instagramáveis, acho que não me enganei, nós aparecemos em quinto lugar o que é honroso. Os municípios que mais têm sido objeto do Instagram são: Lisboa, Porto, Braga, Leiria e Viseu. É também sinónimo da qualidade da iluminação natalícia que curiosamente foi mais barata que nos anos anteriores. -----

Senhor Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75 que dizem respeito à situação financeira, ao saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores, também a informação sobre as entidades

abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, e por fim aos recursos hierárquicos e processos judiciais que estão pendentes. -----

Muito obrigado. -----

Anexo 1 – páginas 477 a 485). -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Lúcia. -----

----- VINTE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS): Muito obrigada Senhor Presidente. -----

Reitero os cumprimentos à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Senhores Funcionários, Comunicação Social e Público em geral. -----

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu estava à espera que, no período que o Senhor Presidente fez a informação do expediente, que tivesse referido o email ou troca de emails que nós tivemos e, portanto, o Senhor Presidente não o fez. Não vou tirar nenhuma conclusão, mas o certo é que não deu nota a esta Assembleia da troca de emails entre mim e, portanto, o Senhor Presidente da Assembleia, e, então, eu vou de uma forma muito sucinta abordar aqui esta questão. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, desculpe a situação, não lhe dou a palavra para isso sem clarificar a situação, e a senhora clarifica-a com o Plenário, ok? Pronto. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: Senhor Presidente, mas é isso que eu estou a fazer. -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir dizendo: Não, não, não tem a palavra. Eu vou clarificar com o Plenário e o Plenário é que lhe dá a palavra. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: como entender. -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir dizendo: Está bem! Ok. Pronto, então vamos fazer isso, está bem? -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir dizendo: então, mas o Senhor Presidente... -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir dizendo: eu vou clarificar com o Plenário. -- Pode-se sentar está bem? -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva volta a intervir dizendo: posso-me sentar? -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir dizendo: sim, sim. Está ok. -----

Então eu agora passo a explicar: a Senhora Deputada Lúcia teve ... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa torna a intervir dizendo: Silva. Pronto. A Senhora Deputada Lúcia Silva. Eu às vezes também tinha... peço desculpa, até com um colega meu da bancada do PSD, havia o Deputado Teodósio e eu esquecia-me sempre do Manuel Teodósio, aqui estava-me a esquecer da Deputada Lúcia Silva. Pronto. Deputada Lúcia Silva. Eu não tinha que dar conhecimento ao Plenário e vou-lhe dizer porquê? Teve uma deliberação da Mesa, e por isso, colocou um problema à Mesa e a Mesa deliberou, e a Mesa deliberou arquivando o seu processo. Agora, e é isto que eu queria colocar, das deliberações da Mesa, e era isto que eu julgava que iria colocar, a Senhora no último disse assim: irei colocar o problema ao Plenário da deliberação da Mesa, e eu julgava que ia ter a competência, que é uma competência da Mesa que diz assim: das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o Plenário. E, por isso, foi quando eu julguei. A senhora disse: vou recorrer para o Plenário, e tem o direito, e esse direito é-lhe

concedido, que seria na altura do Período de Antes da Ordem do Dia, fazia lógica. Quando disse: eu vou... a sua documentação é com a Mesa, não é com o Plenário, por isso, não tinha que dar informação ao Plenário. A Mesa teve uma deliberação e cabe recurso dessa deliberação para o Plenário, e foi isso que eu lhe disse. Eu julgava, porque disse no seu último mail, eu vou recorrer, vou colocar o problema ao Plenário, e eu julgava que ia pegar na competência que é das deliberações da Mesa cabe recurso para o Plenário, e, a Mesa naturalmente dá essa prerrogativa ao Deputado, explicando depois o porquê. Certo? Explicando o que é que estava em causa e a situação. A Senhora Deputada tem todas as hipóteses de colocar o problema ao Plenário do recurso da Mesa. Pronto. Se quer fazer um recurso da Mesa e colocar o problema ao Plenário, o Plenário vai dar autorização, porque Plenário vai ter que se pronunciar por aquilo que a Senhora Deputada está a fazer. Pronto, foi isso que eu lhe disse. Pronto, é só isso. Por isso, se quer recorrer para o Plenário, fazia sentido que fosse no Período de Antes da Ordem do Dia, agora não faz muito sentido, mas se o quer fazer no Período da Informação Municipal, o problema é eu e o Plenário se lhe der autorização vamos discutir o problema ... -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: não faz sentido, mas o problema já não é da Mesa. -----

----- **VINTE E UM – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Senhor Presidente, muito obrigada pelo esclarecimento, de qualquer das formas, portanto, eu pretendo usar da palavra, e também já agora, uma vez que o assunto foi aberto, acho que todos estamos interessados em saber o que é que realmente aconteceu. -----

Bom, estava eu então a dizer que na passada Assembleia Municipal, talvez também porque, as Assembleias não são transmitidas online, talvez por isso tenha atingido os momentos que atingiu porque não só a Assembleia transmitida online é importante não só para informar todos os cidadãos, mas também de certa forma para enfim, se perceber de forma muitas vezes os trabalhos aqui decorrem, e naturalmente que todos nós somos sensíveis às questões muitas vezes menos corretas com as quais somos confrontados. É evidente que nós estamos num espaço político, de debate político, mas às vezes esse espaço político ultrapassa e atinge também o pessoal, e aí é que eu acho que é muito complicado, e todos nós nos devíamos autocorrigir, autoemendar para que situações menos desagradáveis nomeadamente de carácter pessoal não sejam aqui veiculadas, mas quando elas são confrontadas, pois só temos mesmo é que ir à luta e tentar esclarecer as coisas... --

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada deixe-me só aqui... estou a interromper... o recurso, ou seja, tem que dizer o que é que a Mesa disse e qual é a fundamentação do seu recurso. Porque é que vai recorrer da Mesa? A fundamentação do recurso, o que não está correto da parte da deliberação da Mesa. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo: eu tenho alguma dificuldade em explicar assim, sem contextualizar, de qualquer das formas, eu enviei, na sequência de uma situação que aqui aconteceu, eu enviei um email ao Senhor Presidente pedindo esclarecimentos. Bom, eu acho que é melhor Senhor Presidente porque senão ninguém vai perceber ...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: eu explico depois ao Plenário. A Senhora terá que dizer qual é a fundamentação do recurso. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: ora bem, eu fui confrontada com uma situação, fui aqui pessoalmente, o meu bom nome foi aqui usado, embora de uma forma que alguns ouviram, mas nem todos ouviram, e, portanto, enquanto cidadã, e enquanto Membro também desta Assembleia

Municipal, entendo que devo aqui expor a situação a este Plenário porque é uma questão de Defesa da Honra e, portanto, eu acho que é pertinente. E, eu perante a situação que aqui aconteceu enviei um mail ao Senhor Presidente, o Senhor Presidente entendeu que a Mesa não devia dar sequência e, portanto, eu aqui perante a Assembleia e também perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu Dr. Fernando Ruas, gostaria de, enfim, dar nota daquilo que realmente aconteceu, é uma questão que ultrapassa o debate político, e, portanto, eu penso que neste momento eu já tenho aqui o meu argumento fundamental para eu poder usar da palavra Senhor Presidente da Assembleia.

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: eu não percebi qual é a fundamentação do recurso. Teve uma deliberação e tem que fundamentar o porquê do recurso. Qual foi a decisão da Mesa? -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: Sim, é isso que eu estou a dizer, a decisão da Mesa foi que o assunto estava encerrado, e eu entendo, enquanto cidadã e enquanto Deputada desta Assembleia Municipal e porque a minha Honra foi ferida, eu entendo que isto não pode ficar apenas reservado à decisão da Mesa e que tem que ser um assunto aqui do Plenário. Portanto, é isso que eu entendo e que já o disse. -----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: já percebi Deputada Lúcia. Pronto. Se o Plenário entender que a Mesa justifique a sua deliberação, a Mesa irá justificar a sua deliberação. É isso que quer? E daremos todos os elementos ao Plenário. Certo? É isso Senhora Deputada? É a justificação? Certo? Então a Mesa dá a justificação ao Plenário. --

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: dá a justificação, mas eu depois queria ter a oportunidade de apresentar os factos. -----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: certo, certo, perante os factos da Mesa. É óbvio. -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: perante os factos, portanto está assim. Pronto. Ok. De qualquer das formas... sim, vamos então a este momento e, depois então... vou-me sentar novamente? -----

-- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. -----
Então, como é natural iremos dar todas as explicações ao Plenário sobre esta situação. ----

Pensamos que a Senhora Deputada Lúcia Silva está a recorrer para o Plenário da Deliberação da Mesa da Assembleia respeitante a um pedido efetuado via mail. -----

Convém começar por esclarecer o seguinte: a Mesa nunca recusou uso da palavra para a Defesa da Honra em termos regimentais, e na dúvida concedeu sempre a palavra, porque entende que é no debate, no confronto democrático, que as situações se devem colocar. Os Senhores Deputados são sempre livres nas sessões de colocarem as questões que entendam, nas sessões, e não compete à Mesa clarificar situações das quais não teve conhecimento nem foi interveniente. -----

A Mesa não tem quaisquer poderes de investigação de qualquer natureza. -----

Não compete à Mesa efetuar diligências, inquirições a pedido de qualquer Deputado. -----

Estamos num Estado de Direito Democrático. -----

Compete sim à Mesa dirigir os trabalhos de acordo com o Regimento e no cumprimento da Lei. Sempre naquilo que é a liberdade de expressão, de pensamento, de opinião e de crítica. A Mesa entende que o exercício do direito de expressão não deve ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura. -----

Apresentamos os factos: -----

No dia 23/09 a Deputada Lúcia Silva enviou um mail que passo a ler: hoje na Reunião da Assembleia Municipal aquando fazia a defesa da Honra o Senhor Vereador João Paulo Gouveia afirmou que eu recebi Senha de Presença na Assembleia e saí da Reunião, ou

seja, fui abonada por algo indevido. Uma mentira que exijo que seja reposta a verdade. --- Assim, solicito que seja feita a prova de que tal aconteceu, através dos Serviços uma vez que os Serviços confirmam a nossa presença na sala de reuniões. -----

A Mesa, como é natural, perguntou assim: na sequência do seu mail, (isto dirigido à Deputada) para clarificação da situação exposta, solicita-se a Vossa Excelência que nos informe da data da Sessão a que faz referência para os Serviços poderem como é óbvio dar resposta. -----

No mesmo dia, foi logo solicitado por mail a clarificação da situação exposta suscitando que nos informasse a data da Sessão. -----

A Deputada Lúcia respondeu assim: “Caro Senhor Presidente, essa questão deve ser colocada por V/ Ex.ª ao Senhor Vereador João Paulo Gouveia uma vez que foi ele que fez tal acusação”. -----

Quer dizer, a Mesa não tem poderes, como dissemos, para fazer inquirições, diligências, não tem nenhum poder nesse aspeto. Por isso, nós esperámos, e no dia 4 de novembro tornámos a insistir e dissemos o que passo a ler (no dia 4): na questão colocada, e foi novamente pedido que nos informasse da data da Sessão na sequência das comunicações anteriores informa-se que para que seja possível proceder a qualquer pesquisa documental por parte dos Serviços é imprescindível que Vossa Excelência informe qual a data da Sessão ao que se refere. -----

E, tornou a responder a Senhora Deputada: tal como transmiti no mail anterior a questão deve ser colocada por Vossa excelência ao Senhor Vereador João Paulo Gouveia uma vez que foi que fez a tal... uma vez que o ator da acusação deverá ter em posse dele elementos factuais que permitam fazer tal afirmação. A mim cabe-me pedir o devido esclarecimento uma vez que tal não corresponde à verdade, pelo que nunca fui abonada pelos Serviços da Assembleia de qualquer Senha indevida. -----

E nós continuámos a pedir. -----

Então a seguir, a Mesa, para terminar o assunto, deu este despacho. -----

Passo a ler: -----

“Considerando que a Mesa não obteve por parte da Deputada Lúcia Silva a informação imprescindível para a clarificação da situação exposta de modo que os Serviços pudessem analisar e dar uma resposta, perante a falta de informação, e não tendo sido percecionada qualquer observação por parte da Mesa, do teor referido pela Senhora Deputada, o que também não é audível na gravação, auxiliar administrativo para a elaboração da Ata, e não tendo os Serviços nada registado sobre o assunto, é nosso entendimento, e de acordo com as nossas competências proceder ao arquivamento do assunto e dar conhecimento do facto à Deputada Lúcia Silva”. E, ainda mais isto: “contudo, se forem apresentados elementos que permitam aos serviços dar resposta, de imediato, o assunto será reanalisado”. -----

E, a Senhora Deputada depois respondeu desta maneira: -----

“Informo que da minha parte, o assunto não estará encerrado. O Senhor Vice-Presidente João Paulo Gouveia, proferiu uma acusam à minha conduta e meu bom nome, uma vez que me acusou de receber senhas indevidamente, segundo ele, “assino a presença e saio da reunião”. -----

Assim, caberá ao Senhor Presidente da Assembleia, averiguar qual senha, ou senhas me foram pagas indevidamente, pois eu, como sempre cumpri com as minhas funções, não identifico quando tal aconteceu, mas tenho o direito que tal situação seja esclarecida, pelo que na próxima Assembleia Municipal o assunto será levado, por mim, à Assembleia Municipal, em defesa do meu bom nome. Mas acrescento que, não fui a única pessoa a ouvir a acusação que o Senhor Vice-Presidente, Engenheiro João Paulo Gouveia, proferiu”. Pronto. -----

Perante isto aqui fica o assunto, e perante isto a Mesa, teve uma deliberação, comunicou a deliberação de arquivamento à Senhora Deputada, fundamentou essa deliberação, e por isso, tinha a prerrogativa de... e naturalmente os factos são esses e por isso, agora compete ao Plenário pronunciar-se. E, a Senhora Deputada está aqui a recorrer deste arquivamento que foi fundamentado, e que lhe foi dado conhecimento, com a ressalva de até se dizer, que, quando necessário até poderia ser novamente reanalisado. -----

Tem a palavra a Senhora Deputada. -----

----- **VINTE E DOIS – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito obrigada Senhor Presidente. Portanto, eu não quero ocupar aqui muito do tempo de todos nós no debate deste assunto, mas eu entendi que era pertinente vir aqui o reparo. Portanto, uma vez que o meu nome foi aqui visado que viesse aqui para que fosse possível reparar. Bom, há aqui uma situação que eu queria... portanto, eu penso que aqui o Senhor Presidente da Assembleia já transmitiu, portanto, já toda a gente... foi devidamente perceptível e, portanto, o que é que acontece? Nós Deputados quando entramos para aqui para esta Assembleia, os Serviços fazem sempre acauteladamente a verificação da nossa presença, mesmo durante os trabalhos já aconteceu, estar em Assembleias Municipais durante um período de tempo de manhã no PAOD e depois ausentei-me porque tinha trabalhos em Lisboa na Assembleia, ausentei-me, e os Serviços cumpriram o regulamento tal como com todos nós acontece e, portanto, é aos Serviços que compete depois, enfim, fazer a devida marcação da falta. É assim que eles têm procedido sempre, pelo menos já tivemos aqui algumas situações e os Serviços procedem sempre e as coisas são assim, é assim que o processo decorre. Portanto, nós para auferirmos da Senha temos que estar durante todo o dia inclusivamente no Período da Votação, portanto, acho que foi esse o Regimento que nós todos aprovámos e que todos votámos, e são os Serviços que profissionalmente fazem sempre esse trabalho e têm no feito sempre muito bem. -----

Bom, acontece que perante isto, portanto, eu enquanto Deputada desta Assembleia Municipal quando estou, estou, quando não estou, não estou. os Serviços ou marcam a presença ou marcam a falta como é o dever deles. Pronto. -----

Também gostaria aqui de esclarecer, e por isso mesmo, eu não entendi, é evidente que com o calor da emoção da discussão, às vezes, enfim, dá determinados apartes que não são os mais coerentes e os mais justos, e às vezes há atitudes também que nós devemos ter e que não temos, e eu naquele momento, porque também já estava, confesso, cansada, porque foi uma Assembleia como todos nós percebemos dura para todos nós, quando o Senhor Vereador se pronunciou dizendo que eu recebia as Senhas indevidamente, e depois fez este mesmo gesto e “dava à sola”, eu pensei intervir mas depois... bom, sentei-me. Eu devia tê-lo feito realmente, naquele momento eu devia tê-lo feito, mas não o fiz, mas, de qualquer das formas é bom também que agora tenha este momento para que as coisas se esclareçam. E, depois também dizer-vos o seguinte: portanto, isto enquanto Assembleia Municipal. Quando eu era Vereadora, lembro-me que uma das vezes, nós até assinávamos, quando os Vereadores chegavam assinavam lá fora a presença, eu entrei aqui neste espaço, assinei, e como muitas vezes os Vereadores têm outros trabalhos para fazer, ausentam-se, acontece que naquele momento eu assinei a presença e depois tive que sair antes de começar a Reunião. Tive que sair porque, enfim, recebi um telefonema, tive que sair, saí a correr e disse ao funcionário, olhe, vou embora. Bom, é evidente, que ao processar tudo isto o funcionário quando começaram os trabalhos verificou que eu não estava na sala, e, portanto, tranquila da vida. Passados uns tempos veio às notícias que eu recebi uma Senha indevidamente. A situação foi esclarecida junto dos Serviços, e os Serviços disseram que tinha tudo ficado esclarecido e, portanto, eu não estive dentro da sala e não podia auferir qualquer Senha. Portanto, ou seja, da minha parte entendi que o

comentário do Senhor Vereador João Paulo Gouveia foi um comentário desajustado e um comentário que pôs em causa o meu bom nome, e, portanto, eu acho que ninguém aqui quer, enfim, é política, não são ataques pessoais e, portanto, o meu sentido de vir aqui foi precisamente para esclarecer, e naturalmente agora também gostava de ouvir o Senhor Vereador. Muito obrigada. -----

Obrigada a todos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Ó Senhora Deputada, a situação tem a ver com uma situação. Nós vamos aqui fechar a situação, e só para dizer, e a Mesa deu o recurso para o Plenário de uma situação. A Mesa, e vamos aqui ficar esclarecidos, e penso que para sempre, tudo o que é situações que decorram do Plenário a sensibilidade de cada um, não compete à Mesa aferir as sensibilidades. As queixas, os problemas, o disse que disse, o que se passa entre dois Deputados e depois na sessão seguinte. Não compete à Mesa isso! O Deputado é livre naquilo que é o confronto, debate político, na sessão pedir a palavra. A Mesa tem sempre dado na Defesa da Honra, sempre dado a palavra. Se aqui a Mesa nunca deu digam aqui claramente. Quem é que não teve o direito da Defesa da Honra? Caso entendam... a Honra cada um é que a avalia, é subjetiva, é objetiva, pronto, cada um é que avalia aquilo que é o melindre da sua Honra, da sua consideração. Agora, não é a Mesa que tem que fazer inquirições, a Mesa não faz nada disso, não é essa a competência da Mesa. Pronto. Vamos ficar por aqui. Senhora Deputada eu não sabia ao que é que a senhora se estava a referir. Certo? A senhora devia dizer: os Serviços na Sessão assim a assim... agora, ouvi-a ali e vim a perceber que havia uma situação que era de 2018. A senhora é que tinha que dizer, nós não vamos adivinhar, era uma situação que já foi em 2018 ... -----

Ouvem-se vários comentários de fundo não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* ... não, a senhora é que vê... na altura até o Jornal do Centro publicou. Quer dizer, vamos lá ver, a senhora é que tem que dizer, não é a Mesa, a Mesa não adivinha... -----

----- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

----- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* deixe explicar. Nessa altura, no dia, nessa altura, por acaso ninguém já se lembrava, e por isso, quando lhe perguntámos a que é que se está a referir, a senhora é que tem que se referir, é que tem que dizer. A senhora estava agora ali a dizer, a explicar uma situação, uma situação que eu me lembro a situação que estava ... a senhora estava agora a explicar uma situação Deputada Lúcia Silva, estava ali a explicar uma situação que aconteceu em 2018 ou em 2019, certo? Que passado... eu lembro-me que na altura, passado 8 dias mandou um mail para os Serviços a dizer: não quero ser abonada desta sessão. Passado 8 dias da Sessão mandou um mail para os Serviços a dizer: não quero ser abonada desta Sessão. Pronto! Vamos aqui fechar esta situação e é só para dizer o porquê, o que está em causa é o recurso da Mesa. A Mesa já explicou, penso que o Plenário está... e vamos agora retomar os nossos trabalhos. -----

Estamos na Ordem de Trabalhos e fechamos isto. Vamos passar. -----

- *O Senhor Vice-Presidente João Paulo Gouveia intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.* -----

A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo:* ... da minha parte se o Plenário quiser ... pronto. mas para não estarmos a entrar nesse diálogo, acho que o assunto tem a ver, o assunto tem a ver... vamos lá ver: ó Senhora Deputada situações ... vamos ultrapassar isso... isto às vezes nós vimos na Assembleia da República, os apartes,

aquela situação... vamos ultrapassar isso, o que está aqui em causa era isto, é o recurso, a Mesa fundamentou o seu despacho, deu-lhe conhecimento, ficou a sua disponibilidade para reanalisar a situação, mas agora a Mesa não faz inquirições, e, por isso, fica aqui o alerta para todos os Senhores Deputados, se às vezes tiverem um problema lá fora ou aqui dentro, e na sessão seguinte a Mesa não faz... não vai agora estar a ouvir uns e outros, não compete isso à Mesa, certo? Vamos agora, se todos concordarem, as coisas estão esclarecidas, íamos dar a palavra aos Deputados que a solicitaram no PONTO UM (1) da Ordem de Trabalhos. Está esclarecida a situação. Pronto! -----

Tem a palavra a Deputada Ana Paula. -----

----- **VINTE E TRÊS – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Obrigada Senhor Presidente, na sua pessoa reitero os cumprimentos que já fiz esta manhã. -----

Estamos no Ponto da Informação Municipal e é isso que nos interessa, perceber a dinâmica da execução do mandato autárquico e as informações pertinentes que o Senhor Presidente aqui nos traz, e esse é o nosso papel. -----

A título pessoal poderia ter muitas considerações a fazer, mas nós somos eleitos é para escrutinar o exercício do nosso mandato, e então, queria aproveitar os desejos de Boas Festas, para também as partilhar com todos vós e com as vossas famílias e amigos, mas, pelo regozijo de verificar que na prática deu Boas Festas aos viseenses através da vossa atividade municipal e em particular saliento aqui o agrado dessas boas notícias relativamente a Viseu, a animação local neste tempo tão negativo em que se avizinham tempos tão difíceis com um contexto internacional tão difícil que nos afeta diariamente e ver a nossa cidade no Instagram em quinto lugar, e a nossa iluminação que nos aquece a alma quando visitamos a nossa cidade, apercebermo-nos como o programação foi extensiva a toda as freguesias, enfim, Viseu está projetada de uma forma positiva e são umas excelentes notícias. O Mercado de Natal, extensivo não só ao Rossio e à periferia, mas também à Rua Direita, é mesmo agradável ser-se viseense e poder testemunhar nacionalmente um excelente exemplo de boas práticas com um rateio inteligente do orçamento municipal. São esses bons exemplos que o município deu para celebrar o Natal e desejar Boas Festas. E, aproveitando esses bons exemplos, eu tenho que dar aqui um exemplo de mau exemplo de como a nossa cidade viveu, ou melhor, as nossas instituições viveram aqui um problema gravíssimo. Eu estive à espera no PAOD se alguma intervenção ocorreria por parte de algum Deputado desta Assembleia sobre o assunto, mas não, ninguém o trouxe e eu trago-o agora porquê? Porque nas informações iniciais do Senhor Presidente da Assembleia, percebemos que o feedback relativamente ao Centro de Acolhimento Temporário da Santa Casa da Misericórdia de Viseu foi absolutamente nulo. Não houve qualquer resposta da parte da Segurança Social local, e eu tive a oportunidade de confrontar a Santa Casa da Misericórdia de Viseu e a realidade é esta: nestes tempos de Boas Festas em que se tem de proteger os mais frágeis, em que as nossas crianças são aquilo que nos animam na época de Natal e é por elas que nós celebramos Jesus o seu nascimento e ofertamos entre nós imensos presentes, o presente que a Segurança Social deu às crianças do Centro de Acolhimento Temporário foi o seu encerramento, e veja-se como é que a Segurança Social resolveu economicamente a situação: não celebrou protocolo porque as 20 crianças que estavam lá, e que, já tivemos 22 e que já tivemos 19, seria apenas aberto vaga para 15, completamente insuportável em termos da contrapartida financeira que a Segurança Social concederia à Santa Casa, e, é desta forma que a Santa Casa não pode celebrar protocolo, o CAT deixou de existir em Viseu, desconhecemos nesta época natalícia o enquadramento destas crianças, acreditamos que seja o mínimo decente, mas, enfim, esta é a realidade. E, pior que isto, que contas são estas? Porque na sequência deste encerramento vão haver, vão existir 18 trabalhadores

cujo posto de trabalho vai ser extinto, a Santa Casa tem que os indemnizar dessa extinção e com certeza depois baterão à porta do Instituto de Emprego, um outro Instituto que os comparticipará no subsídio de desemprego. Como é que é possível racionalizar o dinheiro desta forma quando há apenas uma divergência entre 5 vagas. É esta a realidade, foi esta a nossa prenda de Natal para uma instituição desta referência, uma instituição singular com um *know how* para aquilo que era esta valência que se fechou, e é assim que o Estado Central encara o setor social, e é assim que o Estado Central encara em particular Viseu e estas crianças que são tão desprotegidas e mereciam da nossa parte uma outra atenção, sobretudo e o quão nos é difícil aceitar na época de Natal. -----

Boas Festas a todos. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o deputado João Paulo Rebelo. -----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Senhor Presidente reiterando todos os meus cumprimentos. -----

Enfim, agora não posso deixar de dar aqui duas notas iniciais e procurarei ser muito breve. A primeira tem que ver com a situação anterior, mas só com um reparo que vou aqui fazer. Eu sei que o Regimento está a ser discutido e a seu tempo também o faremos no âmbito desse grupo de trabalho, mas eu estive ausente, ausente enfim, não estive nesta Assembleia Municipal no mandato anterior, mas nos anos anteriores em que fiz várias vezes parte da Assembleia Municipal, enfim, havia uma gestão de bom-senso relativamente a esta questão das presenças, coisa que fui informado no início deste mandato, pelos vistos agora, se um Deputado falhar uma votação, imediatamente ... -----

O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:* bem, o Deputado Pedro Alves está-me aqui a ajudar com um aparte daqueles que ajudam, a dizer, é lei. Não sei se não é! Bom, a única questão era: se isso depender do Regimento a mim não me parece... eu por exemplo há bocadinho ali estava com alguma fraqueza, já tomei o pequeno-almoço há umas horas e estava a pensar ir ao café buscar qualquer coisa, felizmente os sempre zelosos Serviços desta Assembleia tinham ali um bolinho rei e eu aproveitei e resolvi o meu problema dentro de portas, mas, quer dizer, não me parece razoável, que estando aqui o dia todo, se por acaso, ou mesmo, enfim, numa aflição fisiológica que isso... bem, mas era apenas esta pequena nota, a que agora acrescento outra que não estava a pensar falar sobre isso, mas na sequência da intervenção da Senhora Dra. e Deputada Ana Paula Santana, falar, não em defesa do Governo, não em defesa da Segurança Social, apenas enfim, em defesa do que são os argumentos, ou de que são os factos de que vamos conhecendo e é natural que nem sempre haja uma coincidência absoluta entre as várias informações que correm, mas, a Senhora Deputada pôs muita ênfase na questão das vagas, curiosamente o que eu sei sobre essa matéria, a ênfase está não tanto no número de vagas mas sim no valor a ser retribuído por cada uma das vagas, e, tanto quanto sei, enfim, fica aqui a informação dada, eu já por outras vezes aqui nesta Assembleia não me custou nada reconhecer que não tinha a informação completa ou que não estava na posse de todos os dados, e, portanto, também o reconhecerei no futuro se assim não for, mas a informação que tenho, preocupado também justamente com a resposta que tem que se dar, na verdade as informações são duas: a primeira é que o Distrito vai doravante também contar com as Famílias de Acolhimento, eu acho que isso enfim, é uma boa notícia, era uma prática que ainda não acontecia no Distrito de Viseu, e portanto, vamos poder no fundo incentivar, promover, contar também com o acolhimento destas crianças, enfim, em situação tão vulnerável, no seio de famílias generosas e solidárias. Eu acho que essa é uma boa notícia independentemente também de não ter

conhecimento de qual é a eficácia do ponto de vista temporal desta abertura, mas, voltando à questão financeira, tanto quanto sei, a Santa Casa da Misericórdia recebia qualquer coisa como 800 euros por mês por criança, a Segurança Social respondeu com uma proposta de duplicar esse valor ou chegar aos 1.500 euros números redondos a que a Santa Casa da Misericórdia fez uma contraproposta de 2.500 euros por criança, e, enfim, sendo esta a informação que eu tenho parece-me enfim, parece-me talvez, não sei, até a Santa Casa da Misericórdia pode ter intenções futuras de utilização daquele espaço para outros fins perfeitamente legítimos que tenha de enfim, ter outros proventos e outros proveitos com essa utilização, mas, convenhamos que acho que não há aqui ninguém nesta Assembleia que ache razoável que se tenha que entregar 2.500 euros por criança para os seus cuidados, estamos a falar, julgo também não estar a errar, em crianças até aos 6 anos de idade. -----

Bom, tirando estas duas notas iniciais, queria cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e porque, enfim, verdadeiramente quem não me conhece tão bem virá a sabê-lo e a verificá-lo ao longo deste mandato, estamos aqui de facto na defesa de Viseu, estamos aqui na defesa dos interesses dos viseenses e, portanto, não me cai, como se costuma dizer, parente nenhum à lama, de cumprimentar o Executivo Municipal pela, digamos, pela atividade que aqui nos traz quando é merecedora de aplauso como me parece claramente ser o caso da Casa das Bocas e, portanto, o Senhor Presidente teve até de resto e também o cumprimento por isso, a humildade diria até de reconhecer que esta é uma obra que foi possível muito também devido à intervenção da própria Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, o que devo dizer, me satisfaz também até porque eu próprio e de uma forma geral o Partido Socialista nesta Assembleia Municipal sempre defendeu muito a criação de parcerias de sinergias, no fundo a Comunidade Intermunicipal viver de boa vizinhança. Aqui houve um exemplo claro de boa vizinhança, houve a solidariedade e a compreensão de um problema que existia em Viseu, isso, portanto, são boas notícias, tal como são boas notícias, não está aqui o Deputado Pedro Alves, mas, tal como são boas notícias o que nos transmite quando diz que a Câmara Municipal de Viseu é hoje reconhecida e sobe uns lugares no ranking relativamente aos Ajustes Diretos. Também Senhor Presidente da Câmara, acho que é o reconhecimento, porque, compreendendo, que há circunstâncias que se justificam perfeitamente os Ajustes Diretos, é evidente que a redução do número dos Ajustes Diretos em princípio traduz mais transparência, no fundo transmite uma melhor utilização dos dinheiros públicos e isso é também um crédito que lhe quero dar, até admitindo que muitos dos Ajustes Diretos do passado fossem feitos justamente nas comunicações, não é ó Senhor Presidente, entre os túneis e as comunicações, devia, aliás, não é devia, todos nós sabemos, houve e em “barda” permitasse-me a expressão. Em “barda” houve muitos Ajustes Diretos, mas andou bem a Câmara Municipal agora também nessas matérias, portanto, em fazer essa redução. -----

Encontramos mais uma vez coincidência nos nossos pontos de vista no que diz respeito ao IP3, há necessidade desta obra avançar e avançar o mais rapidamente possível. Já tive oportunidade de o dizer e quero aqui reiterá-lo, hoje em 2022 reclamamos naturalmente a urgência da obra, mas pelo menos, pelo menos, hoje já discutimos esta tema numa circunstância absolutamente distinta. É que vai mesmo acontecer, é que o concurso vai ser mesmo lançado, e a partir desse momento, como nós sabemos, é absolutamente irreversível. Mais, alguém aqui referiu agoira já não me recordo, penso que foi também a Senhora Deputada Ana Paula Santana, não quero ser injusto, na outra intervenção que fez no Período de Antes da Ordem do Dia que não encontrava no Orçamento de Estado dinheiro nenhum para coisa... enfim, agora não sei, não queria estar a falar, não sei se foi a Dra. Ana Paula Santana, se foi o Deputado Pedro Alves, mas curiosamente ainda há pouquinho estava a verificar o IP3 encontra justamente verba no Orçamento de Estado e,

portanto, essas são boas notícias, agora façamos todos de facto o nosso trabalho e o Partido Socialista não o renega, vai o fazer também, da pressão para que as coisas aconteçam porque é de facto muito necessário. -----

Relativamente à questão do comboio. Só para vocês verem, eu até estava hesitante na forma como o ia dizer, porque o Senhor Presidente tinha aqui há uns anos, ainda não o ouvi desta vez, mas aqui há uns anos costumava utilizar a expressão do “deixar a perna para trás a bater-se à falta”, eu também não queria estar a fazer isto dessa forma, mas, mas tenho que o dizer. Bom, se a nossa posição aqui fosse de estar sempre a falar o que os outros fizeram ou que não fizeram, e de facto acho que o que nos deve preocupar é o presente e o futuro, o Senhor Deputado Pedro Alves, lamento que não esteja aqui, costuma dizer: os governos não sei o quê... bom, se em matéria de comboio há governos que efetivamente tiveram responsabilidades para que as políticas fossem outras e as estratégias fossem outras, não são seguramente governos do Partido Socialista, mas eu também digo isto fazendo a ressalva, que eu parto sempre do princípio que as pessoas que estão nas instituições e nos cargos estão a fazer o seu melhor e a decidir e a gerir com base nos dados que têm. De facto, houve ali uma altura no final dos anos 80, início dos anos 90 em que o foco era o desenvolvimento do país pelas estradas, pelo alcatrão e descurou-se absolutamente o comboio. Bom, 30 anos volvidos, hoje há um entendimento generalizado, não é só em Portugal, na Europa, enfim, um bocadinho no mundo com as alterações climáticas, com o ambiente, com os meios da sustentabilidade que de facto levam-nos a apostar hoje no comboio. O que é que é fundamental dizer? E, aí meus caros amigos, peço-vos desculpa, mas é mesmo preciso dizer, até porque o Senhor Ministro Pedro Nunes Santos também aqui já foi referido, é claramente um Governo e um Ministro que tem feito... muitos dirão, bom, não estão a fazer mais do que lhes competia porque agora de facto a moda é o comboio. Não, não, estão mesmo a fazer mais do que lhes competia e mais uma vez nós na região também temos o resultado disso nomeadamente nas obras que estão a acontecer. E, essas não estão em concurso, essas não estão em papéis... estão mesmo a acontecer e de largos e largos milhões de euros na Linha da Beira Alta como sabemos no Distrito de Viseu. -----

-Quero também lhe dizer Senhor Presidente que, naturalmente fico satisfeito com as informações que nos traz relativamente à Deloitte, relativamente... eu também não posso deixar, até na lógica do presente e futuro, que acho que é o que nos interessa verdadeiramente de fazer esse reconhecimento, já muitas vezes lhe foi feito mas, o Senhor Presidente traz aqui no Período das Informações, e na sua intervenção fala do Parque de Coimbrões. Bom, de facto, o Senhor Presidente disse-o também na intervenção no início dos anos 90 e, portanto, agora passemos verdadeiramente ao que eu acho que é importante discutir nesta Assembleia, já que falei do Parque Industrial de Coimbrões, questionar, porque este é o momento adequado para o fazermos, o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao ponto, digamos, ao estágio de desenvolvimento, e ao que é a estratégia futura para o Parque Industrial de Lordosa? Quer dizer, termos nós aqui informação o mais atual possível sobre isso, e já agora, e já agora, questioná-lo também sobre outras duas ou três situações, e são as seguintes: e também não posso deixar de fazer aqui, digamos, uma ligação com o que também já aqui foi discutido. A questão dos Jardins Efémeros e a questão ... permita-me Senhor Presidente, antes de mais, tenho que lhe fazer uma correção, porque ela é factual e objetiva, a Companhia Paulo Ribeiro foi apoiada pela DGArtes, e foi apoiada em um milhão e duzentos mil euros para os próximos 4 anos, simplesmente não apresentou a sua candidatura no âmbito da Cidade de Viseu, fê-lo na Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, enfim, o Senhor Presidente foi claro ao dizer: não apoiaram a Companhia Paulo Ribeiro. Não! A Companhia Paulo Ribeiro foi apoiada, não no quadro, enfim, das suas realizações em Viseu, mas... e não é dinheiro pouco, não é,

estamos a falar de um milhão e duzentos mil euros para 4 anos, portanto, 300 mil euros anuais para sermos absolutamente rigorosos. -----

De facto, os Jardins Efémeros não foram apoiados como sabemos, mas também no computo geral aqui da nossa região e particularmente no Distrito de Viseu, os apoios da DGArtes cresceram também e, portanto, só também para não se passar aquela ideia: cada vez se aposta menos na Cultura. Não! Cresceram muito significativamente porque na verdade se compararmos o quadro anterior com o quadro de futuro nós verificamos, se o 1 milhão e 200 mil euros do Paulo Ribeiro estivessem aqui em Viseu também, tínhamos crescido mais de 20% os apoios, mantiveram-se o mesmo número de entidades apoiadas, são 6 entidades e, portanto, isto acontece... bom, volto a dizer, ó Senhor Vereador não me leve a mal, eu tenho enfim, eu tenho a informação, aguardemos outras informações. Seis entidades apoiadas: a Amarelo Silvestre, Associação Cultural Desportiva e Recreativa do Fôjo, Associação Cultural e Recreativa de Tondela, Binaural, Centro de Artes e Espetáculos de Viseu, One hundred stages e de facto o não apoio à Pausa Possível. Portanto, no quadro anterior tivemos um total de 4 milhões 900 e qualquer coisa mil euros de apoio, para o quadro atual temos 4 milhões 720 mil, mas falta aqui 1 milhão e 200 que eu referia, se o Paulo Ribeiro aqui estivesse, portanto... não, no quadro anterior global foram 4 milhões 720 mil temos que retirar daqui 1 milhão e 200 mil euros. Bom, dito isto, a pergunta que eu quero fazer... e repare Senhor Presidente, quero que me entenda bem, porque não é numa perspetiva de exigência, não é numa perspetiva de dizer, que é mesmo, que tem que ser feito, é verdadeiramente, e já me conhece o suficiente para saber que é com toda a sinceridade que o faço, é: avalie ou não este executivo municipal a possibilidade de pese embora não ter havido apoio da Direção Geral de Artes à realização dos Jardins Efémeros, entender a Câmara Municipal, por ser o evento que se conhece, por ter a atratividade que se conhece, e o Senhor Presidente da Câmara dirá: nem me passa isso pela cabeça porque isso foi sempre em parceria e em parceria deve ser, ou explicando, dizendo, olhe temos onde gastar o dinheiro noutras circunstâncias, mas eu não posso deixar de lhe fazer esta pergunta, e também já agora dizendo uma coisa, em 2019 não aconteceram os Jardins Efémeros, a Câmara Municipal na altura entendeu que enfim, não devia fazer o seu apoio, e eu também não quero de alguma forma, até porque também não sou nada dado a isso, a tremendismos, não há este ano, e se não houver este ano, quem sabe, poderá haver para o ano seguinte, outras coisas surgirão como se costuma dizer, isto é tudo um processo e, portanto, temos é que... mas queria-lhe deixar essa pergunta: Se eventualmente equacionam? Senhor Presidente da Câmara, já agora também lhe dou esse crédito, foi a primeira entidade a apoiar os Jardins Efémeros, a abrir as portas aos Jardins Efémeros, fê-lo durante vários anos, fê-lo, também não me esqueço, sem digamos, intervenção ou procurar intervenção, que depois em anos seguintes de facto isso não aconteceu e, portanto, esse crédito também lho reconheço sem problema nenhum. Já que estamos a falar de Cultura, também gostaria de saber, vamos discutir o Plano e Orçamento, o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal, encontramos lá oportunidade também para falar sobre isso, mas eu acho que também no Ponto das Informações, falar-lhe sobre o Centro de Artes, que o Senhor Presidente tem falado várias vezes, portanto, se pode dar a esta Assembleia informações o mais atualizadas possíveis sobre o que é o seu propósito relativamente a esta obra que pelo menos para si me parece ser bastante emblemática. -----

E, ainda na Cultura, também acho que é um assunto que nos devia preocupar bastante, porque é de presente, lá está, e de futuro que falo, gostava de o questionar e questionar o Executivo sobre que Planos e Estratégias estão pensadas para a dinamização do Mercado 2 de Maio, e refiro-me, portanto, depois na sequência desta intervenção, e estas são palavras minhas, não vinculam sequer o Partido Socialista ou o Grupo Parlamentar, do

meu ponto de vista desastrosa que ali está a ser feita, desde a primeira hora fui absolutamente contra, julgo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem alguma simpatia por esta minha posição também, porque acredito que não teria tomado aquela opção, que de facto, enfim, é quase inacreditável que a cidade perca uma Praça ao ar livre, das poucas que tem, que pode ser verdadeiramente diferenciadora quando o problema daquele Mercado 2 de Maio sempre foi claro para mim, a sua dinamização, as atividades enfim, que se poderiam lá desenvolver para de facto atrair pessoas e não tanto as questões da infraestrutura, as questões de *hardware* como se costuma dizer. Achei sempre desde a primeira hora que vi aquela, enfim, aquela ideia peregrina a aparecer, aquilo ia ficar tudo sujo, ia ficar tudo cheio de pó e a ficar tudo coiso, epá nunca ... ai não agora há materiais que não sei o quê, que vão ser e acontecer, acho sinceramente... e quanto mais aquilo começa a ficar aos olhos das pessoas, eu acho que é claro, mas por isso a minha preocupação, partindo do pressuposto enfim, talvez, do ponto de vista da gestão não será, digo eu, não sei o futuro o dirá, mas dismantelar aquilo enfim, tentar fazer alguma coisa com aquilo, mas, no quadro atual quais é que são os planos que a Câmara Municipal tem de facto para o desenvolvimento daquele espaço tão simbólico e tão relevante para a nossa cidade, para o nosso concelho. -----

Ainda no âmbito digamos, dos Mercados, também o queria questionar sobre o Mercado Municipal. Tive a oportunidade de já ter ido ao Mercado Municipal visitar de facto esta solução que se encontrou, não sou dos que acham que aquela zona ou aquele espaço, aquela área seja uma área ... porque ouvi, enfim, isto também não tem nada a ver com digamos, reflexões do Partido Socialista, mas ouvi algumas pessoas a dizer: ai, e tal, havia ali estacionamento, agora perde-se o estacionamento. Eu acho que é uma zona muito nobre para de facto não ser aproveitada para algo mais digno diria, do que estacionamento de carros, que deve ser feito... e, portanto, até o gostaria também de ouvir falar sobre isso. Eu agora já nem sei como é que hei-de chamar ao anterior Mercado, mas, portanto, o Mercado Municipal fala-se de silo-auto, de estacionamento, portanto, quais é que são as ideias que a Câmara Municipal também tem a esse respeito porque acho que são verdadeiramente interessantes. -----

E, depois, também vamos aqui aprovar, não queria estar extemporaneamente a falar do Ponto, hoje um empréstimo, ou vai ser proposto a votação um empréstimo para a requalificação do edifício dos SMAS, epá, e também não resisto, também não resisto à tentação, também não resisto à tentação de dizer ... -----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Senhor Deputado, a tolerância da Mesa... a Mesa é tolerante, mas ... -----

- *O Senhor Deputado João Paulo Loureiro Rebelo prossegue a sua intervenção dizendo:* e, para concluir, e para concluir, é mesmo o último ponto, é mesmo o último ponto Senhor Presidente, mas para concluir não resisto à tentação de dizer: já que tanto se falou em comunicação aqui. Ali em comunicação também já se gastou muito dinheiro porque já não sei se vamos nas segundas, se nas terceiras ou quartas telas que escondem o edifício. Aí também estão seguramente uns milhares e milhares de euros gastos também na comunicação, e que deviam também já agora, que estamos tão preocupados com o que se gasta na comunicação, também devíamos ter alguma atenção relativamente a isso, ainda não temos o edifício do SMAS, mas pelo menos lonas e telas ali dizer que ali vai surgir o edifício do SMAS já tivemos umas três ou quatro que, enfim, talvez satisfaça alguns, a mim não me satisfaz e, portanto, Senhor Presidente, agradecendo ao Senhor Presidente da Mesa a tolerância que me deu, e ao Senhor Presidente da Câmara antecipadamente, naturalmente as respostas que me possa dar também. -----

-Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. -----

Só um esclarecimento rápido. A Mesa não marca falta a ninguém, a Mesa cumpre é o disposto na resolução do Tribunal de Contas, e várias vezes o Tribunal de Contas nos tem questionado sobre isso. Agora, não peça à Mesa para pôr que a pessoa esteve cá quando esteve ausente. Na questão do Bolo Rei todos nós temos que ver as situações. Está bem? Ok. -----

Tem a palavra a Deputada Ana Paula Santana que pediu. -----

----- **VINTE E CINCO – A SENHORA DEPUTADA ANA PAULA FIGUEIREDO SIMÕES GOMES SANTANA (PPD/PSD):** Senhor Presidente muito obrigada. Reitero os cumprimentos. É só para responder ao Deputado João Paulo, na sequência da minha anterior intervenção. Eu acho que onde se deve investir é nas crianças, porque são os homens do amanhã, e são eles que vão estar aqui amanhã e, portanto, é importante que se aposte na sua formação e na sua educação. -----

Relativamente ao CAT, o Senhor Deputado trouxe aqui um número que eu desconheço se ele é real ou não, mas, independentemente disso educar uma criança não é só dar-lhe roupa, mesa e cama, não é só isso, é muito mais, e em especial estas crianças vulneráveis do CAT têm uma envolvimento muito superior além daquilo que é uma criança que cresce num ambiente dito normal e saudável, porque tem envolvimento técnico, tem envolvimento clínico, tem envolvimento pedagógico, tem uma série de valências que carecem e que custam dinheiro. E, vamos lá ver, aquilo que está em causa não é o valor por criança, porque esse valor foi sentado e concertado, foi sentado e concertado entre a Santa Casa e a Segurança Social, e o valor foi encontrado por criança. O que acontece é que a Segurança Social que fiscalizava e orientava o desenvolvimento do CAT e balizou aquilo que eram as necessidades de recursos humanos e técnicos e logísticos que a Santa Casa tinha que oferecer para esta valência, esse valor foi apurado para os 15 só que o CAT tem 22 crianças e a Segurança Social queria que o CAT com o preço de 15 crianças desse resposta a 22, e reiterando aquele argumentário do custo por criança que eu acabei de salientar, que é notório, não basta vir para aqui falar num numero elevado como se fosse um aproveitamento social desta circunstância. Não! Estamos a falar de crianças com estas necessidade específicas e foi aí que a Segurança Social disse: Não! Nós só protocolamos para 15, e, a Santa Casa, uma estrutura de referência social que vive com uma ginástica económica sobejamente conhecida porque dá resposta social em inúmeras valências teve que fazer esta opção, e não, não vamos negar esta realidade. Foi uma opção do governo, temos que a respeitar. Agora, temos aqui uma diferença orçamental em suportar mais 7 crianças, ou deixá-las num outro projeto, num outro projeto, e despedir 18 pessoas. Esta é a realidade. Não vamos agora tentar desculpar aquilo que é uma realidade. Viseu perdeu estas crianças perderam. O investimento no setor social, não foi realista às necessidades efetivas desta comunidade. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra a Deputado Pedro Alves. -----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Obrigado Senhor Presidente. Reiterar todos os cumprimentos. -----

Senhor Presidente da Câmara, na sua informação e também naquilo que é público, temos ouvido falar de investimentos em mobilidade nomeadamente na ferrovia, e eu há bocado fiquei aqui um bocadinho chocado porque às vezes o descaramento chega ao ponto de assumirmos que a ferrovia 2020 é da responsabilidade deste governo. A ferrovia 2020, a requalificação da Linha da Beira Alta, a única responsabilidade que este governo tem é de ter adiado tudo, porque a requalificação da Linha da Beira Alta já devia estar concluída no primeiro semestre de 2021, e o Ministro que se esforçou por atrasar tudo, teve o prémio, ser cabeça de lista ao Parlamento Europeu, de andar 4 anos a adiar todos os investimentos públicos, nomeadamente o da ferrovia, e uma parte do investimento que

estava previsto em fundos comunitários para a requalificação da Linha da Beira Alta, foi desviado também para Lisboa para a construção de duas estações de Metro. Isto é que não foi dito, e por isso, não venham agora dizer que este Ministro é que sabe, que este é que faz e que está a fazer. Não! Este está a fazer aquilo que foi aprovado pelo governo anterior. O Ferrovias 2020 é um projeto resultante do PETI 3+ do Governo de Pedro Passos Coelho, não tem nada deste governo. Este governo a única coisa que fez foi atrasar, e mais, e retirar do Plano uma ligação de um ramal à Linha da Beira Alta. Se estão com tanta vontade de fazer a ligação Aveiro - Viseu - Vilar Formoso, então que se comesse por aqui, e não se começa. E, por isso, Senhor Presidente, eu com a mesma garantia que aqui foi dito que em 2050 nós vamos ter ferrovia a ligar Aveiro - Viseu - Salamanca, eu garanto que se o PSD for governo, com a mesma garantia que eles têm, em 2035 isso vai acontecer. Nós não sabemos rigorosamente nada. A única coisa que se sabe, é o quadro comunitário até 2030, isto é conversa, isto aqui é andar a “encanar a perna à rã”, isto aqui é andar a fazer anúncios de coisas que não se conhecem, quando nós provavelmente nessa altura nem beneficiários seremos de quadros comunitários, seremos contribuintes, por isso, temos que ter um bocadinho de vergonha na cara, quando vimos para esta Assembleia assumir que vamos ter ligação ferroviária em 2050. Isto é do pior que já vi. É a demagogia mais barata, e depois queixam-se dos outros partidos, não sei quantos, que andam para aí, uns muito populistas, demagógicos. Isto é que é demagogia Senhor Deputado. Isto é uma brincadeira, está a gozar com quem? 2050 ferrovia em Viseu? Com que garantias? Com que financiamento? Que projetos? Que estudos? Nada! Tenho vontade. Olhe, eu também tenho vontade, mas é em 2035. Eu tenho a vontade, pelo que está em curso, epá, 2035 é muito melhor para Viseu, pelo menos ainda vou andar de bengala no comboio. Não, porque em 2050 também já não vou andar de comboio quase de certeza. Por isso, ó Senhor Deputado, um bocadinho mais de decência e de respeito, é o que se exige a quem tem responsabilidades públicas. -----

E, por isso Senhor Presidente, eu gostaria que nos pudesse informar aqui, quais são as garantias para nós termos investimento em ferrovia, para além daquela que estava garantida do quadro comunitário anterior que foi mal-executado por este governo. -----
Muito obrigado. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Silgueiros Rui Mendes. -----

----- VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE SILGUEIROS RUI FILIPE MARQUES FERREIRA FELÍCIA MENDES (PPD/PSD): Boa tarde. -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Dr. Mota Faria e restantes membros da Mesa da Assembleia; -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas e restantes vereadores aqui presentes; -----

Exmas. e Exmos. Deputados da Assembleia Municipal; -----

Exma. e Exmos. presidentes de Junta de Freguesia; -----

Elementos de apoio a esta Assembleia; -----

Público presente; -----

Diferentes Órgãos de Comunicação Social; -----

Minhas Senhoras e meus Senhores. -----

Quando assumi a Junta de Freguesia de Silgueiros deparei-me com vários desafios. -----

Tenho contado com V. Exa para este trabalho porque os Silgueirenses contam connosco. --

Mas há dois problemas em específico e, posso dizer, mais mediáticos, que me levam hoje a usar da palavra: o Cemitério e os 2 parques infantis, estes situados em Loureiro e em Passos. -----

Se em relação ao primeiro, quero acreditar que, e finalmente, estará em fase final de resolução, contando a Junta com a intervenção técnica dos serviços municipais, os 2 parques infantis de Silgueiros. tornam-se uma das minhas principais preocupações tendo em conta que, e assumidamente, as nossas crianças são prioritárias e estes se encontram encerrados há demasiado tempo. Veja-se que um deles está no Largo de São Bartolomeu, que é um dos cartões de visita de Silgueiros. -----

Senhor Presidente, Dr. Fernando Ruas, ao longo deste ano tivemos, a Junta de Freguesia e os serviços técnicos camarários, algumas reuniões, que já identificaram os problemas existentes e penso que estamos finalmente no bom caminho para que a sua disponibilidade às crianças e a Silgueiros seja uma realidade. Mas face à necessidade eminente destas infraestruturas e face ao seu encerramento de há mais de 8 anos, peço a vossa intervenção num assunto que nos embaraça na freguesia e porque desejam, todos os Silgueirenses que represento, que no próximo ano as nossas crianças tenham os seus parques novamente abertos. Conto com a sua colaboração. -----

Muito obrigado. -----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Senhor Deputado eu agradecia que dissesse a qualidade em que quer intervir, que já entreveio, não é? É um protesto? Pronto.

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO LOUREIRO REBELO (PS):** Aliás, a figura regimental é exatamente a que a Senhora Deputada Ana Paula Santana usou para também dar resposta à minha intervenção. -----

Mas, na verdade é mais um protesto. É um protesto. -----

Ó Deputado Pedro Alves, vamos lá ver uma coisa: aproveitando a época festiva e natalícia não temos que nos estar aqui a zangar. Mas eu pedia-lhe, eu pedia-lhe, pronto, quer dizer, aproveita o púlpito para passar aqui algumas mensagens eventualmente que lhe interessam, mas não as dirija a mim porque eu não falei sequer de comboio, que não fosse, está a acontecer uma obra ali na Linha da Beira Alta. Está a acontecer, acho que fui factual. Relativamente ao comboio em 2050, vamos lá ver uma coisa: também nunca me ouviu a dizer em lado nenhum que Viseu vai ter comboio. Eu satisfaço-me, e fica aqui clara a minha posição, por hoje haver um Plano Nacional Ferroviário que contempla, e é vontade, e foi o Senhor Presidente da Câmara que também o trouxe aqui, que temos um Ministro das Infraestruturas que acredita e que defende a ligação Aveiro - Viseu - Vilar Formoso. Eu também já tive a oportunidade de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que o Plano é... porque depois as pessoas... a Plano é até 2050. Nós começamos logo a dizer: ui isso em 2050. Bom, até pode não acontecer. Eu não estou aqui a dizer que vai acontecer, até porque eu não ia dizer uma coisa diferente da que o próprio Ministro diz. O Ministro já teve a oportunidade de publicamente dizer que ainda não tem fonte de financiamento para aquela execução. Portanto, se me está a dizer, devemos andar aí todos com umas bandeiras a alardear que Viseu vai ter comboio, eu acho que não, eu acho que não. Mas, portanto, por isso é que eu lhe peço para se dirigir a quem procura dirigir-se porque eu não disse aqui isso. Eu não disse aqui isso! Mas, eu acho que é muito positivo que haja uma intenção de se fazer essa obra, é melhor do que se não houvesse intenção, não é? Até porque o Senhor Deputado Pedro Alves é que coloca uma ênfase enorme por ter havido um governo que fez um Plano para fazer obras na Linha da Beira Alta. Que não fez, mas tinha no Plano. Eu também me lembro desse governo ter um Plano para fazer a Via dos Duques que não fez, e, portanto, acho que todos nós convivemos muito melhor com obra feita do que com Planos. Mas, eu nunca embandeirei em arco com os Planos, mas naturalmente prefiro que o Plano preveja uma situação do que se não previr. Acho que é isto que nos deve unir. Olhe, agora há um Plano e o Plano diz que é útil ter uma ligação ferroviária Aveiro - Viseu - Vilar Formoso. Eu acho que isso merece aplausos.

Bom, agora vamos passar à fase do, e quando é que isso é feito? E como vai ser feito? Com certeza cá estaremos para defender a mesma coisa também. Mas, eu agora falei um bocadinho de comboio, há bocadinho não tinha falado e por isso é que vim aqui fazer este protesto que acho que se justifica Senhor Presidente da Assembleia. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

Há mais um protesto? Pronto, também é um protesto. -----

----- **VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS**

ALVES (PPD/PSD): Também é um protesto. É esta parte, depois se isto fosse público era um desastre. Ninguém gostava do que estamos aqui a fazer, não é? Fazemos umas figuras todos, mas depois, ninguém fica calado, porque são ditas aqui coisas que não podem ficar sem resposta. Ó Senhor Deputado João Paulo Rebelo, vamos fazer as coisas de uma forma muito clara. Não diga que não fizemos a Via dos Duques porque os senhores a cancelaram, porque vocês se amancebaram com a extrema esquerda politicamente. Perderam as eleições e quiseram ir para o poder. Fizessem-na! Se não está feita hoje, estava concluída em 2022 e havia onze interessados, ok? É da vossa responsabilidade, do governo que o senhor fez parte. Depois, quanto à ferrovia 2020, era um quadro comunitário, foi preparado em 2014, aprovado em 2015, para começar a ser executado em 2016. Está a pedir responsabilidades a quem? Quem é que estava no governo a partir de 2016? Não sabe? Vamos ter um bocadinho mais de responsabilidade. Não sabe? Está aqui a tentar contar uma história que, ou não se prepara e devia-se preparar um bocadinho melhor, ou não sabe mesmo. E, por isso, eu não lhe admito a si, que tem responsabilidades de outra natureza que venha para aqui com esse tipo de conversas que eu chamo de “política de mesa de café” quando nós estamos aqui a discutir coisas sérias e responsabilidades. Se está a ser feito está a ser feito com atraso, da mesma forma que nesta Assembleia disse, quando se suspendeu a Via dos Duques, que não íamos ter qualquer tipo de intervenção concluída entre Viseu e Coimbra antes de 2030, e não vamos ter, e a responsabilidade é de quem cancelou e de quem suspendeu, não é de quem queria a Via dos Duques. Por isso, um bocadinho mais de respeito por aquilo que os outros fizeram antes. Os Senhores quiseram fazer diferente, fizeram mal porque não está feito sequer. E, o que estão a fazer com o que os outros deixaram preparado atrasaram-no no tempo. É só isto! Quanto a ferrovias, pôr lá nos cadernos, já estava previsto, ainda há bocadinho acabei de dizer, estava lá o ramal de ligação para iniciar. Porque é que não o fizeram? Porque não quiseram, não foi opção. Epá, pronto, mas assumam, assumam o ramal de ligação à Linha da Beira Alta, já íamos pelo menos de comboio até Lisboa, não é? Por isso, não vamos estar aqui com este tipo de conversas que não alimenta nada, não gostamos nada disto. Fazer projetos para 2050, eu acho que é um bocadinho demagógico. Temos um Plano Ferroviário para 2050. Isto é tão mau! Fizemos um para 5 anos para executar, ou para 6 anos, num quadro comunitário e estão a começá-lo no fim do quadro comunitário. Então imagine-se, se estão a prever para 2050, vai ser quando? É este tipo de seriedade que se exige a quem tem responsabilidades públicas e quando falamos lá para fora. Não estou a pedir mais nada, não venho aqui passar mais nada que não sejam factos, e com factos nós discutimos e conseguimos confrontarmo-nos agora, com conversa fiada e de mesa de café é óbvio que não chegamos a lado nenhum. -----

Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

Agradecia que não houvesse diálogo. Agradecia que não houvesse diálogo vai intervir a Senhora Deputada. Agradecia que não houvesse diálogo. Agradecia que não houvesse diálogo vai intervir a Senhora Deputada. Tem a palavra a Senhora Deputada Lúcia

Vilhena. -----
Vai intervir a Senhora Deputada Lúcia Vilhena. -----
----- **TRINTA – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):**
Obrigada. -----
Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Deputados, Público presente, Senhores Jornalistas. Bom dia ou boa tarde. -----
Vem o Bloco de Esquerda congratular-se com a abertura da nova Unidade de Saúde Familiar e manifestar com agrado os esforços do Município para tal facto. No entanto não nos podemos esquecer, e tal como já manifestámos em Assembleia de Freguesia, que nos preocupa o facto de naquela rua, a Rua das Bocas e paralelamente ao magnífico edifício e ao restaurado magnífico que foi feito, que existam casas devolutas, isso preocupa-nos, que segundo os moradores põem em causa a sua própria segurança, e também eles manifestam que a falta de policiamento também lhes causa algum prurido. -----
Sabemos que não é tarefa fácil gerir tudo isto! -----
Ainda a propósito da zona histórica, e segundo o Relatório elaborado e apresentado aquando do 3º Evento Público - Diagnóstico Participativo, a nossa Zona Histórica mostra sobretudo esvaziamento. -----
Pareceu-nos que foi um excelente trabalho, um excelente relatório, mas mostra sobretudo um esvaziamento e um impacto grande que tem na especulação imobiliária. -----
Pensamos ser esta uma excelente ferramenta, este Relatório que foi apresentado, uma excelente ferramenta melhorar todo o trabalho que possa ser feito em prol do restabelecimento da zona histórica. -----
Congratulamo-nos também com o prémio recebido pelos Serviços Municipalizados de Viseu. -----
Queremos deixar aqui um reforço para o glorificar ainda mais. -----
Parece-nos estranho, e a propósito do município e de todos nós que temos que participar na poupança de energia, na poupança dos recursos, e achamos de facto estranho que durante este tempo todo que esteve a chover torrencialmente como estes últimos dias e os que provavelmente, todos os aspersores de rega nas rotundas, nos jardins públicos estejam ligados. A chover torrencialmente ... -----
- Alguém interveio não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: tenho fotografias. Quer ver as fotografias? Senhor Deputado não sei o que é que está a dizer. O que é que está a dizer? -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: agradecia que não houvesse diálogo. Está bem? -----
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: não, é que ele está a argumentar e eu quero saber o que é que está a dizer porque que não ouvi. -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, continue, continue, está bem? -----
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: Está. É que está sempre constantemente a fazer intervenções às pessoas e eu acho que isso não é correto. Lá terá a sua altura correta para as fazer. E, se quer respeito tem que se fazer respeitar. -----
- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, agradecia que continuasse. -----
- A Senhora Deputada Lúcia Maria de Abreu Vilhena prossegue a sua intervenção dizendo: de maneira que, apelamos para a análise desta situação e tenho dito. Obrigada. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Se o Senhor Presidente quisesse intervir fechávamos este ponto com a sua intervenção. -----

----- TRINTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Claro Senhor Presidente. Eu agradeço-lhe e tem uma curiosidade. As respostas que eu tenho para dar são sempre muito, mas muito inferiores às perguntas que me fazem, portanto, não há problema nenhum, eu vou ser rápido com as questões que foram aqui colocadas. ----- Bem, a primeira questão que foi aqui colocada foi sobre a questão da iluminação natalícia. Eu queria dizer-vos que de facto nós fizemos uma inovação que resultou e que tem muito a ver também com a ação da Vereação do Pelouro da Cultura e que foi a intervenção na Rua Direita, mais concretamente no sítio do antigo Quartel General, portanto, onde o Pai Natal tem sido e a neve têm sido uma autêntica revelação. Eu próprio já lá fui algumas vezes, até porque, também tenho netos e vejo o movimento. Portanto, desta vez há gente na Rua Direita. Espero que as pessoas o aproveitem também para fazerem os seus negócios. -----

Depois sobre a questão que a Dra. Ana Paula trouxe aqui do CAT, nós fomos visitar o CAT em devido tempo, e de facto, se há estrutura que foi bem concebida foi este equipamento, e é digamos, inadmissível que por falta de financiamento, ou por divergência no montante de financiamento se tolha aquela situação. Acho incrível, ainda por cima, não é a relação com nenhum particular, trata-se da relação com uma Misericórdia, com alguém que presta, alguém que substituiu o governo para fazer aquilo que é da responsabilidade do governo, que é a Ação Social. Mas, pronto, não sei de facto a quem é que devemos de exigir isso, mas acho que é algo que deve merecer a nossa condenação sem nenhuma hesitação. -----

Depois, o João Paulo Rebelo trouxe-me aqui uma série de perguntas. ----- Primeiro, a questão dos Ajustes Diretos. Nós também temos essa conceção, tem muito a ver com a organização da Câmara. A Câmara tem uma organização e a organização é: cada um faz aquilo que está definido. Portanto, não fazem todos a mesma coisa, nem toda a gente pode despachar, despacha quem está destinado para o efeito. Se calhar os Ajustes Diretos muitas vezes são por causa disso, e, portanto, nós achámos, para já achámos que a figura é menos de usar e depois porque nem toda a gente faz, nem toda a gente despacha, despacha quem tem legitimidade para o fazer. -----

Depois, a necessidade de avançar o IP3? Bem, há uma coisa que eu sei e que fique bem claro. Eu tenho defendido isto há muito tempo, desde que voltei à câmara. A questão do IP3 é muito simples, não vale a pena pegarmos-lhe de uma outra maneira. O IP3 está para ser concluído de uma forma errada. Já toda a gente concluiu isso, isto é, tem 85% (vamos lá ver se não me engano) tem 85% duas mais duas faixas, tem 11% duas/uma e tem 4% uma/uma, e, portanto, a questão que fomos levar ao governo é uma questão simples já por causa daquela história de há bocadinho, do túnel, se o túnel atrasa a obra ou não. Acabem lá a obra que têm projetada porque mesmo essa, nós estamos convencidos que nem daqui a cinco anos. Mas acabem lá a obra que têm projetada, e o que nós dizemos é: neste espaço que há duas/uma ou uma/uma, façam um troço novo e depois quando unirem os dois troços ficamos com 4 vias daqui para Coimbra, portanto, não é por aqui que há algum atraso porque a outra também é precisa. Acabem-na! Acabem essa e façam isso complementarmente. E, é a posição que defendem os técnicos. E, agora há uma coisa que nós não podemos suportar todos, ou pelo menos aceitar, que nos digam que é um problema de tecnologia, que é uma urografia que é complicada porque como eu disse nessa reunião, basta fazer a ligação, por acaso é uma autoestrada bem bonita que vale a pena ser percorrida entre o Carregado e a CREL, numa zona de vinhedos com uma urografia complicada, três vias de cada lado, pontes, túneis e fez-se. Então não se consegue

vencer aquele obstáculo do Luso? Aquele obstáculo da Serra do Luso? Claro que consegue. O que nós dizemos é: agarrem, façam um troço novo entre Penacova e o norte de Santa Comba, e o problema está resolvido. Pronto! Se é que vão fazer! Agora, há justificações que nós não podemos aceitar, eu vou dar uma delas, e não é o Fernando Ruas porque é de um partido diferente, devíamos ser todos. Então, quem é que aceita aquela Declaração de Impacto Ambiental para umas Termas em Santa Comba Dão? Mas quem é que aceita isto? Nós já andamos cá há algum tempo, eu há mais tempo do que vocês, mas, sabiam que havia umas Termas em Santa Comba Dão? Agora arranjaram-se umas Termas em Santa Comba Dão, e mesmo que fosse esse o pretexto, o que sempre se disse é que uma autoestrada facilitava a vida económica. Se passasse lá a autoestrada ao pé das Termas se calhar até era melhor. Se calhar o Presidente da Câmara de S. Pedro era capaz de lá querer uma autoestrada ao pé das Termas. Agora dizermos há uma Declaração de Impacto Ambiental, aqui não passa a autoestrada. O que é que querem fazer? Querem aproveitar o troço onde morreram os homens de Travassós de Baixo? É isso que querem fazer? Perdão, de Travassós de Cima? É isso que querem fazer? Mas é isso que está previsto e por isso é que, não nos enganemos, registem isto hoje: o que estão para fazer é enganar-nos, eu não estou a dizer que é o governo, é quem vai proceder a esta obra. Não lançar a obra entre Viseu e Vila Pouca, que é uma obra fácil, eu queria dizer que as obras que fiz a duplicar a circunvalação, as acessibilidades, já é maior do que essa extensão, portanto, não fazem nada do outro mundo. Agora, o que se preparam para fazer e há-de ser num momento especial é o alargamento entre Viseu e Vila Pouca, e o resto fica assim. Há-de se calhar acontecer numa altura propícia e as pessoas lá vêm dizer: estão a ver, a obra já anda. Resolvam primeiro o problema, a mim não me enganam. Já cá não estarei nessa altura, mas não me enganam. Isto é para tapar os olhos, ficamos com uma autoestrada, ou com uma via de duas por duas entre Viseu e Vila Pouca, que é até onde se anda melhor, não causa nenhum problema, e depois todos os outros impedimentos onde há atrofiamientos não são resolvidos. Não é resolvido o desvio de Santa Comba Dão e não é resolvido a passagem nas Livrarias do Mondego e, portanto, estamos nisto. -----
Eu queria dizer uma outra coisa que também é importante até do ponto de vista da isenção partidária com que estas coisas devem ser olhadas. Na reunião em Penacova estiveram lá os Presidentes de Câmara dos dois partidos em que o IP3 atravessa e, portanto, são autarcas do PS e do PSD que estiveram exatamente a dizer a mesma coisa. Portanto, acho importante porque senão não vamos ter mais ligação entre Viseu e Coimbra. Podemos atirar aí para o final... lá para 2030 que nem isso está concluído. -----
Depois, achei piada, verifica-se ainda agora, há aqui gente a deixar o pé a trás a bater-se à falta, isso é verdade João. João, Paulo. -----
- O Senhor Deputado João Paulo rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Sim, mas eu agora estava com medo de não dizer João Paulo Rebelo. Pronto, mas João Paulo tem a ver com a vizinhança... -----
A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: Ó Senhora Deputada, veja lá, a senhora gosta mesmo de mim, veja lá que ... é verdade, é verdade, também acho, também acho, eu era muito cobiçado, já agora ... -----
A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva continua a intervir do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----
- O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo: ó Senhora Deputada deixe-me dizer, desculpe lá, desculpe lá, estamos, mas eu não estava a dizer isso, sabe

porquê? Eu ia-lhe explicar, a sério, o Senhor Deputado João Paulo sabe porque é que é isto. Eu conheço o Senhor Deputado João Paulo se calhar muito antes da senhora, conheço de pequenino, vivia ao meu lado e, portanto, veja lá... e, portanto, esta ligação ainda por cima com uma ligação de família que vem lá dos anos não sei quantos. Portanto, esta do João Paulo, foi assim que o tratei, não tem a ver com menos respeito, antes pelo contrário, é uma manifestação de carinho, ele sabe disso, e, portanto, só para dizer que, usava muitas vezes “o deixar o pé a trás para se bater à falta” e nós começamos a fazer isso outra vez, deixamos aqui o pé atrás para ver se alguém lá tropeça. -----

Já agora do comboio, estavam aqui a esgrimir de quem era a responsabilidade? Então, lembram-se... eu tenho ainda o cartaz aqui, eu podia-o procurar aqui no telemóvel. Andam a enganar os viseenses, a autoestrada e comboio, isso foi em 2008, num cartaz grande. O Deputado Ginestal sabe bem disto, melhor do que eu, não é? Sabe quem o pôs o cartaz. Então, mas está lá. Se aquilo fosse cumprido em 2008 já tínhamos autoestrada e comboio e não tivemos nada disto. -----

Bem, sobre a questão do PIC e do Parque Industrial de Lordosa. O PIC de facto teve aquela evolução que nós conhecemos bem e que deu estes resultados. -----

O Parque Industrial de Lordosa, está de facto em andamento, está na parte final e, portanto, nós pensamos começar dentro de pouco tempo a ter lá já empresas. -----

Esperamos, portanto... -----

- O Senhor Vice-Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: Senhor Vice-Presidente... senão também... eu não quero porque quero ser rápido a dar a resposta. --- Sobre a questão dos Jardins Efémeros, se nós assumimos? Nós podíamos fazer isso. Eu arranjava um bocado de coragem e dizia aos Senhores Presidentes de Junta, cada um de nós vamos tirar do orçamento para os Jardins Efémeros, e era fácil. Agora, eu só tenho um saco, só tiro de um lado. A Câmara está disponível para continuar a dotar os Jardins Efémeros da verba com que se comprometeu! Agora, eu não posso dar resposta às falhas do governo, não é possível, e o governo tem que assumir porque é que não quer os Jardins Efémeros. Ainda por cima a Câmara considerou-os como um evento âncora, é aqueles que nem precisa sequer de se candidatar, está considerado, já contamos com eles sempre. Portanto, agora não nos pensam para suprir uma falta do Estado que decidiu não o escolher. Pronto. -----

Sobre a Companhia Paulo Ribeiro, achei muita piada, por acaso. A Companhia Paulo Ribeiro sempre foi aqui muito bem acolhida, e quando o Deputado João Paulo faz aqui as contas, se por acaso se lhe fosse somado... bem, mas se lhe fosse somado era ... devemo-nos interrogar é: porque é que a Companhia Paulo Ribeiro em Lisboa é apoiada e aqui não? Parece que agora foi para Oeiras, ou para Cascais e que é apoiada. Então, e quando cá está em cima, não é? O Paulo Ribeiro combinou, e tem isso escrito comigo que vai continuar a colaborar com Viseu, e nós gostamos muito de o cá ter, e voltar a ter. -----

Não era possível apoiar aquilo que nos pedia, e substituímo-nos ... agora, se lhe derem se calhar para Viseu as mesmas condições que lhe estão a dar em Cascais ela voltava. Vamos a ver, mas não nos peçam para nos substituímos porque não é possível. -----

Ah! Depois uma outra coisa, nós não fazemos as contas a apoios no Distrito, não é que o Distrito não nos interesse, mas estamos a falar digamos, do âmbito concelhio. -----

Depois, sobre o que é que eu penso sobre o Centro de Artes? É muito simples, nós estamos neste momento a ultimar as condições para começarmos, para dar início ao Centro de Artes. O Centro de Artes para mim é irreversível. E é irreversível por muitas ordens de razões, já agora, os Senhores Deputados não estavam cá nessa altura, nós comprámos os terrenos da antiga CP com essa intenção. Felizmente que eles estão intactos até agora para

eu poder fazer, digamos, receitas para começar o Centro de Artes. E, portanto, o Centro de Artes, estamos a preparar digamos, a estrutura de financiamento, passa por uma componente que o município tem que assegurar e depois espero que os fundos comunitários também participem. A componente local está garantida, garantimo-la através das receitas que vamos fazer com os terrenos, que são nossos. Já agora, para que não subsistam dúvidas, porque às vezes parece que nós não explicamos bem. O parque de estacionamento que está do outro lado é provisório, assumimos isso quando fizemos a inauguração. Como sabíamos que o Centro de Artes demora algum tempo aproveitámos aquilo para parque de estacionamento e já cumpriu a sua obrigação, já lá está há mais de 10 anos daqui a pouco, mas ele está disponível para ser Centro de Artes, e é, portanto, aí que o vamos fazer. Depois, a questão da estratégia para o 2 de Maio? Vamos esperar um bocado, primeiro vamos ver como é que aquilo fica concluído. Eu já disse isto e gostaria de o repetir aqui uma vez mais: eu não faria a requalificação que foi feita no 2 de Maio! Já disse porquê e não vale a pena, não é acusação nenhuma ao executivo anterior. É dizer que eu preservava a assinatura do Arquiteto Siza Vieira, não queria perder por nada, e, portanto, se fizesse alguma requalificação, acarretando com os comentários e as críticas que podiam vir, mas era com o Arquiteto Siza Vieira que a faria. Havia de o tentar convencer a fazer alguma coisa que o modificasse porque, também temos que ouvir, e ele sabe, e eu disse-lho frontalmente, não arranjou, não encontrou a melhor solução para ali, e, portanto, nós também fomos alvos de críticas com a versão que o Arquiteto Siza Vieira encontrou. Que aquilo parecia um cemitério, não sei quantos mais, não sei quantos mais, e, vejam lá... eu sou Economista de formação académica, não sou... nós encomendámos o projeto ao melhor Arquiteto português. Então? E, depois também fomos cotejados... então aquilo fica assim? Foi o que ele desenhou, e, por acaso até fez três apresentações públicas, todas com palmas. Só que as pessoas perceberam a mesma coisa que eu, também não são arquitetos, acharam, é o Siza Vieira, e pronto. Agora, deu o deu. A Câmara anterior em pleno gozo das suas competências decidiu fazer uma outra coisa, mas, tenhamos calma, vamos esperar para ver como é que aquilo fica. Eu sinceramente, eu que não o fazia, já o assumi, estou com algumas esperanças que possa ser uma coisa semelhante à Torre Eiffel, eu já disse isso. A sério! Também toda a gente criticava e depois virou atrativo. Vamos ver o que é que dá. Há uma coisa que sabemos e isso é da nossa responsabilidade, vai ser da nossa responsabilidade, condicionada obviamente, tem muito a ver com a atração que se levar para lá, isso é verdade, o que se arranjar para lá, mas, não há ninguém agora que possa dizer: aquilo é um falhanço total, porque pode não ser. Agora, do ponto de vista financeiro de facto foi arriscado, e são ali uns milhões que eu teria investido num outro lado, não era a minha definição de prioridades, mas pronto, respeito quem o fez. -----

Depois uma outra coisa, o que é que o Mercado Municipal... já explicámos isso até há exaustão o que é que queremos fazer. O Mercado dos Produtores foi tirado para ali para possibilitar como se fez nos outros lados, o exemplo mais flagrante é o de Braga, para possibilitar agora um projeto no antigo Mercado que consta essencialmente do seguinte: não sou eu que vou fazer o projeto, mas dou as ideias para fazerem o projeto. queremos ter estacionamento nesse espaço, queremos ter aí o Mercado Municipal de forma integrada no mesmo espaço, e queremos fazer aí a praça entre a Avenida António José de Almeida e a Avenida Alberto Sampaio, e, portanto, é isso que está previsto. Estacionamento naquilo que for aproveitado, que vamos naturalmente concessionar e esperamos que as receitas ajudem, ou pelo menos a obra ajude a minimizar o custo deste investimento que há-de ser muito grande, e queremos passar Serviços nomeadamente de resposta ao público para lá. Há muita gente que fala na Loja do Cidadão, não sei quantos... queremos tornar aquilo num espaço onde haja simultaneamente um Mercado

como deve ser, um estacionamento como deve ser e serviços que permitam acessibilidade ali, e ao mesmo tempo permitir, e é por isso que temos feito em conjunto, alguma acessibilidade à requalificação que queremos fazer na Alberto Sampaio nomeadamente pedonalizando o mais possível aquela via. -----

Depois, qual a filosofia do empréstimo bancário? É muito simples. Sobre os empréstimos bancários aquilo que esta Câmara, enquanto eu tiver responsabilidade, pensa de empréstimos bancários. Nós faremos todos os empréstimos bancários que forem necessários desde que sejam obras estruturais. Obras estruturais, na nossa perspetiva, são aquelas que se arrastam durante alguns anos, sei lá, décadas, porque não é justo estar a contrair um empréstimo bancário hoje, que não se reparta por a vida dos utilizadores, portanto, se fazemos um empréstimo bancário que hoje vamos... é para ser pago durante muito tempo de acordo com a vida útil do equipamento, portanto, a instalação dos Serviços é uma obra que não se esgota, que não acaba no próximo ano, há-de perdurar durante muito tempo, portanto, é natural que o cidadão que vem daqui por 5 ou 6 anos também seja responsabilizado a contrair. Faz isso quando começar a amortizar e a pagar o empréstimo que nós agora contraírmos, mas isto é que é a dinâmica da Gestão Municipal, também já o fizemos em relação ao passado, já herdámos empréstimos efetuados, dos quais beneficiámos. Um exemplo é este, os empréstimos que se vão obtendo para fazer de complementos do financiamento do fundo europeu. Também foram contraídos, e depois temos que os pagar ao longo do tempo, porque as obras também se vão projetar e vão ser utilizadas ao longo de muitos anos. -----

Depois, a questão da Deputada Ana Paula, já falámos sobre o CAT. -----
Só um comentário aquilo que o Deputado Pedro Alves aqui trouxe que tem a ver e de facto, é muito simples e vamo-nos entender. Já vimos que não temos ligação a Aveiro - Viseu - Salamanca, não temos proximamente, mas diz-se que se quer fazer. Então, parece que está na cara aquilo que a gente pretende. Até para não haver, digamos, enganar, façam já a ligação de Viseu à Linha da Beira Alta coincidente com o futuro troço, e não desaproveitamos nada, isto é, traçam ou fazem o traçado Aveiro - Viseu - Salamanca, como este não pode ser feito, não há dinheiro, então faz-se a ligação de Viseu à Linha da Beira Alta nesse troço. Quando houver dinheiro concluiu-se o resto e nós não ficávamos bem, mas não ficávamos muito mal, já tínhamos acesso a Lisboa pela Linha da Beira Alta, já tínhamos acesso à Europa por a Linha da Beira Alta, mas façam isso, porque isso até é cumprir uma promessa que fizeram. Todas as capitais de distrito ficam ligadas à ferrovia. Portanto, é simples, se não há dinheiro para isso, para isto deve haver seguramente. Então, alguém percebe que se faça a ligação Sines - Caia e não haja dinheiro para isto? Ninguém percebe isto. Portanto, é uma questão, digamos, de opção pura e simplesmente. Mas, já agora, chamo à atenção, como eu disse há bocadinho, desta forma esta forma de pressão que vimos publicamente por essa Associação do Pinhão a tomarem posição, deixem-me dizer, bem fundamentada, embora eu não concorde com ela, a dizer que em vez de Aveiro - Viseu - Salamanca, pensem lá na ligação por o Douro e por Bragança, portanto, já é uma posição. Portanto, eu espero também que aqui e as forças vivas, todos tomemos uma posição: calma lá que a ligação que se defende ou que toda a gente defende é esta por Viseu. -----

Depois o Senhor Presidente da Junta de Silgueiros trouxe aqui duas questões: -----
Do Cemitério, do Cemitério deixe-me dizer, já o disse, não percebo como é que lhe fizeram uma inauguração, a si e a mim quando já tínhamos sido os dois eleitos. Nós fomos os dois eleitos, e quem inaugurou o Cemitério, foi quem não se apresentou e quem tinha perdido as eleições, o que no mínimo é de estranhar, e depois, foi o meu amigo Presidente que teve que dar explicações públicas porque é que ainda não estava acabado, e eu agora é que tenho que acabar o Cemitério, mas pronto. Mas é bom que se saiba, este é o “estado da

arte”. -----
Sobre os Parques Infantis, nós vamos repô-los, era o que faltava. Os Parques Infantis nós vamos repô-los e de imediato, havemos de arranjar solução para lhe financiar, portanto, não se percebe como é que uma Freguesia como Silgueiros tem estes Parques Infantis fechados há 8 anos. Nós vamos resolver isso, disso deixo-lhe aqui a garantia pública. -----
Bem, agora um aparte só um comentário a uma questão que Deputado João Paulo Rebelo aqui trouxe. Há pelo menos uma vantagem que tem esta história do comboio. Acabou um pouco com o drama do Senhor Presidente da Junta de Lordosa e da Senhora Presidente da Junta de Repeses e S. Salvador. Senhora Presidente da Junta de Repeses, vou-me referir outra vez a si, mas é em paz! Não, acabou o drama de onde é que há-de ser a estação, se há-de ser em Repeses se no norte do concelho e, pronto, está o problema resolvido. Esse drama pelo menos acabou. Ela vai constar no PDM, mas pronto, como não é para agora também não vamos ter grandes problemas com isso. -----
Depois, a Senhora Deputada do Bloco de Esquerda a Deputada Lúcia Vilhena trouxe-me aqui um prolema, e eu queria-lhe dizer: eu não disse que não havia aspersores ligados, que estavam todos desligados, eu não disse isso, aliás, se calhar não me conhece esta faceta. Eu quando posso, mas sempre que posso, dou uma volta na cidade a ver aspersores se estão ligados, a ver se há lâmpadas apagadas, faço isso de uma forma anónima. E, portanto, é natural que haja aspersores ligados e deixe-me dizer-lhe que eu, é a primeira vez que junto a minha voz à voz do Bloco de Esquerda, mas lá estarei a dizer que não admito isso, e, portanto, não estou a dizer que não. -----
Agora, sobre o diagnóstico, eu queria-lhe dizer, eu já o li, mas o diagnóstico não foi feito pela câmara, foi da iniciativa da Junta de Freguesia e, portanto, nós também não podemos dar sequência a relatórios e a documentos que não são da nossa responsabilidade. Não foi! Eu li-o e deixe-me dizer-lhe que há algumas coisas que eu não concordo. Disse-me que é um excelente documento, é um excelente documento, mas, atira... eu daqueles documentos, eu fazia, se calhar de forma mais modesta, mas é fácil atirar para os outros fazerem, a gente sabe como é que é. Portanto, vamos mais devagar que nós os preocupamo-nos também com o Centro Histórico naturalmente, e, portanto, ele não foi apresentado a ... -----
E, portanto, agora eu só queria terminar, não diria de uma forma poética, mas deixem-me... se calhar perceberão aquilo que quero dizer com isto: eu, não sei se sabem, fiz o resumo dos meus mandatos em cada livro. Fiz uns livros que são uma seca, posso-lhes dizer, mas tenho um livro por mandato com aquilo que fizemos, os discursos que fizemos, as obras que fizemos, etc., etc. e no primeiro escrevi uma coisa que é de um senhor que fundou a Livraria do Trabalho, que eu tento aplicar e que se puder dou esse concelho também. O que lá está nesse livro é uma coisa assim: tentem fazer bem aquilo que outros poderiam ter feito melhor, mas não fizeram. E, esse é o grande problema. A maior parte das vezes há sempre gente que faz melhor, ou que diz que faz melhor e se calhar até tem condições, mas não faz! E, portanto, eu deixo aqui este pensamento Senhor Presidente, para terminar este período da minha intervenção. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então suspender os trabalhos. Recomeçávamos às 3 horas. -----
----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** vamos então reiniciar os nossos trabalhos, e a Mesa fazia uma proposta. Se os Senhores Deputados estivessem de acordo, que o PONTO DOIS (2) e TRÊS (3) da Ordem de Trabalhos, fossem analisados em conjunto e votados separadamente. -----
Se o Senhor Presidente da Câmara também estiver de acordo, íamos a esses dois Pontos, o PONTO DOIS (2) e TRÊS (3). -----
Depois, iríamos associar outros Pontos. -----

Estão de acordo PONTO DOIS (2) e TRÊS (3) discussão conjunta e depois votação separada. Estão de acordo? Então tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para a APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023. -----

e APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2022 - 3.ª REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA) . -----

----- TRINTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. -----

Em relação, digamos, a esta proposta de orçamento, eu não gostaria de fazer grandes comentários. Os documentos foram apresentados com tempo, mas realçar uma das preocupações que temos tido sempre desde há muitos anos, é de facto a correlação entre as Receitas e as Despesas correntes, e, este orçamento também, para além de cumprir as regras que a legislação define, tem essa característica tanto na Câmara como nos Serviços. Receitas Correntes acima das Despesas Correntes o que permite digamos ainda alguma libertação para investimento. O montante do Orçamento também é conhecido e ele vai na linha daquilo que é os orçamentos anteriores, nomeadamente o somatório do Orçamento da Câmara com o dos Serviços, e depois têm algum destaque com alguma importância para as Funções Sociais, algumas fruto também da Delegação de Competências que herdámos da Educação. Se constatarem o Orçamento para a Educação é na linha digamos, quase do orçamento de uma boa parte das câmaras do Distrito, e, portanto, as grandes linhas do Orçamento são exatamente essas. -----

Eu vou insistir uma vez mais naquilo que tenho dito. Naturalmente que temos muito respeito pelo Orçamento, mas sempre o olhamos como um documento previsional, um documento que nos serve de linhas orientadoras, mas depois a flexibilidade do orçamento permite-nos de quando em vez corrigir a trajetória, portanto, o que é preciso é que ele tenha, digamos, veracidade. Este orçamento apresenta essa característica, é um orçamento com previsibilidade e, portanto, com alguma segurança, mas naturalmente nós apresentámo-lo, achamos de forma equilibrada nas diferentes áreas onde a Câmara exerce a sua atividade, e, portanto, foram entregues os documentos atempadamente e fico à espera de algum esclarecimento sabendo os Senhores Deputados qual foi a votação no executivo e, portanto, o Orçamento tem esta votação que foi votada no executivo com cinco votos a favor e quatro contra. -----

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como disse fico à espera de alguma questão que me queiram colocar, alguma apreciação que queiram fazer, antes de escarpelizar o documento que não me parece que tenha, digamos assim, algum interesse, já que ele foi presente como eu digo atempadamente. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra o Deputado José Alberto. -----

----- TRINTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ALBERTO DA COSTA FERREIRA (PPD/PSD): Boa tarde a todos. Queria antes de mais cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, as Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. -----

Enfim, não dizer muito apesar de ter aqui umas páginas escritas, mas vou tentar resumilas porque quero desde já fazer uma declaração de intenções. Assim que fizer a minha intervenção vou-me retirar porque tenho um funeral para ir acompanhar uma pessoa de família, e depois tenho aí trabalhos a fazer porque tenho cá duas Seleções Nacionais a treinar na Academia de Futebol Distrital, que tem vindo aqui a trazer gente a Viseu nos

treinos, pelo menos já foi uma obra que vai trazer alguma atividade económica sobretudo ao nível da hotelaria e da restauração, e também, já que se falou no Fontelo hoje, também espero que a Câmara Municipal nos possa ceder o Estádio Municipal nas últimas semanas de fevereiro e nas últimas semanas de março, para fazermos aqui um torneio de preparação do Campeonato da Europa de Sub19 onde esperamos ser campeões em julho em Malta e depois o apuramento par o Campeonato da Europa de Sub17 onde também esperamos ser campeões depois na Polónia, salvo o erro. -----

Portanto, Viseu começa a estar na rota disto, e quando se falava de manhã, e permitam-me fazer aqui uma intervenção, quando se falava acerca do Estádio do Fontelo, e do contrato-programa que poderia ser estabelecido com o Académico, a Academia Distrital de Futebol está a servir também de base ao Académico de Viseu nalguns treinos, mas fizemos uma cláusula de salvaguarda que sempre que as Seleções Nacionais queiram vir a Viseu terão primazia e, portanto, deste modo ficam acauteladas por um lado as instalações, a utilização das instalações para as Seleções Distritais para o fim com que foram criadas e também dá azo a que se faça algum encaixe financeiro para a manutenção de uma estrutura daquelas que não é muito fácil. -----

Por outro lado também esse contrato-programa com o Académico, permitam-me aqui exprimir a minha opinião, poderia de alguma maneira agilizar aquilo que são os contratos de manutenção do relvado e era algum encargo de que a câmara se libertaria de alguma forma. -----

Mas, vamos ao orçamento que é isso que me traz aqui. -----

Dizer que um Orçamento é um documento previsional de curto prazo para o próximo ano, mas é também de médio/longo prazo em relação às GOPs. Não deve ser um colete de forças, deve ser algo que é uma linha orientadora, mas não deve balizar, não devemos seguir estritamente aquilo, temos que o adaptar aquilo que são as mudanças e aquilo que é a própria envolvente e nós vivemos num período extremamente conturbado, portanto, uma inflação a disparar como há muito não se via, taxas de juro a disparar, enfim, dificuldades que vêm aí para as famílias, e eu não queria de forma nenhuma ser pessimista mas o pior vai acontecer, e de alguma forma, apesar das dádivas que o governo de vez em quando se lembra de distribuir de uma forma absoluta e não de uma forma relativa, não minimiza minimamente isto, apesar da promessa de virem aí mais 240 euros para cada família, às vezes dado sem qualquer critério porque já se fala que há gente a receber que não tinha necessidade nenhuma de o receber e, portanto, isso às vezes desvirtua aquilo que se pretende com estas dádivas. Seria muito mais interessante fazer um acréscimo dos salários em função daquilo que é a perspetiva da taxa de inflação do que estarmos aqui a falar em termos absoluto. Mas, esta é a minha opinião, portanto, eu até já estou reformado embora tenha formação económica, já não estou muito vocacionado para fazer este tipo de análise. E, agora estou noutra área também. -----

Dizer-vos que, enfim, não combinei nada com o Senhor Presidente da Câmara. -----

Portanto, depois desta introdução inicial, não vou aqui debitar os valores, eles estão expressos nos quadros, portanto, este é um Orçamento em que a Câmara apresenta um valor de quase 109 milhões de euros, portanto, é muito semelhante ao da Federação Portuguesa de Futebol, os Serviços Municipalizados mais 26 milhões ou 27 milhões, portanto, o que totaliza um total consolidado na ordem dos 138 milhões de euros. -----

De qualquer maneira, ele foi feito, isto são opções, e são opções de gestão e quem as faz é o executivo, outros poderiam de alguma maneira fazer de forma diferente, mas são opções que foram tomadas quer do ponto de vista do curto prazo em relação ao ano de 2023 quer em relação às Grandes Opções do Plano que vão até aos próximos 5 anos. Portanto, o ano de 2023 vai ser um ano, enfim, muito mais difícil do que foi 2022 apesar de tudo. A guerra teima em não nos deixar, o preço da energia não sei para onde é que vai parar, o pão que é

uma coisa de que se fala muito hoje, vai disparar porque a farinha escasseia, porque o principal exportador de farinha para o mundo, a Ucrânia e todos nós sabemos o que é que se tem passado por lá, a energia dispara, o salário mínimo disparou, e, portanto, nesse sentido os custos vão disparar necessariamente, e isto é um bem essencial, e as Políticas Sociais que aqui estão vertidas no orçamento de alguma maneira estão para acautelar essas coisas que aí vêm, por que de facto, por mais medidas que nós tentemos implementar a nível nacional, é sempre a proximidade que vai acautelar aquilo que são as dificuldades dos cidadãos. Aconteceu assim na pandemia, e há-de acontecer assim sempre porque são as autarquias, as juntas de freguesia, as câmaras municipais que irão ter que lutar contra estas questões. -----

Portanto, a mim parece-me um orçamento equilibrado, espero que não aconteça nós termos que fazer aqui uma Revisão Orçamental a curto prazo, vamos ter necessariamente naquilo que diz respeito às obras públicas, portanto, às obras de maior dimensão, vamos ter revisões de preços necessariamente, porque ninguém dá orçamentos hoje a mais de que 30 ou 40 dias no máximo, portanto, vamos ter que lutar com isto, portanto, os materiais de construção estão sistematicamente a mudar o seu preço, a mudar o seu custo, portanto, ninguém pode fazer previsões a muito médio prazo, portanto, estas questões são fundamentais. Salvar aqui uma coisa que o Senhor Presidente já disse, que é no fundo a capitalização de Receitas Correntes. Portanto, de uma maneira geral aquilo que são as Receitas Correntes e que não são gastas em Despesas Correntes permite de alguma maneira, portanto, fazer a sua reflexão naquilo que são as despesas de investimento. Enfim, teria muito mais para dizer, de qualquer forma aquilo que me apraz aqui dizer, é que, é um Orçamento equilibrado e que deve ser aprovado por esta Assembleia. -----
Muito obrigado. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Pedro Gomes. -----

----- **TRINTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PEDRO ESTEVES GOMES (PS):** Boa tarde a todos. -----

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputado, Senhora e Senhores Presidente de Junta, Funcionários desta Casa, Público Comunicação Social, Senhores Jornalistas. -----

Orçamento e Grandes Opções do Plano. -----

Senhor Presidente: algumas coisas que lhe queria dizer, sobre esta matéria. Até já estava na dúvida se vinha aqui depois de falar o Professor José Alberto, que o país está mal, com um discurso até um pouco dramático e pessimista, está tudo mal, mas a única coisa que está bem é este orçamento, mas eu mesmo assim quero vir aqui fazer uma intervenção sobre esta matéria. -----

Gosto mais de vir aqui comentar estas matérias, quando estamos a analisar a execução. ---

Aí assim, nesse momento de discussão política, estamos a ver aquilo de facto que se fez e aquilo que não se fez. -----

Mas vamos a isso! -----

Sabemos bem o momento que vivemos. De incerteza, de cautela. Nestes momentos, obviamente pede-se prudência. Claro que sim. -----

No entanto, também se pede visão. -----

E se o orçamento serve para prever (é disso que se trata), também acaba por ser, como dizia um professor que eu tive há uns anos, também acaba por ser um “exercício de equilíbrios”. -----

Quais as opções tomadas? -----

Qual o plano? -----

Qual a capacidade de adaptação? -----
Quais as folgas para responder a cenários adversos? -----
Antes de mais, dizer que estamos perante um orçamento mais curto que o do ano anterior. Menos 10 milhões. Não me recordo da última vez em que isso aconteceu, porque de facto, tem vindo sempre a crescer, ano após ano, até agora. E isso tem que se assinalar. -----
De seguida, queria dizer que nos preocupamos, com algo que o Senhor Presidente fala muitas vezes, que é aquilo que o município gastou, nos últimos anos, para enfrentar os impactos da pandemia Covid 19. -----
Claro que nos preocupamos com isso. Preocupamo-nos com esses cerca de 4 milhões de euros. Preocupamo-nos com esse facto. -----
Mas também nos preocupamos, neste orçamento que nos apresenta, com a diminuição de transferências para as freguesias, em comparação com o ano passado. -----
Viseu vai receber mais cerca de 2,5 milhões do Orçamento de Estado. -----
E, no ano passado, eu disse aqui (aliás, não foi aqui, foi na Aula Magna do IPV), mas denunciei nesta Assembleia o facto dos Presidentes de Junta não terem sido ouvidos na preparação do orçamento. -----
Este ano, foram ouvidos, reconheço isso, mas fazemos as contas e os resultados são estes: -- menos 300 mil euros relativamente a 2022. -----
O Orçamento para 2023 destaca também 3 obras. 3 obras que representam mais de 35 milhões de euros: -----
- Centro de Artes e Espetáculos; -----
- Mercado Municipal; -----
- Centro Logístico de Paradinha. -----
Estamos no órgão fiscalizador da actividade da Câmara. Há perguntas que têm de ser feitas. -----
- Que estudos prévios foram feitos para a adequação destes investimentos? -----
- Se existem ou não projectos concretos e definidos? -----
- Quais são as finalidades objectivas destes 3 investimentos? -----
- Quais são as fontes de financiamento? -----
Já percebemos, e já falámos aqui durante a manhã sobre isso, já percebemos, que se deseja muito que a obra do mandato seja o Centro de Artes e Espectáculos. -----
Mas, não conhecemos o projecto. Não conhecemos ideias. -----
Pessoalmente, até lhe digo-lhe, sem comprometer a posição do PS sobre esse tema, eu próprio não tenho posição sobre isso. -----
Não tenho, nem posso ter. Não conheço nada sobre isso. -----
Nem sequer sei quais são as fontes de financiamento. -----
Nem sequer sei de que dimensão falamos. -----
Sei apenas uma coisa. Sei que o executivo que o Senhor Presidente lidera devia chegar a esta assembleia e apresentar o que pretende de facto, e como o pretende concretizar. -----
“Queremos isto. Temos estes objectivos. Temos este plano. Custa x. Vamos financiar com y.”
Era assim. Se não fosse pelo consenso, pela busca do consenso, era pelo menos pela transparência. -----
Porque, também não posso de deixar de dizer o seguinte, e perante a bancada do PSD neste mandato que tem praticamente os mesmos elementos, os mesmos Deputados do último mandato: -----
No último mandato, estavam disponíveis e subscreviam o projecto Viseu Arena. -----
Agora, estão certamente disponíveis para subscrever a Casa de Artes e Espetáculos, apesar de não terem dados nenhuns sobre o assunto. -----
Sobre o aeródromo, reparamos que o aeródromo começa a ficar esquecido. -----

Não está previsto investimento, não está prevista a sua expansão, quando sabemos que esta era uma aposta recente do concelho de Viseu. -----

É uma estrutura importante, com boas características, bem localizada, relevante para o turismo, relevante para o investimento, e, portanto, potenciadora de crescimento económico. -----

Turismo, Proteção Civil, Mobilidade, Energia, Desenvolvimento Económico. Tudo prioridades que estão neste orçamento, mas de forma incipiente. -----

Juventude. Um exemplo de uma prioridade ausente deste orçamento. -----

Não surpreende, mas de facto não está neste orçamento. Basta ir a sessões do Conselho Municipal de Juventude (onde tenho estado e onde tem estado também a Senhora Vereadora Mara Almeida) para percebermos as dificuldades que existem para por parte do município para responder às solicitações, aos anseios, às preocupações dos jovens viseenses. Não há programa e também tenho percebido que não há recursos nesta área. ---

Senhor Presidente, este é o seu primeiro orçamento. Como disse no ano passado, este é que iria ser o seu primeiro orçamento. Lamentamos, mas esperava-se mais. -----

Falta estratégia, falta visão. -----

E, não são só as prioridades, que seriam diferentes. -----

Não é só nas apostas, que o PS também faria diferente. -----

O Modelo de Gestão também seria diferente. -----

Onde vamos buscar? Onde vamos aplicar? -----

A começar pelos financiamentos. -----

Já falámos sobre isto de manhã, não nos revemos em actos de gestão como o recente empréstimo para manutenção de estradas e requalificação de um edifício (o edifício sede do SMAS Viseu). -----

Queremos as infraestruturas em condições? Claro que sim. -----

As estradas estão desgastadas, têm buracos? Obviamente que tem que se corrigir! -----

Os funcionários dos serviços públicos, municipais, merecem melhores condições para servirem também melhor os cidadãos do nosso município? Sem dúvida. -----

A questão não é essa: a questão é comprometer a capacidade de endividamento do município devido a intervenções desta natureza. -----

Na verdade, como falámos de manhã, é financiamento bancário para alcatrão! -----

Não faríamos assim e consideramos esse acto bastante questionável. -----

Mais ainda sobre isso: ainda me lembro, em 2018, quando aqui nesta Assembleia a bancada do PSD se vangloriava de não gastar 1 cêntimo no edifício sede do SMAS Viseu, porque tinha na manga um fundo ou um subfundo chamado IMOVIRIATO. Onde é que isso está esse fundo neste momento? Quando agora chegamos ao ponto de ter de pedir um empréstimo. -----

A propósito do orçamento do SMAS Viseu, e colocando a problemática da água em cima da mesa, apercebemo-nos também de alguma estagnação, com a inscrição de valores apenas para 2024 para a Barragem de Fagilde, para a reabilitação da ETA de Fagilde e da Maeira. -----

Mais ainda sobre isto: se o projecto da intermunicipal ficou em causa, como se encontra a alternativa das Águas do Douro e Paiva? -----

Senhor Presidente, -----

Para terminar. -----

Certamente que já não esperava a aprovação deste orçamento pela nossa bancada. -----

Aliás, aproveito para elogiar o trabalho de oposição credível e detalhado feito pelos Vereadores do PS há umas semanas, e nesta matéria, em especial, pelo Senhor Vereador Miguel Pipa. -----

Estes meus comentários, apesar de terem menos detalhe, devo dizer, servem para marcar a diferença, a nossa diferença e justificar o nosso voto contra. -----
Como disse, outras prioridades, outro Modelo de Gestão. -----
Uma visão de futuro, com estratégia e capaz de fazer algumas coisas: -----
Capaz de identificar os desafios e as oportunidades de uma Cidade como Viseu no século XXI; -----
capaz de assinalar a posição de Viseu na região; -----
capaz de captar investimento e mostrar pujança económica; -----
capaz de atrair pessoas e mostrar o seu plano para integrar os novos viseenses que são cada vez mais; -----
capaz de falar de evolução tecnológica e actuar; -----
capaz de falar da questão ambiental e também actuar. -----
E, portanto, Senhor Presidente, o Senhor Presidente tem autoridade e tem prestígio. -----
O que falta a este executivo é fazer-nos ver novos caminhos a partir de agora. -----
A tranquilidade com que tomamos esta posição, é a mesma tranquilidade com que nos apercebemos, dia após dia, que há cada vez mais gente a pensar como nós. -----
E isso é cada vez mais evidente, e isso é cada vez mais relevante. -----
Obrigado. -----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----
----- TRINTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE): Boa tarde a todos. Reitero os cumprimentos. -----
Pensamos que um Orçamento é muito mais do que um conjunto de números. Nesta época específica de crise não nos revemos de facto neste Plano. Falamos da importância do reforço da habitação pública tanto no número de fogos disponibilizados, seja para arrendamentos a preços controlados, seja para fazer frente à especulação que aumentou os preços em Viseu de uma forma completamente arrebatadora. -----
Falamos de transportes, cultura, economia circular. Por exemplo, usando as cantinas escolares para o escoamento dos produtos hortícolas locais, falamos da adaptação de parques infantis para crianças com diversidade funcional, falamos de projetos de mediação cultural, para um trabalho contínuo de construção de um município integrador da sua multiculturalidade, falamos da tarifa automática da água que tantas vezes aqui já referimos. Isto tudo não nos parece explícito neste Plano. -----
Obrigada. -----
----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Mais algum Senhor Deputado quer usar da palavra? Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----
----- TRINTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Poucos comentários, aliás, é uma apreciação que eu já conhecia e de facto lamento esta apreciação pela falta de argumentos. Isto dizer: Falta, falta, falta, ainda por cima, com digamos, os argumentos que foram aqui invocados, eu já sabia porque o ouvi na câmara, de que obras, é a primeira vez de facto que ouvi esta expressão de alguém que eu achava minimamente preparado, que obras como uma estrada ou como um edifício, são obras conjunturais. Mas, isso, a gente anda sempre a aprender, isto é, nós fazemos edifícios todos os anos, a casa de cada um é uma obra conjuntural, a estrada, o próximo IP3, aquela que não se faz, também vai ser uma obra conjuntural, vai-se fazer... aliás, não se faz de facto, mas vai-se fazer agora, e para o ano, isto de facto é uma conceção... eu de facto sou um economista há muito tempo afastado de funções, mas, para mim é uma novidade. Dizerem que aquilo que vem no pedido de empréstimo que são para obras conjunturais e que estamos inclusivamente a ameaçar o futuro, sinceramente é a

primeira vez que o ouço. Acho até que é de uma ignorância a toda a prova. Como é que é possível que não se considere... então, se os nossos antepassados tivessem a mesma conceção não estávamos aqui neste edifício. Quando fizeram este edifício, foi uma obra conjuntural. Vejam lá! Foi feita naquele ano e arrasou-se. Isto é de facto de um desconhecimento impressionante. -----

Mas, vamos digamos, detalhar se calhar mais algumas coisas. Esta questão de a câmara recebe mais da Administração Central, a câmara recebe o que a legislação propõe. Não é a Administração que dá nada à câmara, é bom que saibamos isto. A câmara tem uma Lei de Finanças Locais, e é a mesma legitimidade que tem no Orçamento de Estado. O Estado, e ainda por cima aquele Estado a que chegámos dá mais 2 milhões à câmara e, portanto, a câmara tem que dar mais. Esse Estado que é a outra face da moeda cumpriu a Lei das Finanças Locais em relação à câmara e tem que a cumprir em relação às juntas de freguesia. É o mesmo Diploma Orçamental. Então o que os senhores nos estão a dizer é: agora os meus amigos receberam mais 2 milhões, não os deram às juntas de freguesia? Já agora deixem-me dizer uma coisa, que também é perfeita ignorância. Eu fiz uma reunião com todos os Senhores Presidentes de Junta, incluindo com os vossos, mas têm que levar isto muito a sério, incluindo com os vossos, e pedi que cada um que nos desse as obras importantes, que eu tenho guardadas. Portanto, dizer que eventualmente este Orçamento... desafio quem quer que seja, que diga que este orçamento tem menos dinheiro para as juntas de freguesia do que o anterior, até porque, os Senhores Presidentes de Junta, todos eles, incluindo os do Partido Socialista sabem, não sei se ainda estão interessados, depois desta posição, em reunir comigo no final do 1º trimestre. E, sabem qual foi a mensagem que lhes deixei, portanto, vamos ver se a gente acerta as contas, porque há uma coisa que eu não faço Senhores Deputados, há uma coisa que eu não faço, as pessoas têm que se responsabilizar pela votação, era de todo em todo inédito que eu estivesse a pedir um empréstimo para uma estrada numa junta de freguesia e as pessoas em causa votarem contra? Isso é que eu não admito. Isso é pura hipocrisia. Nós estamos aqui de facto, a distribuir os sacrifícios por as gerações futuras, mas têm que se responsabilizar por isso. Portanto, que fique bem claro, eu não brinco com estas coisas do orçamento. Portanto, é muito bom que tenhamos agora em relação digamos, aquilo que ... querem conhecer o projeto do Centro das Artes? Bem, tem andado distraído. Ele ficou na câmara quando e saí. Foi o mesmo projeto que eu fui buscar para recuperar. Então, não o conheciam? Então, debateram-no aqui tanta vez. Não conhecem este projeto? A Senhora Vereadora chegou há pouco tempo e já sabe qual é o projeto, é o mesmo que lá estava. Porque é que não sabem qual é o projeto do Centro de Artes? Bem, então é mesmo porque não estão interessados nisso. -----

Depois sobre o Aeródromo, bem, parece que o investimento particular não tem importância nenhuma. Pois é isso que estamos a ir buscar, é investidores particulares. No Aeródromo já investimos numa primeira fase aquilo que achámos conveniente e possível. - Os senhores acham que o orçamento que é elástico para permitir um Aeródromo sem os particulares se envolverem? Isto não é possível, só quem digamos, não tenha a noção do que é a gestão municipal é que acha que é possível arranjar um Aeródromo que a Câmara de Viseu pagaria na íntegra sem nenhuma receita. -----

Depois, o orçamento é a primeira vez que não cresce? Não há nenhum problema nisto. Eu se quisesse punha a crescer o orçamento. Bem, depois de ouvir aquilo que ouvi dizer, que o orçamento era um documento previsional, e agora que ele não cresce, qual é o problema disso? Ele cresce, como disse há bocadinho, é quando formos ver a execução, nisso é que se vê! O que é que me interessa, a não ser que eu faça uma coisa que já vi aí num passado recente, que é a história da gargantilha. É o Ministro das Finanças, aliás, bem-sucedido, tão bem-sucedido que deu um grande pulo, que dava o dinheiro e depois fazia-lhe as

cativações. É isso que querem? Isso a gente também sabe fazer. Quer dizer, os senhores atribuíam 500 e depois cativavam logo 250, era isso? Nós também sabemos fazer isso, mas, não me ponham nessa posição que eu não quero. Hei-de fazer o orçamento da maneira que eu o sei gerir e da maneira que aprendi a gerir. -----

Depois, uma outra coisa que eu achei piada, porque falta informação, falta tudo. Nós no orçamento pelos vistos havia de vir a informação toda da câmara. Falta? O que é que falta? Falta a história de quê? O que é que cá falta no orçamento que não seja obrigatório no orçamento? Nós poderíamos pôr aqui tudo, o plano do armazém de Paradinha, o projeto do não sei quantos, vinha tudo, para aqui? Então, mas o que é isto? A seu tempo se verá! Quando trouxermos aqui esse projeto façam o favor de o discutir amplamente. ---

Bem, eu espero que não tenha, já agora deixem-me dizer uma outra coisa que me parece importante. Eu espero não ter que fazer grandes alterações ao orçamento, mas não tenho nada essa ideia fixa, aliás, os senhores têm muito essa ideia, acham até que o orçamento é bom se não tiver que fazer revisões. Era o que faltava! Isto de não ter a ideia de que o orçamento se deve adaptar, é mesmo de quem não conhece a evolução da Sociedade, ainda por cima numa situação como esta que temos atípica. Então, acertamos um documento e a conjuntura internacional ele está certinho? Se assim fosse, por amor de Deus, se assim fosse não era preciso Conta de Gerência, para quê? Se o orçamento fosse certinho para que é que havíamos deter este orçamento previsional? O orçamento é assim porque o havemos de adaptar, havemos de ver se ele se cumpriu ou não. Nós queremos que ele seja o mais rigoroso possível, mas não vem nenhum mal ao mundo que não seja aquilo, aliás, um dos exercícios mais importantes que eu faço, contanto aqui trazer, é uma coisa que eu aprendi logo ali com o Dr. José Alberto nos primeiros anos da Faculdade. A Análise dos Desvios, que hei-de trazer aqui. Se por acaso aquilo que está no orçamento não se cumprir eu tenho que vir aqui e dizer, não se cumpriu por isto ou por aquilo ou porque não tive capacidade. Agora, analisados os desvios está o orçamento respondido. -----

Já agora, uma nota, custa-me um bocado dizer isto mas também, não deixo passar em claro. Eu já sabia que o Partido Socialista para ser coerente que votam contra, mas também vou ser coerente. Agora, também não estranhei nada a posição da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Têm esta característica Senhora Deputada, mas eu dou-lhe os parabéns por isso. Os senhores sabem sempre como é que se faz. Os portugueses não lhe entregaram nem uma câmara. Os senhores sabem fazer isto, aquilo, aquilo e aquilo, quando foi para lhe entregar uma câmara os portugueses disseram-lhe assim: vocês não têm que ter nenhuma câmara que não a sabem gerir, aliás, a primeira que lhe entregaram tiraram-lha logo a seguir e, portanto, está, digamos, demonstrado qual é a confiança que os portugueses têm no Bloco de Esquerda, o que me levava até a pensar o seguinte: se fizer ao contrário do que faz o Bloco de Esquerda estou no bom caminho. -----

É tudo Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação. -----

PONTO DOIS (2) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2023. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Foi aprovado com ... Deputada Celina, é só a dúvida na Deputada Celina. Votou contra ou a favor? -----

- A Senhora Deputada Celina Lourenço Martins Ferreira responde: abstenção. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Ah! Não vimos a abstenção. Está bem. ok. -----

Por isso, foi aprovado com dez (10) votos contra e uma (1) abstenção. (Anexo 2 – Registo

nominal das votações, páginas 487/488).-----

Então vamos proceder à votação do PONTO TRÊS (3) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU PARA 2022 - 3.^a REVISÃO ORÇAMENTAL (ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA). Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota contra? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 489/490). -----

Passaríamos ao PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2021 – ADITAMENTO. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Nem desliguei há bocadinho os microfones, também foi rápido, já ficaram prontos. -----

Este é para acomodar o subsidio de penosidade e salubridade dos Serviços Municipalizados. De facto, nós fizemo-lo, o executivo anterior deixou por razões que naturalmente compreendemos, o exercício por pagar aos funcionários que tinham direito ao subsidio de penosidade. No ano passado nós repusemos a situação, tivemos dúvidas em relação ao primeiro, mandámos ver, a situação foi ultrapassada e, portanto, é apenas para acomodar este pagamento aos funcionários que têm direito ao subsidio e que não receberam no primeiro ano em que isto ocorreu. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra iremos proceder à votação. -----

PONTO QUATRO (4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU PARA O ANO DE 2021 – ADITAMENTO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 491/492). -----

Propunha agora à Assembleia que os PONTOS CINCO (5), SEIS (6), SETE (7), OITO (8), NOVE (9) E DEZ (10), e se o Senhor Presidente da Câmara concordar, do PONTO CINCO (5) ao PONTO (10), atendendo que se referem e que dizem respeito, à fiscalidade municipal, fossem discutidos em conjunto e votados separadamente. Do PONTO CINCO (5) ao PONTO (10). Todos são da fiscalidade municipal, por isso, se concordarem. Todos concordam? Ninguém se opõe? O Senhor Presidente da Câmara também está de acordo? Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Estou de acordo Senhor Presidente, naturalmente. -----

Fiz até prevendo, uma coisa assim, um quadro resumo para dizer aquilo que na minha perspectiva é mais importante sobre os impostos, e o resumo é este Senhor Presidente: -----

A Taxa de IMI no mínimo o que permite devolver aos cidadãos 6.889.561 euros. -----

No IMI Familiar aplica-se uma redução para famílias com 2 ou 3 elementos o que permite devolver aos cidadãos 164.650 euros. -----

A Derrama para Micro e PME's tem um desconto de 99,99%. Não se atingiu o total exatamente por uma questão digamos, de ordem prática. São 170.000 euros que permite devolver aos empresários. -----

Depois a Participação no IRS, O Município de Viseu aplica 4%, como é sabido, em vez dos 5%. Isto dá uma devolução aos cidadãos de 1.243.248 euros. -----

O IMI no Centro Histórico, a redução é de 130.000 euros. -----

Eu gostava depois de ver uma explicação, nomeadamente da bancada do Partido Socialista, porque é que o governo acabou com a redução do IMI no Centro Histórico. -----

A Câmara vem propor isto... bem, os senhores há pouco tempo, há uma semana ou há duas semanas passadas acabaram com isso, nem sei agora como é que vamos fazer isto. ---- Portanto, era bom também termos aqui uma explicação. -----
Senhor Presidente Senhores Deputados, o que gostaria de enfatizar aqui, porque acho extremamente importante e nem sempre passamos isto aos nossos concidadãos, a redução que a câmara faz da sua fiscalidade para devolver aos cidadãos, são: (eu vou dizer duas vezes para não haver enganos) oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros (8 597 459,00 €) é isto por decisão da Câmara de Viseu o que devolve aos cidadãos, isto é, se por acaso a câmara pusesse as taxas como a legislação prevê recebia no seu orçamento mais oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros (8 597 459,00 €), portanto, se há alguma câmara que adota uma fiscalidade amiga dos cidadãos é esta, e, portanto, nem sequer estou para retirar para mim os louros porque ela veio do passado quando tive responsabilidades, continuou quando deixei de ter e agora volto a ter responsabilidades exatamente com a mesma perspetiva. Oito milhões, quinhentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e nove euros (8 597 459,00 €), é quanto a câmara abdica da sua fiscalidade para dar aos cidadãos. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

---- TRINTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE): É relativamente ao PONTO CINCO (5) e SEIS (6). -----

Consideramos que aplicação desta taxa torna-se de algum modo injusta, uma vez que coloca na mesma balança quem tem apenas a sua habitação (onde mora) e esses sim deveriam ter taxa mínima, mas também todos os outros, os grandes proprietários que vivem de rendas e lucros e não exclusivamente do seu trabalho. -----

No PONTO SEIS (6) queremos referir que votamos a favor desta proposta unicamente por se tratar do desconto de um valor fixo e não percentual, porque o fato de uma família ter muitos filhos não quer dizer que passe por dificuldades financeiras. Vamos exagerar a situação; imaginemos que o Sr. Elon Musk vive em Viseu e tem 5 dependentes, sendo ele abrangido por este imposto terá um desconto de 70 euros. No entanto, temos o caso do Sr. Manuel que tem 1 filho a caminho da universidade e apenas recebe o salário mínimo. Sem dúvida que necessitamos todos de rever esta posição, embora nós votamos a favor. -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Há mais alguma intervenção? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos proceder à votação. -----

PONTO CINCO (5) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 493/494).

PONTO SEIS (6) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 495/496).

PONTO SETE (7) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DERRAMA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 7 – Registo nominal das votações, páginas 497/498).

PONTO OITO (8) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 8 – Registo nominal das votações, páginas 499/500). ----

PONTO NOVE (9) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO

I.R.S. - LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado com dez (10) votos contra. (Anexo 9 – Registo nominal das votações, páginas 501/502). -----

PONTO DEZ (10) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO - ALTERAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade. (Anexo 10 – Registo nominal das votações, páginas 503/504). -----

PONTO ONZE (11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS - DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS FINANCEIROS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2023 (ARTIGO 5.º 6.º E 7.º). -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- QUARENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito obrigado Senhor Presidente. Mas, nada mais do que aquilo que está proposto nos documentos. É um número de 7.954 euros, e, portanto, está perfeitamente definido, e é isto Senhor Presidente nada mais. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? Não havendo nenhum pedido de intervenção iremos proceder à votação. -----

Por isso, PONTO ONZE (11) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESCENTRALIZAÇÃO, TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS - DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E RECURSOS FINANCEIROS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2023 (ARTIGO 5.º 6.º E 7.º). Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade. (Anexo 11 – Registo nominal das votações, páginas 505/506). -----

PONTO DOZE (12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCESSO DE REVERSÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA FARMINHÃO E TORREDEITA - PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO E TRANSITÓRIO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Também não vou acrescentar muito. Trata-se de facto de emitir Parecer sobre o Procedimento Simplificado e nós propomos a missão de Parecer Favorável naturalmente de acordo com aquilo que são os anseios da União de Freguesias e das freguesias que a compõem. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Eu ia só alertar que de manhã já foi distribuído por todos os Senhores Deputados... foi detetado um lapso de escrita no texto da Deliberação da Câmara no que concerne à data do ofício da União de Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita, ou seja, onde consta a data de 11 de novembro deveria constar 17 de novembro, o que foi retificado, tendo sido remetido hoje pela Câmara novo documento corrigido o qual foi por todos distribuído. -----

Por isso, em relação a isto, alguém tem alguma questão? -----

Então, tema a palavra o Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Boa Aldeia Farminhão e Torredeita. -----

----- QUARENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA MANUEL JORGE NUNES (PPD/PSD): Ora então boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa Assembleia e a restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, todas e todos os Vereadores, os meus colegas Presidentes de Junta, restantes Membros da Assembleia, Comunicação Social e Trabalhadores desta Casa. -----

No dia 16 do passado mês, teve lugar uma Assembleia de Freguesia Extraordinária da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita onde, foi aprovada por unanimidade, a proposta de desagregação desta União. Seguem-se agora os devidos procedimentos legais, cabendo a decisão final à Assembleia da República. -----

Permitam-me que na qualidade de Presidente de Junta da União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, reitere que a desagregação desta União é incontestavelmente uma vontade manifestada pela população. -----

Assim, apelamos mais uma vez ao aval que necessitamos favorável da proposta do processo de reversão desta União de Freguesias do procedimento simplificado e transitório em prol da vontade da população, a vontade mais soberana. -----

Obrigado a todos! -----

---- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Algum dos Senhores Deputados quer intervir? -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção iria colocar à votação. -----

Por isso, PONTO DOZE (12) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROCESSO DE REVERSÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BOA ALDEIA FARMINHÃO E TORREDEITA - PROCEDIMENTO SIMPLIFICADO E TRANSITÓRIO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, foi aprovado com quatro (4) abstenções. Eu pedia se não se importam, as abstenções só para retificar está bem? Quatro (4) ok. Por isso, *foi aprovado com quatro (4) abstenções.* (Anexo 12 – Registo nominal das votações, páginas 507/508). -----

Passaríamos ao PONTO TREZE (13) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. / MUNICÍPIO DE VISEU – INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO NACIONAL, DO TROÇO DE ESTRADA MUNICIPAL SOBREPOSTO PELA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN 229 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89 SÃO, RESPETIVAMENTE: 24.191; 115.462 E 24.302; 111.924). -----

Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

---- QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Obrigado Senhor Presidente. Também muito rapidamente, trata-se da questão das acessibilidades ao Parque Industrial do Mundão através da construção da ligação como é sabido ao IP5. -- Portanto, considerou-se que a melhor solução técnica e financeira para melhoria daquela rede rodoviária que serve a Área Industrial do Mundão, seria que as Infraestruturas de Portugal fossem donas da obra e, portanto, executando a Variante à EN229, entre o Nó do ex-IP5 e a rotunda do Parque Empresarial do Mundão, que vai sobrepor-se, em parte, à Estrada Municipal existente que é a Estrada Municipal nº 1351. -----

É exatamente por utilizarem este património municipal e também algum património privado, que no caso do património privado há que fazer algumas expropriações, no caso do património público que é municipal há que fazer mutações dominiais e, portanto, é disso que se trata. Portanto, é necessário que o município ceda algumas parcelas de que é proprietário e é necessário depois que se façam as expropriações aos proprietários. Queria deixar só aqui uma pequena nota, mas que acho de extrema importância e também de alguma injustiça. Eu tenho sido abordado, e às vezes até de forma indireta na comunicação social por um proprietário que se sente lesado por causa da Declaração de Impacto Ambiental dizendo que, sendo ela positiva, aquilo que ele não queria, que lhe damos cabo de um terreno. Eu queria dizer que não é nada connosco. O proprietário bem pode achar que encontra na câmara e no presidente uma forma de pressão, mas nós não temos nada a ver com isso, a obra não é nossa, a Declaração de Impacto Ambiental como é sabido não é proferida pela câmara e, portanto, só tem que centrar as reivindicações junto das Estradas de Portugal, das Infraestruturas e reclamar. Agora, a câmara não pode fazer

nada, a câmara não profere Declarações de Impacto Ambiental senão tínhamos o problema resolvido numa série de questões nomeadamente a tal circular de Santa Comba Dão, dávamo-la sem impacto ambiental, mas portanto, só para dizer que nós esperamos que esta obra que é fundamental, também tal como as outras, está a derrapar em termos temporais, toda a gente vê, já foram anunciadas uma série de vezes datas para o seu início, ainda não vemos nada, mas esperamos que ela se faça, de qualquer das maneiras é uma obra que nos agrada sobremaneira. Vai requalificar de uma vez por todas o acesso ao nordeste do território, ao nordeste do distrito, concelhos que têm uma única via para chegar a Viseu, naquela famigerada estrada do Sátão com os estrangulamentos que são conhecidos. Pensamos que com a obra completa, mas é preciso que ela se inicie e que se conclua, dará uma resposta, seguramente uma resposta não cabal, mas uma resposta satisfatória a esse grande fluxo que vem dos concelhos, sei lá, do Sátão, de Aguiar da Beira, de Penedono, de Sernancelhe, de todos esses concelhos do Nordeste, digamos, vêm por aqui para virem para o distrito. -----

De maneira que, é isto Senhor Presidente. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **QUARENTA E QUATRO – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** A propósito do PONTO TREZE (13) a proposta em vigor de posicionamento de uma variante da IP5 para EN229/Parque Empresarial de Mundão atravessa a zona de Vale de Fachas em Rio de Loba, mais concretamente o espaço de Reserva Ecológica Nacional (REN) e não respeita o perímetro de proteção dos aquíferos. -- Esta variante passará sobre a captação de água que alimenta a população de Rio de Loba, uma das maiores freguesias do concelho de Viseu. -----

Recordamos que Viseu foi dos concelhos mais afetados pela seca em 2017. -----

Mas nenhum destes pontos nos parece ter relevância para a Infraestruturas de Portugal, pelo que se justifica o nosso voto contra. -----

Será necessário então, ter em vista estes fatores de modo a solucionar melhor a situação. -- Obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo mais nenhum pedido, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Apenas para reforçar aquilo que eu achava, aliás, estava aqui a brincar com a Senhora Deputada, apenas a brincar, a dizer que o dedo espanhol que me aconselhava isso. Eu já sabia que isso vinha aqui, tal foi as voltas que deu. Bem, querem acusar cá este rapaz, mas eu não tenho culpa nenhuma, eu quando muito me disponibilizo, fica já aqui a disponibilização no Órgão mais amplo do Concelho, que se os proprietários, as forças vivas locais quiserem ir comigo a Lisboa eu também me ponho na manifestação à frente da APA a dizer: vejam lá, tenham lá cuidado com as Declarações de Impacto Ambiental porque parece que ela não se prevê. Há uma coisa que eu gostaria de dizer, não atirem as culpas para a câmara. A Senhora Deputada está a dizer, vamos lá. O que é facto é que estamos a fazer uma votação e a votação não é contra o... é contra a câmara. A senhora quando diz que vota contra, vota contra esta posição da câmara que apenas quer transferir e mudar, digamos, património e fazer uma estrada. Mas, pronto, eu quis foi deixar este esclarecimento porque eu já vi que há uma vontade legítima naturalmente, a vontade de um proprietário legítima em defender os seus interesses, não pode é acertar no alvo errado. Nós não produzimos Declarações de Impacto Ambiental e, portanto, estamos aqui numa situação passiva também. Nem sequer a obra é nossa! Portanto, a obra é das Infraestruturas de

Portugal, e, portanto, tem que ser junto das Infraestruturas de Portugal que se diga: os senhores fizeram uma grande asneira em fazer a Declaração de Impacto Ambiental positiva, aliás, como nós lhes dissemos em relação às Termas de Santa Comba, mas, só para dizer que a Câmara aqui é um sujeito passivo desta situação. Fez a reclamação em devido tempo, mas não tem que fazer mais nada porque nem sequer é dona da obra. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação do PUNTO TREZE (13) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE MUTAÇÃO DOMINIAL – INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. / MUNICÍPIO DE VISEU – INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO RODOVIÁRIO NACIONAL, DO TROÇO DE ESTRADA MUNICIPAL SOBREPOSTO PELA CONSTRUÇÃO DA VARIANTE À EN 229 (CUJAS COORDENADAS, NO SISTEMA ETRS89 SÃO, RESPECTIVAMENTE: 24.191; 115.462 E 24.302; 111.924). -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra* (**Anexo 13 – Registo nominal das votações, páginas 509/510**). -----

Propunha que o PUNTO CATORZE (14) e o PUNTO QUINZE (15) que no fundo dizem respeito a problemas da Área da Educação, fossem analisados em conjunto e votados separadamente. Alguém se opõe? Tem a palavra então para os PONTOS CATORZE (14) e QUINZE (15) o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente. Rapidamente para dizer que, são de facto contratos em termos da Delegação de Competências na Área da Educação, e que visam: -----

Edificado e Investimento; -----

Funcionamento dos Edifícios Escolares; -----

Apoios e Complementos Educativos; -----

Escola a Tempo Inteiro; -----

Recursos Humanos; -----

Financiamento. -----

No primeiro caso diz respeito: -----

Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique; -----

Agrupamento de Escolas de Mundão; -----

Agrupamento de Escolas Viseu Norte; -----

Agrupamento de Escolas do Viso; -----

Agrupamento de Escolas Grão Vasco; -----

Escola Secundária de Alves Martins; -----

Escola Secundária Emídio Navarro; -----

Escola Secundária de Viriato; -----

E, estamos a falar de um investimento total desta transferência de 146.954,00 euros. -----

No que diz respeito ao segundo, já que o Senhor Presidente tratou isto em conjunto é a mesma coisa. -----

Falo do: -----

Agrupamento de Escolas Infante D. Henrique; -----

Agrupamento de Escolas de Mundão; -----

Agrupamento de Escolas Viseu Norte; -----

Agrupamento de Escolas do Viso; -----

Agrupamento de Escolas Grão Vasco; -----

Escola Secundária de Alves Martins; -----

Escola Secundária Emídio Navarro; -----

Escola Secundária de Viriato; -----

Neste caso é um investimento de 213.264,00 euros. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente.

Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Tem a palavra a Deputada Lúcia Vilhena. -----

----- **QUARENTA E SETE – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA MARIA DE ABREU VILHENA (BE):** olá outra vez. -----

A lei que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, mereceu o voto contra do Bloco de Esquerda, uma vez que defendemos o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para o executar, estando subjacente a este princípio a democraticidade e, como tal que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. -----

No entanto, considera-se que a descentralização, nos moldes em que tem vindo a ser aplicada, viola o próprio princípio constitucional agravando as assimetrias regionais. -----

O que está a ser promovido não é uma descentralização. É uma municipalização de um conjunto de competências do Estado Central, que ameaça agravar a universalidade e igualdade no acesso das populações aos serviços prestados, ao mesmo tempo que promove uma total desresponsabilização do Estado e funções essenciais e estruturais como a Educação. -----

Também já alertámos para outro problema, inclusivamente nesta Assembleia, que se prende com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito, e para a possibilidade da existência de conflitos de competências, nomeadamente no domínio da gestão de pessoal auxiliar. -----

Acresce ainda que nos preocupa que, a municipalização destas competências do estado poderão abrir caminho ao agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os municípios em repartições administrativas de políticas nacionais. -----

Por todos estes motivos, e uma vez mais, em matérias relacionadas com este processo de transferências de competências, só podemos votar contra. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. -----
Tem a palavra o Deputado Gonçalo Ginestal. -----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO AMÂNDIO GINESTAL MACHADO MONTEIRO ALBUQUERQUE (PS):** Senhor Presidente reitero os cumprimentos a todos os presentes. -----

Quanto ao PONTO CATORZE (14) e PONTO QUINZE (15), é para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista os irá votar favoravelmente porque são dois pontos que decorrem naturalmente da Lei e da Descentralização de Competências na Área da Educação. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Não há mais alguma intervenção. Iremos então proceder à votação. -----

-PONTO CATORZE VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - RATIFICAÇÃO. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com um (1) voto contra* (**Anexo 14 – Registo nominal das votações, páginas 511/512**). -----

PONTO QUINZE (15) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICIPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - ADENDAS - RATIFICAÇÃO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra* (**Anexo 15 – Registo nominal das votações, páginas 513/514**). -----

PONTO DEZASSEIS APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE PERTENÇAM A FAMÍLIAS NUMEROSAS E CARENCIADAS – ALTERAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **QUARENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** uma pequena nota Senhor Presidente, para dizer que se trata de um estudo ou de uma decisão que foi tomada em 2015, a câmara não a alterou, o que achamos conveniente é que de 3 em 3 anos se façam digamos, alterações até atendendo a que o número de candidatos tem vindo a aumentar em cada ano. Portanto, tornou-se necessário adaptar o regulamento. -----
É apenas isto. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva. -----

----- **CINQUENTA – A SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Mais uma vez muito boa tarde. -----

Cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, respetivos Senhores Vereadores e todos os presentes. -----

Naturalmente que o Partido Socialista vai votar a favor desta proposta porque também entendemos que a democratização do acesso ao Ensino Superior é fundamental para a nossa sociedade, e, portanto, tudo o que seja para permitir que os nossos alunos, os nossos jovens possam frequentar o Ensino Superior, nós subscrevemos inteiramente, até porque, a nível do governo também não podemos esquecer os apoios que têm sido dados, e que mesmo agora em debate do Orçamento de Estado ficaram consignados no debate do Orçamento de Estado precisamente, relativamente à atribuição de Bolsas de Estudo aos alunos que, nomeadamente que recebem até ao terceiro escalão do abono de família, depois além dessa atribuição automática, também para esses alunos o alargamento da atribuição de Bolsas + Superior num valor de 1.700 euros anuais, também são abrangidos os alunos que se enquadrem no abono de família do 1º, 2º e 3º escalão, também um complemento no valor de 250 euros anuais para apoiar as deslocações dos alunos bolseiros, aqueles que têm que sair de suas casas para ir estudar fora, e também, não podemos aqui deixar de referir aqueles alunos que estão em Mestrado, trabalhadores estudantes, mas também são abrangidos pela medida de apoio à propina. E outra questão muito importante, e na sequência da pandemia, esta situação ficou mais desperta para todos nós, tem a ver com a Saúde Mental, que é um problema grande, um problema que atinge também os nossos jovens do Ensino Superior, há um programa de apoio à Saúde Mental em articulação com o Ministério da Saúde no valor de 7 milhões de euros. -----

Portanto, assim sendo, uma vez que o Poder Central, o Governo, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Ensino Superior também têm abertura para estas situações, também subscrevemos inteiramente todo o apoio que o Poder Local possa dar. Muito obrigada. ----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Mais algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de intervenção iríamos proceder à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR QUE PERTENÇAM A FAMÍLIAS NUMEROSAS E CARENCIADAS – ALTERAÇÃO - RATIFICAÇÃO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (Anexo 16 – Registo nominal das votações, páginas 515/516). -----

PONTO DEZASSETE (17) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO - VISEU NOVO, SRU – CONTRATO-PROGRAMA. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----
CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente para não acrescentar muito mais do que está aí, mas para referir que na nossa opinião, nós que tivemos a oportunidade de instalar esta SRU, foi a terceira SRU do país logo a seguir a Lisboa e Porto. Achamos que é uma realidade cada vez com mais necessidade de existir e, portanto, estamos muito satisfeitos com o trabalho executado, e contamos com ela para a reabilitação urbana como é dito e, portanto, este funcionamento justifica-se por demais e, portanto, é apenas esta nota de dizer que estamos satisfeitos com a nossa Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra íamos então proceder à votação. -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO - VISEU NOVO, SRU – CONTRATO-PROGRAMA. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade. (Anexo 17 – Registo nominal das votações, páginas 517/518). -----

PONTO DEZOITO (18) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU - NÚCLEOS HISTÓRICOS E FONTELO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara -----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente também estava à espera que juntasse este ponto com os seguintes, porque têm a ver com a aprovação de propostas de delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana. Foi por aquilo que disse há bocadinho, esta é uma ferramenta que a SRU utiliza e utiliza bem, e estamos neste momento a alargá-la o mais possível. Eu deixava só aqui uma nota que é extremamente fundamental. É a primeira vez, por sugestão que acolhemos com grande entusiasmo que a delimitação das áreas de Reabilitação Urbana se estenda às freguesias rurais, e com este critério estamos a fazer sempre que possível duas freguesias de cada vez, uma do Norte e outra do Sul e depois uma do Este e outra do Oeste os mais afastados da área urbana e depois faremos isso até chegar ao núcleo urbano. Será esta uma ferramenta bastante importante se queremos ter a veicidade de reabilitar, eu não diria totalmente, mas de reabilitar, eu não diria totalmente, mas reabilitar os nossos núcleos urbanos nomeadamente nas nossas freguesias rurais que de facto, se não forem atitudes como esta, só pela via da compra e da reabilitação não é possível fazer. Achamos que este trabalho é fundamental, até porque traz bastantes benefícios para quem trate do seu património, penso que pode ser um aliciante para dar alguma inversão na recuperação dos nossos centros urbanos, sobretudo de freguesia. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Em relação a este PONTO DEZOITO (18) há alguma intervenção? -----

O Senhor Deputado João Paulo Rebelo intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito. -----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: pronto. Uma coisa é a alteração e eu tentei dividir, uma coisa era a alteração e outra coisa era situações novas. --- Mas, de qualquer maneira... o PONTO DEZOITO (18) a discussão já...-----

Em relação ao PONTO DEZOITO (18) à votação: -----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VISEU - NÚCLEOS HISTÓRICOS E FONTELO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por unanimidade. (Anexo 18 – Registo nominal das votações, páginas 519/520). -----

Agora propunha do PONTO DEZANOVE (19) ao PONTO VINTE E DOIS (22). Se todos

concordassem fazíamos a discussão em conjunto e a votação separada. -----
Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no fundo, já fez a intervenção sobre estes Pontos. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Coutos de Viseu. -----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):**

Senhor Presidente da Mesa muito boa tarde, Senhoras Secretárias, Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social presente. -----

Relativamente a este Ponto queria apenas dizer o seguinte: -----

Congratular-me em primeiro lugar pela delimitação destas ARUs nas nossas aldeias, nas nossas freguesias, num espaço mais rural. Acredito que não é por aqui que vamos combater a desertificação, mas é uma ferramenta muito importante. Quando se facilita a reconstrução dos centros das nossa aldeias com esta ferramenta em que há aqui uma política de fiscalidade, uma facilidade no licenciamento, enfim, quando se reabilitam as nossas casas, os nossos centros urbanos, acredito que isso possa contribuir também para a fixação de pessoas e necessariamente há-de ajudar a combater a desertificação, daí os meus parabéns ao executivo por estar com esta atividade em mão. Já umas foram, outras irão ser. Uma palavra de agradecimento também ao Senhor Administrador da SRU e aos seus Técnicos que neste processo, naquilo que diz respeito à Freguesia de Coutos de Viseu sempre foram de grande colaboração de grande esclarecimento, portanto, não podia também deixar de realçar aqui o papel da SRU neste processo. Muito obrigado a todos. ---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente de Junta. Há mais alguma intervenção neste âmbito? Não havendo nenhuma intervenção iríamos proceder por isso à votação do PUNTO DEZANOVE (19) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU – PÓVOA DE CALDE – FREGUESIA DE CALDE. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. (Anexo 19 – Registo nominal das votações, páginas 521/522). -----

PUNTO VINTE (20) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU – COUTO DE CIMA – FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado por unanimidade*. (Anexo 20 – Registo nominal das votações, páginas 523/524). -----

PUNTO VINTE E UM (21) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU – BOA ALDEIA - UNIÃO DE FREGUESIAS DE BOA ALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA. - Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 21 – Registo nominal das votações, páginas 525/526). -----

PUNTO VINTE E DOIS (22) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU – DADE – FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade*. (Anexo 22 – Registo nominal das votações, páginas 257/528). -----

Há um compromisso da Mesa de fazer um intervalo curto de 5 ou 10 minutos agora. Já foram muitas votações, íamos só fazer 5 ou 10 minutos. Suspendemos os trabalhos 5 ou 10 minutos. Está bem? -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então retomar os nossos trabalhos. -----

PUNTO VINTE E TRÊS (23) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – PARTE 1 - ADJUDICAÇÃO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----



----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

Trata-se da aquisição em regime de locação financeira e que tem a ver com o financiamento do Fundo Ambiental. -----

Portanto, são 62.256,16 euros + IVA, e a entidade bancária é a Caixa Geral de Depósitos. -

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Iriamos então proceder à votação. -----

----- **PONTO VINTE E TRÊS (23) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNDO AMBIENTAL - AQUISIÇÃO DE DUAS VIATURAS ELÉTRICAS DE PASSAGEIROS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA – PARTE 1 - ADJUDICAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 23 – Registo nominal das votações, páginas 529/530**). -----

Passamos ao **PONTO VINTE E QUATRO (24) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITAS NA QUINTA DE SANTA EUGÉNIA, NA FREGUESIA DE VISEU.** -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, peço desculpa de não me levantar, mas é apenas isso. É mesmo desafetar duas parcelas uma de 900m² e outra de 218m² em terrenos da Junta de Freguesia de Viseu. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste Ponto? Não há nenhum pedido do uso da palavra passaremos à votação:-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE DUAS PARCELAS DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO, SITAS NA QUINTA DE SANTA EUGÉNIA, NA FREGUESIA DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 24 – Registo nominal das votações, páginas 531/532**). ---

PONTO VINTE E CINCO (25) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º. GRAU – UNIDADE ORGÂNICA DE MUSEUS E POLO ARQUEOLÓGICO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Também em relação a este Ponto Senhor Presidente, dizer apenas que trata-se da designação do respetivo Júri para este lugar que para nós é extremamente importante, uma Unidade Orgânica de Museus e Polo Arqueológico. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** obrigado Senhor Presidente da Câmara. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra iremos proceder à votação:-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3º. GRAU – UNIDADE ORGÂNICA DE MUSEUS E POLO ARQUEOLÓGICO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com uma (1) abstenção.* (**Anexo 25 – Registo nominal das votações, páginas 533/534**). -----

PONTO VINTE E SEIS (26) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATACÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DAS ÁGUAS DE VISEU E DA REABILITAÇÃO / CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PRINCIPAIS DO CONCELHO DE VISEU. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, para dizer que já fizemos a discussão antes, este assunto já foi aqui trazido, portanto, não tenho mais nada a acrescentar. De facto, tudo aquilo que se refere aqui é um Edifício e, portanto, não achamos... ah, duas coisas: não põe minimamente em causa a capacidade de endividamento do município, nem de perto nem de longe, é digamos, apenas uma ligeira percentagem e, portanto, também, como estamos de acordo que isto é para futuras gerações, achámos por bem também espalhar as obrigações por essas mesmas gerações. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste Ponto? Não havendo nenhum pedido do uso da palavra procedemos à votação:-----

VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO PARA FINANCIAMENTO – REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DAS ÁGUAS DE VISEU E DA REABILITAÇÃO / CONSERVAÇÃO DE DIVERSAS VIAS PRINCIPAIS DO CONCELHO DE VISEU. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado com uma (1) abstenção e dez votos (10) contra. (Anexo 26 – Registo nominal das votações, páginas 535/536).* -----

Os PONTOS VINTE E SETE (27) e VINTE E OITO (28) porque dizem respeito à mesma situação, propunha que fossem analisados em conjunto e votados separadamente. PONTOS VINTE E SETE (27) e VINTE E OITO (28). -----

Que são: -----

PONTO VINTE E SETE (27) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000107 – REABILITAÇÃO DA RUA JOÃO MENDES - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO. -----

E O PONTO VINTE E OITO (28) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000108 – REABILITAÇÃO DAS RUAS SOAR DE CIMA, CÓNEGO MARTINS E ALMEIDA MOREIRA - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. São dois assuntos semelhantes e penso que também já repetitivos aqui. Devem ter aqui vindo várias vezes ao Plenário e que têm a ver com empréstimos para participação da componente nacional. É uma prática corrente de financiamento, e ainda por cima com condições extremamente favoráveis. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Câmara. Há alguma intervenção de algum Senhor Deputado? Não havendo, iríamos proceder à votação: -----

PONTO VINTE E SETE (27) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000107 – REABILITAÇÃO DA RUA JOÃO MENDES - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* -----

(Anexo 27 – Registo nominal das votações, páginas 537/538). -----

O PONTO VINTE E OITO (28) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DA OPERAÇÃO PORTUGAL 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000108 – REABILITAÇÃO DAS RUAS SOAR DE CIMA, CÓNEGO MARTINS E ALMEIDA MOREIRA - PARU/PEDU VISEU – ADENDA - RATIFICAÇÃO. -----



Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? *Aprovado por unanimidade.* -----
(Anexo 28 – Registo nominal das votações, páginas 539/540). -----

Os PONTOS VINTE E NOVE (29) E TRINTA (30) propunha também que fossem analisados em conjunto e votados separadamente. -----

Que são: -----

PONTO VINTE E NOVE (29) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO NO ANO DE 2023. -----

E o PONTO TRINTA (30) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO A LANÇAR. -----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, não é para acrescentar muito. Isto trata-se das nossas obrigações que, toda a gente sabe que quando aderimos, eu diria em boa hora à CIM Viseu Dão Lafões e, portanto, são contratos interadministrativo que assumimos com esta Delegação de Competências. Portanto, trata-se apenas de cumprir as nossas responsabilidades numa situação que voluntariamente, também não podia ser de outro modo, aderimos quando mostrámos a nossa adesão à CIM. -----

Deixem-me apenas dizer que, estes contratos, e já deixo aqui digamos, a informação, vão-se replicar mais tarde no futuro até porque, a próxima novidade relativamente à Proteção Civil, ela vai deixar de ser distrital, para ter coerência com os territórios da CIM e, portanto, vamos ter mais pedidos como este seguramente nas próximas Sessões da Assembleia Municipal. -----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido de uso da palavra vamos proceder à votação: -----

PONTO VINTE E NOVE (29) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO NO ANO DE 2023. -----

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra.* -----

(Anexo 29 – Registo nominal das votações, páginas 541/542). -----

PONTO TRINTA (30) VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DO CONCURSO PÚBLICO A LANÇAR. -----

Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *aprovado com um (1) voto contra.* -----

(Anexo 30 – Registo nominal das votações, páginas 543/544). -----

Terminámos assim a Ordem de Trabalhos, e temos também um pedido de Intervenção do Público da Senhora Deputada que quer intervir enquanto cidadã e tem esse direito. -----

E, por isso, dávamos a palavra, neste caso, à Cidadã Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva. -----

----- **SESSENTA – A EXCELENTÍSSIMA SENHORA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA:** Muito obrigada Senhor Presidente. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Rua, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral e Comunicação Social. -----

Na qualidade de cidadã e também mandatada pelos condóminos do prédio onde resido, venho aqui trazer uma questão que se prende com questões de segurança do próprio prédio. Na sequência da intervenção que nós fizemos no prédio onde vivo, na Rua Nuno Álvares Pereira, fomos alertados pelo Engenheiro responsável da obra que o prédio tinha ali alguns problemas, problemas esses que se prendem com a zona de estacionamento de acesso às garagens e também na zona dos canteiros, uma vez que, atendendo enfim, à forma como está aquilo feito digamos assim, entra água nas paredes do prédio e também nos próprios alicerces. Bom, perante esta situação e perante um relatório técnico que o Engenheiro fez na altura quando iniciou as obras, enviei, porque assim estava mandatada pela petição dos respetivos condóminos, enviei o relatório técnico juntamente com um requerimento para a Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia enviou-o para a Câmara Municipal e posteriormente, em julho de 2021 recebemos uma resposta dos serviços da câmara dizendo que a câmara não custeava as intervenções do prédio. Bom, é verdade, mas, nós também não solicitámos que a câmara municipal se sobrepusesse aos deveres dos condóminos. Portanto, os condóminos custearam as suas despesas de intervenção no prédio, mas, na parte que corresponde ao domínio público os condóminos não podem fazer qualquer intervenção. -----

Assim sendo, posteriormente em setembro de 2021 enviei novamente um requerimento à Câmara Municipal onde solicitávamos a reapreciação deste requerimento. Como até agora não nos foi dada resposta e porque no dia 2 de dezembro tivemos também Assembleia de Condóminos e novamente por escrito o Engenheiro chamou atenção para a necessidade da intervenção no prédio, e porque enfim, tem a ver com a segurança de todos nós, trago aqui também a esta Assembleia Municipal para que conste e também a pedir enfim, as devidas diligências de modo a que se possa solucionar este problema, uma vez que nós condóminos não podemos de alguma forma intervir aqui nesta situação. -----

E, portanto, assim sendo, repito apenas os Pontos que são de intervenção do domínio público que é o caso na zona de estacionamento de acesso às garagens do alçado posterior, a calçada está abatida junto ao edifício o que permite uma entrada de água nas fundações do prédio, em maior quantidade junto à fachada naturalmente quando chove. -----

Depois na zona dos canteiros do alçado posterior que circunda o edifício há uma maior acumulação de água devido à terra existente com inclinação contrária à fachada do edifício, pelo que as águas pluviais e a rega vertem as águas para o interior das paredes do prédio e respetivos alicerces e fundações. -----

Assim, solicitamos a Vossa Excelência que providencie a eliminação dos canteiros e flores do alçado posterior, e a posterior aplicação de calçada de granito, conjunta líquida de cimento nessas mesmas zonas, para que se evite a continuação desta danificação dos alicerces e da estrutura do próprio prédio. -----

Portanto, o que está em causa é mesmo aqui a questão da estrutura do prédio. -----

Assim sendo, portanto, deixo este nosso pedido, pedido esse que pese embora já não seja



desde o dia 2/12, do atual mês, ano melhor dizendo, não sendo eu administradora, mas continuando como mandatada para esta petição enfim, trazer a esta Assembleia estes problemas estruturais do prédio que têm a ver com situações do domínio público e apelando a que esta situação seja resolvida. -----

Muito obrigada. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado, neste caso à Cidadã Lúcia, e, nós comprometemo-nos a enviar todo o processo para a Câmara Municipal. ----- Terminámos assim os nossos trabalhos, e desse já até às 7 e meia para os que puderem ir, a convite do Senhor Presidente da Câmara, à nossa Ceia de Natal, por isso a todos os que possam ir lá nos encontraremos, em relação aos que não podem ir, um Bom Natal e um próspero Ano Novo em termos pessoais, familiares e profissionais, os políticos cada um é per si. Está bem. -----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de 19 de dezembro de dois mil e vinte e dois quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 67 páginas anexas, que vai ser assinada por mim, _____, Primeira Secretária e pelo Senhor Presidente, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)



ANEXO 1



INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À
ASSEMBLEIA MUNICIPAL – 19 DE DEZEMBRO DE 2022

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Senhores Deputados,

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação financeira do Município de Viseu, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.

Na zona histórica de Viseu, na denominada Casa das Bocas, abriu portas no passado dia 7 de dezembro a Unidade de Saúde Familiar, que servirá no seu pleno funcionamento, cerca de 8100 utentes.

É uma excelente notícia porque vai poder dotar de médico de família um conjunto de utentes que, à data, não tinham esse serviço.

Mas, também devemos lembrar o percurso que levou a, numa decisão corajosa do anterior Executivo, aplicar fundos comunitários e orçamento municipal na requalificação de um edifício histórico colocando-o à disposição dos cidadãos.



ANEXO 1



Recorde-se que o imóvel foi adquirido, em 2015, pela Câmara Municipal de Viseu. Através de um protocolo estabelecido entre a autarquia e o Ministério da Saúde, para a reabilitação do edifício e a instalação de uma Unidade de Saúde Familiar, foi possível o acesso a financiamento comunitário do Programa Operacional CENTRO 2020, abdicando o Município dessa verba que poderia ter sido destinada a outros projetos de investimento municipal.

Globalmente, o investimento ascende a 2,8 milhões de euros, dos quais 1,7 milhões resultam da comparticipação comunitária sendo que o restante valor de investimento (1,1 milhões de euros) é proveniente dos Fundos Municipais.

Esta inauguração é uma ótima notícia para Viseu e para a área da saúde. Foi, como disse, um projeto da responsabilidade do Município de Viseu, em substituição da Administração Central que gere esta competência.

Este investimento permitiu, também, requalificar o edifício recorrendo a uma reabilitação sustentável, preservando e valorizando os elementos históricos e arquitetónicos, mantendo a sua identidade, e, por outro lado, devolvê-lo à comunidade, através de um novo serviço na área da saúde.

Mas, não se pense que tudo correu bem neste processo.



ANEXO 1



A empreitada encontra-se concluída desde janeiro deste ano, sendo que só agora a Saúde reuniu as condições humanas para a sua reabertura.

Esta espera, e este impasse por parte do Governo Central vem reforçar aquilo que tantas vezes tenho referido.

O que o Município de Viseu e os Viseenses necessitam é que o Governo Central faça as atribuições da sua competência.

As da nossa competência saberemos fazer e, como se viu neste caso, até temos disponibilidade para colaborar nalgumas que são da total responsabilidade da Administração Central.

E, permitam-me usar um dado recente que refere que o Município de Viseu é a segunda capital e distrito que menos recorre a ajustes diretos. Tendo mesmo reduzido em 2022 a percentagem relativamente ao ano de comparação do referido estudo que era 2019.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Voltando ao tema das responsabilidades de cada face do estado, o que não poderemos permitir é que as competências que são da Administração Central não sejam feitas, ou sejam adiadas.



ANEXO 1



Foi isso que me levou a reunir com todos os autarcas das CIM Viseu Dão Lafões e da CIM da Região de Coimbra que são atravessados pelo IP3, com a participação das Infraestruturas de Portugal.

Nessa reunião reiterámos aquilo que já me ouviram defender. Que o projeto que já está definido avance, rápido.

Não se percebe porque não avança já, por exemplo, entre Santa Comba Dão e Viseu. É uma vergonha para o País que não se consiga fazer uma ligação condigna entre duas cidades como Viseu e Coimbra.

Ainda na área das acessibilidades, para além de uma reunião com o senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, estive presente na apresentação do Plano Ferroviário Nacional.

Constarei, quer na reunião com o senhor Ministro, quer na apresentação que, o Corredor Ferroviário Aveiro – Viseu – Salamanca não tem financiamento a médio prazo.

Considerarei “positivo” que a cidade esteja sinalizada como uma das dez a estar ligada ao comboio de alta velocidade, mas não deixo de considerar negativo que a obra não se executará nos próximos tempos.



ANEXO 1



Há anos que se anda a falar do novo corredor entre Aveiro e Espanha, com passagem por Viseu, e que este investimento é referenciado também nas redes transeuropeias.

Mas, também é verdade que se anda de adiamento em adiamento, fazendo anúncios em datas próximas de momentos eleitorais, sem que efetivamente tenhamos uma solução.

Temos que continuar a exigir que o Governo Central faça o que é da sua competência. Como disse, nós sabemos fazer aquilo que é da nossa para continuar a desenvolver o nosso território de forma sustentável.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,

Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Estive na inauguração dos escritórios de uma empresa de consultadoria e tecnologias de informação.

Nessa inauguração pude confirmar a cooperação entre as várias instituições, Município, Entidades de Ensino Superior e privados na captação de investimento e na colaboração para a fixação e crescimento em Viseu

A Deloitte quer ter 400 colaboradores em Viseu nos próximos meses. Sendo que, grande parte dos colaboradores da empresa são da região e



ANEXO 1



alunos do Instituto Politécnico de Viseu (IPV), mas que o desafio passa também por “atrair” pessoas de fora para se fixarem na região.

Recordar que a Deloitte começou há quatro anos com 16 funcionários, sendo que neste momento são 150.

Além de Lisboa e Porto, a empresa tem este novo escritório em Viseu.

Este exemplo é apenas um entre outros que poderíamos referir na área da dinâmica privada em cooperação com as entidades públicas que têm potenciado o emprego e a dinâmica empresarial na região.

Será também muito do que estou a referir que levou a AIRV no seu 40.º aniversário a atribuir ao Município o galardão de mérito.

Na receção do galardão aproveitei para recordar que acompanhámos o crescimento e evolução desta associação e que é com agrado que sentimos o pulsar positivo dos empresários da região.

Recordei os investimentos no Parque de Coimbrões no início da década de 1990 e a entrega da medalha de ouro da Cidade, já no final da mesma década, a esta associação.



Agradeço o trabalho dos empresários na construção de um concelho e de uma região melhores.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados

Os Serviços Municipalizados das Águas de Viseu receberam o Prémio e Selo dos Serviços de Águas e Resíduos 2022 (vertente Águas).

Os SMAS foram distinguidos com a atribuição do Selo de Qualidade. Os Prémios e Selos dos Serviços de Águas e Resíduos 2022 (vertente Águas), são uma iniciativa da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), organizada em parceria com o jornal Água&Ambiente, e visam distinguir as Entidades Gestoras que, no exercício do ano 2021, se destacaram pelo seu bom desempenho.

É por isso uma satisfação para todos nós saber que os nossos serviços municipalizados cumprem esse bom desempenho.

Exprimo ainda um voto de congratulação pelos resultados dos nossos empresários durante o ano de 2021.

Das 1000 maiores empresas do Distrito de Viseu, 327 são do Concelho de Viseu, correspondendo, essas 327 empresas a 1,6 mil milhões de euros de volume de negócios e a 11327 empregos diretos.

ANEXO 1



Para finalizar, uma vez que esta Assembleia decorrerá a poucos dias do Natal, aproveito para desejar uma quadra natalícia em paz e harmonia a todos e que possamos aproveitar a programação que o Município preparou para a época que vivemos.

Para concluir,

Senhor Presidente

e

Senhores Deputados

Deixamos à consideração de V. Ex.^{as}, através das 37 folhas em anexo, as matérias tipificadas no nº1 e nº4 do art.º 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, designadamente:

- situação financeira, saldo atual e o estado das dívidas a fornecedores;
- informação sobre as entidades abrangidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais;
- recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, com vista ao acompanhamento legalmente previsto.



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 12/DEZEMBRO/2022

	€		€
Saldo Inicial (orçamental)	18 154 519,10	Despesa Corrente	50 194 978,49
Receita Corrente	55 826 595,79	Despesa de Capital	17 205 587,72
Receita de Capital	5 525 475,50	Total das Despesas	67 400 566,21
Total das Receitas	61 352 071,29	Saldo Actual (orçamental)	12 106 024,18

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 12 de DEZEMBRO de 2022

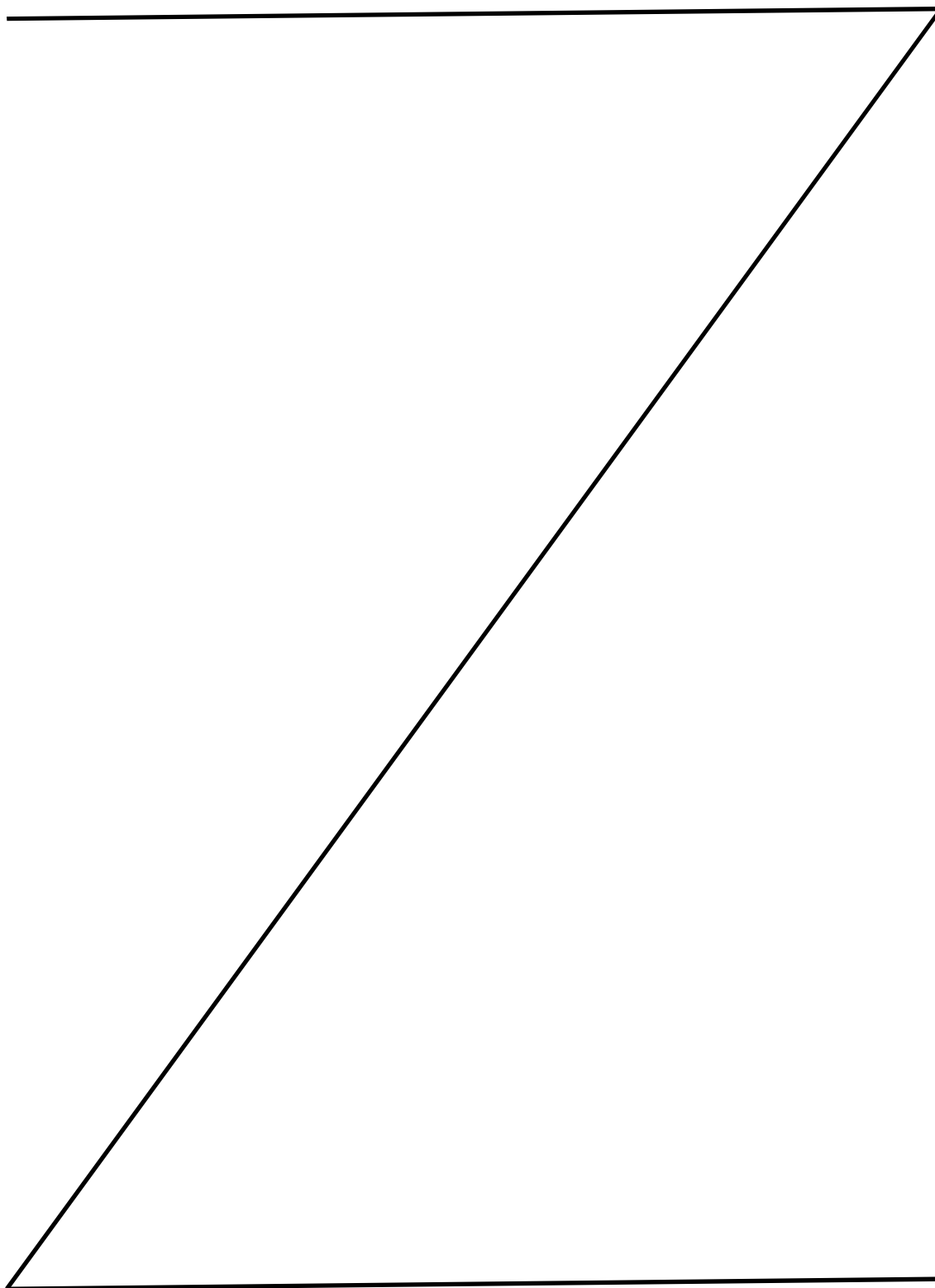
	€
Fornecedores	3 438 893,33
Outros devedores e credores	346 257,01
Total	3 785 150,34

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 12 de DEZEMBRO de 2022

	€
Empréstimos/Financiamentos obtidos	10 425 441,51
Estado e outros entes públicos	-152 140,99
Total	10 273 300,52

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu





Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X			
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FÁIL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAREITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS Fernando José Cardoso Rodrigues		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou
aprovou por 39 votos a favor, 1 (de) voto contra e 1 (uma) abstenção
 - Viseu, 19/12/2022



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

REGISTO DAS VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélino Pereira Lourenço	X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X				
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X				
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginstal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira			X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X				
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X				
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X				
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	39	10	1	0

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou
aprovou por 39 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (uma) abstenção
 - Viseu, 19/12/2022

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

ANEXO 3



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos		Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2022 - 3.ª Revisão Orçamental (Alteração Orçamental Modificativa) nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — Viseu, 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira		X				
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÓTA		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Viseu para 2022 - 3.ª Revisão Orçamental (Alteração Orçamental Modificativa) nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação Viseu, 19/12/2022							
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
			Resultado	2	50	0	0

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — — Viseu, 19/12/2022						
Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o Ano de 2021 – Aditamento nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação		FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE		
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME						
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos	X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes	X				
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X				
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X				
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego	X				
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes	X				
23	PPD/PSD	COUOTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X				
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira	X				
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias	X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia	X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida	X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho	X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> <u>Viseu, 19/12/2022</u>						
Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu para o Ano de 2021 – Aditamento nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DESOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Cellina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

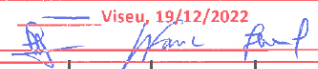
a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> —		
								Viseu, 19/12/2022		
Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 5 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis									Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> — Viseu, 19/12/2022	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X					
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DESOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X					
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X					
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X					
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X					
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X					
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X					
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X						
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X					
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X					
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X					
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X					
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X					
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X					
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X					
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X					
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X					
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X					
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X					
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X					
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X						
			Resultado	2	49	0	0	1		

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

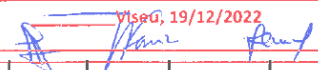
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>				
	nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis		Viseu, 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos	X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes	X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego	X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes	X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira	X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias	X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia	X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida	X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho	X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Resultado
Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> <u>Viseu, 19/12/2022</u>					
DERRAMA							
nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	ALISENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> <u>Viseu, 19/12/2022</u>
Votação da Proposta inscrita no PONTO 7 da Ordem de Trabalhos DERRAMA nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua atual redação								
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurêlio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos		T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>				
				Viseu 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos	X				
17	PPD/PSD	BÓALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes	X				
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X				
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X				
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego	X				
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes	X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X				
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira	X				
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias	X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X				
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia	X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida	X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho	X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aproxar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022 <i>[Assinaturas]</i>
Votação da Proposta inscrita no PONTO 8 da Ordem de Trabalhos T.M.D.P. - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 9 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <i>aprovou por 39 votos a favor e 10 (dez) votos contra</i> Viseu, 19/12/2022					
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO I.R.S. - LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro							
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BANREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 39 votos a favor e 10 (dez) votos contra. Viseu 19/12/2022
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo			X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes			X		
39	PS		Mauro Leandro Miatos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque			X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha			X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques			X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa			X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo			X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	39	10	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprobacion por unanimidade</u> — Viseu, 19/12/2022						
IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO - ALTERAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BICALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 10 da Ordem de Trabalhos IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO - ALTERAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112.º do CIMI - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis Viseu, 19/12/2022							
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCPRIANO E VIL DESOITO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
			Resultado	2	49	0	0
						1	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



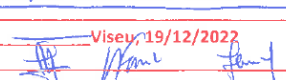
Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> no artigo 5.º, 6.º e 7.º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação						
		Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correla		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 11 da Ordem de Trabalhos Descentralização, Transferência de Competências para os Órgãos das Freguesias - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril - Transferência de Competências e Recursos Financeiros para os Órgãos das Freguesias para o ano de 2023 (artigo 5.º 6.º e 7.º) nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5.º, 6.º e 7.º do Decreto Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
Resultado			2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apoiar por 45 votos a favor e 4 (quatro) abstenções</u> <u>Viseu, 19/12/2022</u>							
Processo de Reversão da União das Freguesias de Boa Aldeia Farnimhão e Torredeita - Procedimento Simplificado e Transitório nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, na sua atual redação		GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD			José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD			Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD			Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD			Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD			Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD			Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD			José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD			João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD			Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD			Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD			Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD			Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD			Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD			António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		Rui Manuel dos Santos Ferreira				X	
19	PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida				X	
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ		José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 12 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por 45 votos a favor e 4 (quatro) abstenções</u> Viseu, 19/12/2022 <i>[Assinaturas]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Auréllo Pereira Lourenço			X	
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X	
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
Resultado			2	45	0	4	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 13 da Ordem de Trabalhos		Acordo de Mutação Dominial – Infraestruturas de Portugal, S.A. / Município de Viseu – Integração no Domínio Público Rodoviário Nacional, do Troço de Estrada Municipal sobreposto pela Construção da Variante à EN 229 (cuja coordenadas, no sistema ETRS89 são, respetivamente: 24.191; 115.462 e 24.302; 111.924)		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>abreviar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contrário</u> Viseu, 19/12/2022 <i>[Assinatura]</i>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÓTA		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FAL. VILA CHÃ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues	X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço	X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes	X				
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos	X				
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo	X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva	X				
38	PS		José Pedro Esteves Gomes	X				
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque	X				
41	PS		André Filipe Marques da Cunha	X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira	X				
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques	X				
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa	X				
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes	X				
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo	X				
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira	X				
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso	X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima	X				
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves	X				
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	48	1	0	1

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contra.

Viseu, 19/12/2022

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>abrir-se por 48 votos a favor e 1 (um) voto contra</u> Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferrelira					X	
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X				
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X				
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X				
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24 PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X				
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira		X				
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X				
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X				
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X				
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 14 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contrário</u> Viseu, 19/12/2022 <i>[Assinaturas]</i>					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X		
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X		
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X		
35	PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X		
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X			
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X		
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X		
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X		
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X		
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X	
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X			
			Resultado	2	48	1	0
						1	

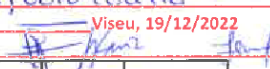
a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 15 da Ordem de Trabalhos CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA DESCENTRALIZAÇÃO NA ÁREA DA EDUCAÇÃO - MUNICÍPIO DE VISEU - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS E ESCOLAS NÃO AGRUPADAS - ADENDAS - RATIFICAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <i>abreviar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contra</i> Viseu, 19/12/2022 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Resultado
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Abuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	48	1	0	1

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou

reprovar por 28 votos a favor e 17 (seis) votos contra

Viseu, 19/12/2022

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 16 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>						
Regulamento de Atribuição de Bolsas aos Alunos do Ensino Superior que pertençam a Famílias Numerosas e Carentiadas – Alteração - Ratificação nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo		Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOURÇA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 16 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>					
Regulamento de Atribuição de Bolsas aos Alunos do Ensino Superior que pertençam a Famílias Numerosas e Carenciadas – Alteração - Ratificação nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo		Viseu, 19/12/2022					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32 PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33 PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34 PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35 PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36 PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37 PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38 PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39 PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40 PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41 PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42 PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43 PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44 PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45 PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46 PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47 PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48 PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49 PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50 PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51 BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52 Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
Resultado			2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BÓDIOISA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÁ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X			

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou

aprovar por unanimidade

Viseu, 19/12/2022



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 17 da Ordem de Trabalhos		Atribuição de subsídio à exploração - Viseu Novo, SRU – Contrato-Programa		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	WISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferrelra		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 18 da Ordem de Trabalhos		Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Viseu - Núcleos Históricos e Fontelo nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> <u>Viseu, 19/12/2022</u>				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 18 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>						
Alteração à Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Viseu - Núcleos Históricos e Fontelo nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 19 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022							
Delimitação da ARU – Póvoa de Calde – Freguesia de Calde nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD			José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD			Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD			Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD			Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD			Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD			Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD			José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD			João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD			Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD			Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD			Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD			Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD			Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD			António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FA'L VILA CHÃ SÁ		José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 19 da Ordem de Trabalhos	Delimitação da ARU – Póvoa de Calde – Freguesia de Calde nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>abreviar por unanimidade</u>					
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses

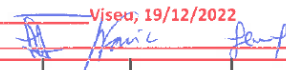


Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022				
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1 PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2 PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3 PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4 PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5 PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6 PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7 PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8 PPD/PSD		João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9 PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10 PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11 PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12 PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13 PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14 PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15 PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16 PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17 PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18 PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19 PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20 PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21 PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22 PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23 PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24 PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25 PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira		X			
26 PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27 PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28 PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29 PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30 PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31 PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 20 da Ordem de Trabalhos Delimitação da ARU – Couto de Cima – Freguesia de Coutos de Viseu nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022 				
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega		X				
Resultado			2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 21 da Ordem de Trabalhos		Delimitação da ARU – Boa Aldeia - União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apoiar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Mauricio Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u>	
								Viseu, 19/12/2022	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X				
35	PPD/PSD	VEISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X				
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X				
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X				
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X				
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X					
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X				
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X				
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X				
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X				
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X				
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X				
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X				
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X				
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X				
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X				
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X				
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X					
			Resultado	2	49	0	0	1	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022
VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 22 da Ordem de Trabalhos	Delimitação da ARU – Dade – Freguesia de Coutos de Viseu nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apreciar por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022					
	GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD		José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD		Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD		Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD		Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD		Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD		Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD		José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD		João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD		Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD		Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD		Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD		Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD		Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD		António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA	Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	coutos de Viseu	Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	Faíl Vila Chã Sá	José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 22 da Ordem de Trabalhos Delimitação da ARU – Dade – Freguesia de Coutos de Viseu nos termos e para os efeitos do disposto n.º 1 e 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação							
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	WISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega		X				
Resultado			2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 23 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÇÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÔTA		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE			X			
52	Chega		X				
Resultado			2	49	0	0	1

Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou

aprovar por unanimidade

Viseu, 19/12/2022

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 24 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovado por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022						
Desafetação de Duas Parcelas de Terreno do Domínio Público, sitas na Quinta de Santa Eugénia, na Freguesia de Viseu nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferreira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÔTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOUDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u>					
			FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



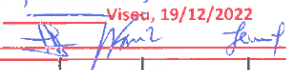
Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 25 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 218 votos a favor e 4 (quatro) abstenções Viseu, 19/12/2022							
Designação do Júri para o Procedimento Concursal Para Provimento de Um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Unidade Orgânica de Museus e Polo Arqueológico nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação		GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
1	PPD/PSD			José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD			Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD			Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD			Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD			Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD			Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD			José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD			João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD			Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD			Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD			Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD			Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD			Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD			António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		Rui Pedro Oliveira de Almeida		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		Joana Sofia Duarte dos Santos		X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		Manuel Jorge Nunes		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		Rui Manuel dos Santos Ferreira		X			
19	PPD/PSD	CALDE		José Fernandes		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		Carlos Alberto dos Santos Lima		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		António Manuel Almeida Silva Rego		X			
22	PPD/PSD	CÔTA		Joaquim Polónio Lopes		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		Fernando Manuel Leitão de Almeida		X			
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ		José António M. Seabra Figueiredo		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		José da Silva Pereira		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		Maurício Marques Dias		X			
27	PPD/PSD	POVOUDE		José Manuel Almeida Fernandes		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		António Soares Correia		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		Custódio de Figueiredo Ferreira		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		Carlos Alberto Ferreira Almeida		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		José Ernesto Barreiros Coelho		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
Votação da Proposta inscrita no PONTO 25 da Ordem de Trabalhos Designação do Júri para o Procedimento Concursal Para Provimento de Um Cargo de Direção Intermédia de 3.º Grau – Unidade Orgânica de Museus e Polo Arqueológico nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por 48 votos a favor e 1 (uma) abstenção</u> Viseu, 19/12/2022 					
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SOBRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	VISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPESSES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena			X		
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	48	0	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 26 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <i>abstenc: por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (um) abstenção - Viseu, 19/12/2022</i>						
Contratação de Empréstimo Bancário para Financiamento – Reabilitação do Edifício das Águas de Viseu e da Reabilitação / Conservação de diversas vias Principais do Concelho de Viseu nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação e alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÔTA		X				
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FAL VILA CHÃ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 26 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 38 votos a favor, 10 (dez) votos contra e 1 (um) abstenção Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo			X		
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva			X		
38	PS		José Pedro Esteves Gomes			X		
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque			X		
41	PS		André Filipe Marques da Cunha			X		
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques			X		
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa			X		
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes			X		
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo			X		
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	NEPESES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima			X		
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena				X	
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	38	10	1	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 27 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovar por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022						
Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional da Operação Portugal 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000107 – Reabilitação da Rua João Mendes - PARU/PEDU Viseu – Adenda - Ratificação nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação								
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA		X				
19	PPD/PSD	CALDE		X				
20	PPD/PSD	CAMPO		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X				
22	PPD/PSD	CÓTA		X				
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X				
24	PPD/PSD	FÁIL VILA CHÁ SÁ		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X				
26	PPD/PSD	ORGENS		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
								Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aproximadamente por unanimidade</u> - Viseu, 19/12/2022
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS	Fernando José Cardoso Rodrigues		X			
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO	Aurélio Pereira Lourenço		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS	Rui Filipe M. Ferreira Felícia Mendes		X			
35	PPD/PSD	UISEU	Diamantino Amaral dos Santos		X			
36	PS		João Paulo Loureiro Rebelo		X			
37	PS		Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva		X			
38	PS		José Pedro Esteves Gomes		X			
39	PS		Mauro Leandro Matos Pinto	X				
40	PS		Gonçalo A. Ginestal M.M.Albuquerque		X			
41	PS		André Filipe Marques da Cunha		X			
42	PS		Celina Lourenço Martins Ferreira		X			
43	PS		Jorge Adolfo de Meneses Marques		X			
44	PS		Alberto Afonso Pereira da Silva Costa		X			
45	PS		Maria de Fátima Fernandes Lopes		X			
46	PS		Bruno Luís Cardoso de Melo		X			
47	PS	LORDOSA	José Manuel Lopes Pereira		X			
48	PS	MUNDÃO	Pedro Alexandre Dias Carragoso		X			
49	PS	REPES S. SALVADOR	Márcia Sofia Gomes de Lima		X			
50	PS	RIO DE LOBA	Adelino Silvério Ferreira Esteves		X			
51	BE		Lúcia Maria de Abreu Vilhena		X			
52	Chega		Amélia Maria da Silva Soares	X				
			Resultado	2	49	0	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 28 da Ordem de Trabalhos		Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional da Operação Portugal 2020 CENTRO-09-2316-FEDER-000108 – Reabilitação das Ruas Soar de Cima, Cônego Martins e Almeida Moreira - PARU/PEDU Viseu – Adenda - Ratificação nos termos e para os efeitos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua atual redação		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022				
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X				
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X				
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X				
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X				
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X				
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X				
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X	
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X				
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X				
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X				
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X				
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X				
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X				
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X				
15	PPD/PSD	ABRAVESES Rui Pedro Oliveira de Almeida		X				
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF Joana Sofia Duarte dos Santos		X				
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEIRA UF Manuel Jorge Nunes		X				
18	PPD/PSD	BODIOSA Rui Manuel dos Santos Ferrelira		X				
19	PPD/PSD	CALDE José Fernandes		X				
20	PPD/PSD	CAMPO Carlos Alberto dos Santos Lima		X				
21	PPD/PSD	CAVERNÃES António Manuel Almeida Silva Rego		X				
22	PPD/PSD	CÓTA Joaquim Polónio Lopes		X				
23	PPD/PSD	COITOS DE VISEU Fernando Manuel Leitão de Almeida		X				
24	PPD/PSD	FAÍL VILA CHÃ SÁ José António M. Seabra Figueiredo		X				
25	PPD/PSD	FRAGOSELA José da Silva Pereira		X				
26	PPD/PSD	ORGENS Maurício Marques Dias		X				
27	PPD/PSD	POVOLIDE José Manuel Almeida Fernandes		X				
28	PPD/PSD	RANHADOS António Soares Correia		X				
29	PPD/PSD	RIBAFEITA Custódio de Figueiredo Ferreira		X				
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA Carlos Alberto Ferreira Almeida		X				
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE José Ernesto Barreiros Coelho		X				



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES


Votação da Proposta inscrita no PONTO 28 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por unanimidade</u> Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X				
35	PPD/PSD	UISEU		X				
36	PS			X				
37	PS			X				
38	PS			X				
39	PS		X					
40	PS			X				
41	PS			X				
42	PS			X				
43	PS			X				
44	PS			X				
45	PS			X				
46	PS			X				
47	PS	LORDOSA		X				
48	PS	MUNDÃO		X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X				
50	PS	RIO DE LOBA		X				
51	BE			X				
52	Chega		X					
Resultado			2	49	0	0	1	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 29 da Ordem de Trabalhos Acordo de Financiamento entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências para pagamento de obrigações de serviço público no ano de 2023 nos termos e para os efeitos do disposto <small>nas alíneas k) e p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação</small>			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contrário Viseu, 19/12/2022 				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Calado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damião Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES	Rui Pedro Oliveira de Almeida	X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF	Joana Sofia Duarte dos Santos	X			
17	PPD/PSD	BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA UF	Manuel Jorge Nunes	X			
18	PPD/PSD	BODIOSA	Rui Manuel dos Santos Ferreira	X			
19	PPD/PSD	CALDE	José Fernandes	X			
20	PPD/PSD	CAMPO	Carlos Alberto dos Santos Lima	X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES	António Manuel Almeida Silva Rego	X			
22	PPD/PSD	CÓTA	Joaquim Polónio Lopes	X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU	Fernando Manuel Leitão de Almeida	X			
24	PPD/PSD	FÁL VILA CHÃ SÁ	José António M. Seabra Figueiredo	X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA	José da Silva Pereira	X			
26	PPD/PSD	ORGENS	Maurício Marques Dias	X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE	José Manuel Almeida Fernandes	X			
28	PPD/PSD	RANHADOS	António Soares Correia	X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA	Custódio de Figueiredo Ferreira	X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA	Carlos Alberto Ferreira Almeida	X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE	José Ernesto Barreiros Coelho	X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta Inscrita no PONTO 29 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>apresentar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contrário</u> Viseu, 19/12/2022					
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X			
33	PPD/PSD	SOPRIANO E VIL DE SOUTO		X			
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X			
35	PPD/PSD	VISEU		X			
36	PS			X			
37	PS			X			
38	PS			X			
39	PS		X				
40	PS			X			
41	PS			X			
42	PS			X			
43	PS			X			
44	PS			X			
45	PS			X			
46	PS			X			
47	PS	LORDOSA		X			
48	PS	MUNDÃO		X			
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X			
50	PS	RIO DE LOBA		X			
51	BE				X		
52	Chega		X				
Resultado			2	48	1	0	1

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022 VOTAÇÕES

GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE
Votação da Proposta inscrita no PONTO 30 da Ordem de Trabalhos Acordo de Financiamento entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito do concurso público a lançar nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas k) e p) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no artigo 12.º do Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação			Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou aprovar por 48 votos a favor e 1 (um) voto contrário Viseu, 19/12/2022				
1	PPD/PSD	José Manuel Henriques Mota de Faria		X			
2	PPD/PSD	Pedro Filipe dos Santos Alves		X			
3	PPD/PSD	Cristina Paula Cunha Pereira Gomes		X			
4	PPD/PSD	Hugo Daniel Alves Martins de Carvalho		X			
5	PPD/PSD	Ana Paula dos Reis Madeira		X			
6	PPD/PSD	Ana Paula F. Simões Gomes Santana		X			
7	PPD/PSD	José Alberto da Costa Ferreira					X
8	PPD/PSD	João Alberto Chaves Caiado Rodrigues		X			
9	PPD/PSD	Isabel Cristina Bento Fernandes		X			
10	PPD/PSD	Paulo Alexandre Teixeira de Almeida		X			
11	PPD/PSD	Hélder Filipe dos Santos Viana		X			
12	PPD/PSD	Maria Francisca Damilão Loureiro		X			
13	PPD/PSD	Filipa Manuela Carvalho Almeida Mendes		X			
14	PPD/PSD	António Jorge Gomes Rodrigues		X			
15	PPD/PSD	ABRAVESES		X			
16	PPD/PSD	BARREIROS CEPÕES UF		X			
17	PPD/PSD	BALDEIA, FARMINHÃO E TORREDETA UF		X			
18	PPD/PSD	BODIOSA		X			
19	PPD/PSD	CALDE		X			
20	PPD/PSD	CAMPO		X			
21	PPD/PSD	CAVERNÃES		X			
22	PPD/PSD	CÓTA		X			
23	PPD/PSD	COUTOS DE VISEU		X			
24	PPD/PSD	FAIL VILA CHÃ SÁ		X			
25	PPD/PSD	FRAGOSELA		X			
26	PPD/PSD	ORGENS		X			
27	PPD/PSD	POVOLIDE		X			
28	PPD/PSD	RANHADOS		X			
29	PPD/PSD	RIBAFEITA		X			
30	PPD/PSD	S. JOÃO LOUROSA		X			
31	PPD/PSD	S. PEDRO FRANCE		X			



Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022

VOTAÇÕES

Votação da Proposta inscrita no PONTO 30 da Ordem de Trabalhos		Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 19 de dezembro de 2022, que deliberou <u>aprovou por 48 votos a favor e 1 (um) voto contra</u> Viseu, 19/12/2022						
GRUPO MUNICIPAL	FREGUESIA	NOME	FALTA	FAVOR	CONTRA	ABSTENÇÃO	AUSENTE	
32	PPD/PSD	SANTOS EVOS		X				
33	PPD/PSD	SCIPRIANO E VIL DE SOUTO		X				
34	PPD/PSD	SILGUEIROS		X				
35	PPD/PSD	VISEU		X				
36	PS			X				
37	PS			X				
38	PS			X				
39	PS		X					
40	PS			X				
41	PS			X				
42	PS			X				
43	PS			X				
44	PS			X				
45	PS			X				
46	PS			X				
47	PS	LORDOSA		X				
48	PS	MUNDÃO		X				
49	PS	REPESES S. SALVADOR		X				
50	PS	RIO DE LOBA		X				
51	BE				X			
52	Chega		X					
Resultado			2	48	1	0	1	

a) Declaração de voto

b) Apresentação de escusa de intervenção na discussão e na votação por conflito de interesses